



INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL:
MECANISMOS REGIONAIS DE FINANCIAMENTO

Luciano Wexell Severo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros

Rio de Janeiro
Fevereiro/2011

INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL:
MECANISMOS REGIONAIS DE FINANCIAMENTO

Luciano Wexell Severo

Orientador: Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Aprovada por:

Presidente da Banca Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros

Prof^a. Dr^a. Ingrid Sarti – IFCS / UFRJ / PEPI

Prof. Dr. Darc Costa – COPPE / UFRJ

Rio de Janeiro
Fevereiro/2011

FICHA CATALOGRÁFICA

SEVERO, Luciano Wexell.

Integração da América do Sul: mecanismos regionais de financiamento / Luciano Wexell Severo. - Rio de Janeiro: UFRJ/ IE / NEI, 2011.

137f.: 31 cm.

Orientador: Carlos Aguiar de Medeiros

Dissertação – UFRJ/ IE / NEI / Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, 2011.

Referências Bibliográficas: f. 139-144.

1. Integração. 2. América do Sul. I. Medeiros, Carlos Aguiar de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. .III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que me ofereceu toda a estrutura sem a qual seria impossível realizar esta pesquisa, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que concedeu uma bolsa de estudos decisiva para o meu custeio.

Obrigado pelos ensinamentos e estímulos de todos os meus Professores, especialmente ao Dr. Darc Antonio da Luz Costa, pelo permanente estímulo e pelas ricas ideias. Também aos Doutores Carlos Aguiar de Medeiros, meu orientador, José Luís Fiori e Franklin Serrano da UFRJ. A Nilson Araujo de Souza, Luisa Moura e Ingrid Sarti (da UNILA), Regina Gadelha, Jason Borba, Rosa Maria Vieira Berriel, Carlos Eduardo Carvalho, Waldemir Luiz de Quadros e João Ildebrando Bocchi (da PUC-SP) e José Félix Ribas Alvarado (BCV). Obrigado aos colegas de turma pela convivência dentro e fora da Universidade.

Estendo este agradecimento aos *hermanos* de estudos e sonhos, sobretudo ao amigo Prof. Dr. Raphael Padula pelas inúmeras discussões sobre os mais diversos temas, inclusive o da integração da América do Sul, durante os últimos três anos. Igualmente, aos companheiros Luiz Fernando Sanná Pinto, Pedro Silva Barros e Verena Hitner. Obrigado aos colegas André da Paz e Rodrigo Pacheco Nunes, que também participaram dos debates desde o início da elaboração do trabalho. Aos amigos Felipe Teixeira Gonçalves, Paulo Vitor Sanches Lira, Numa Mazat, Juan Ramón Guzmán, Claudionor Damasceno, Fernando Bossi, Mónica Saiz, Túlio Silva Sene, Carlos Roberto Latini Puca de Milita, Mauro Ferreira Vaz Maia, Vladimir Piña, Aline Jansen, Emiliano Saran Azevedo, Mariana Ribeiro Cruz, Frank Saavedra, Claudia Carolina Blanco, Rafael de Ávila Ayres, Marcela Silveira Reis, José Manuel Macedo, Júlia Morelli, Leonardo Rosas, Felipe Pucinkas, Agustín León Navas, Valdo Albuquerque, Elizabeth Carvalho, Eduardo Tavares de Farias e Amanda Maes Werner.

Por fim, muito obrigado à minha companheira Fernanda, luz, bondade e estímulo de todas as horas. À minha Mãe e ao meu Pai, seres encantadores, pilares de nossa família. Muito obrigado aos meus dois irmãos, Leonardo e Leandro, melhores companheiros e exemplos de luta. Às amadas cunhadas Monica, Mirlene, Cristiane e Mirela. Ao cunhado e amigo Diogo, meu sogro Basílio e minha sogra Jussara. Seu Luis, Dona Irma e Dona Albany. À querida vó Wilma. Aos tios e primos das famílias Wexell, Pacheco, Brozoski e Severo. Família Saran Azevedo. Aos sobrinhos Mateus, André, Camilo, Eduardo e José Simon; e Clarissa, Camila, Gabriela, Isabela e Rebeca. Ao meu afilhado Gabriel. Obrigado. Sem este caloroso e crescente núcleo de colorados latino-americanistas nada teria graça nem sentido.

*Aos que sonham, acreditam e trabalham
pelo processo de integração de Nuestra América*

À minha sogra e o seu exemplo de amor e dignidade

*Mi amor no es amor de mercado
porque un amor sangrado
no es amor de lucrar.
Mi amor es todo cuanto tengo
si lo niego o lo vendo
¿para que respirar?*

*Por quien merece amor
Silvio Rodríguez, 1982*

RESUMO

INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL: MECANISMOS REGIONAIS DE FINANCIAMENTO

Luciano Wexell Severo

Orientador: Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros

Resumo da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

O presente trabalho tem seis capítulos, através dos quais se apresenta a evolução recente e o cenário atual da integração da América do Sul nas áreas de infraestrutura, complementação produtiva e criação de um mercado comum, tendo como principal objetivo analisar os principais mecanismos regionais de financiamento desse processo. Tomando em conta os crônicos problemas de restrição e vulnerabilidade externa que historicamente afetam os balanços de pagamentos dos países sul-americanos, faz-se necessário que as recentes iniciativas progressistas de união regional dêem a devida importância a elementos como as fontes de financiamento próprias e as linhas de cooperação macroeconômica fora do âmbito neoliberal.

Palavras-chave: Integração, América do Sul, Financiamentos.

Rio de Janeiro
Fevereiro/2011

ABSTRACT

INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL: MECANISMOS REGIONAIS DE FINANCIAMENTO

Luciano Wexell Severo

Orientador: Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros

Abstract da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

This study has six chapters, through which presents the recent evolution and current scenario of integration of South America in the areas of infrastructure, complementary production and creation of a common trade with the main objective to analyze the main regional financing mechanisms to this process. Taking into account the chronic external vulnerability and restraint that have historically affected the balance of payments of South American countries, it is necessary that the recent progressive initiatives of regional union give due weight to factors such as funding sources and own lines of macroeconomic cooperation outside the scope of neoliberalism.

Keywords: Integration, South America, financing.

Rio de Janeiro
Fevereiro/2011

ÍNDICE

Agradecimentos	4
Dedicatória	5
Resumo	6
Abstract	7
Introdução	9

Parte 1

Cap. 1) Evolução recente do processo de integração sul-americana	12
---	----

Parte 2

Cap. 2) Cenário atual da Integração de infraestrutura	27
Cap. 3) Possibilidades de complementação produtiva	43
Cap. 4) Construção de um Mercado comum	62

Parte 3

Cap. 5) Principais mecanismos regionais de financiamento de curto prazo	76
5.1) Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR)	76
5.2) Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR)	78
5.3) O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)	83
5.4) Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (Sucre)	86
Cap. 6) Principais instituições regionais de financiamento do desenvolvimento	91
6.1) Corporação Andina de Fomento (CAF)	92
6.2) Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata)	97
6.4) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	99
6.3) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	101
6.5) Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)	108
6.6) Banco do Sul	109
Considerações finais	113
Anexo estatístico	116
Referências bibliográficas	139

INTRODUÇÃO

Antes de tudo é válido dizer que esta dissertação de Mestrado apresenta muito mais inquietações e pistas de caminhos a seguir do que respostas terminadas sobre o processo de integração da América do Sul. É o resultado de aulas e leituras do curso de Economia Política Internacional, em 2009 e 2010, e de trabalhos elaborados desde a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela (Camarabv) e a Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (Federasur), entre 2008 e 2010. Além disso, este texto é fruto de estimulantes visitas à Argentina e ao Uruguai, de viagens de mochila pela Bolívia, Peru e Chile e de quatro anos de residência em Venezuela. Por hora, somente temos a intenção de contribuir com o crescente debate sobre o tema. Pretendemos aprofundar essas discussões durante os próximos anos.

O presente trabalho tem seis capítulos, nos quais se apresenta a evolução recente e o cenário atual da integração da América do Sul nas áreas de infraestrutura, complementação produtiva e criação de um mercado comum, tendo como principal objetivo analisar os principais mecanismos regionais de financiamento desse processo. No Capítulo 1, faremos um recorrido sobre os avanços do processo de integração sul-americana desde a primeira metade do século XX, passando pelas contribuições do pensamento estruturalista desenvolvimentista da Cepal, pela criação da Alalc e as principais iniciativas impulsionadas no sentido de fazer frente aos problemas da restrição externa nos países sul-americanos, emissores de moedas não-conversíveis. Será possível identificar as oscilações destes esforços integradores por dois modelos distintos, um guiado pelo comércio e pelo “mercado”, e outro denominado industrialista, sustentado nas proposições estruturalistas desenvolvimentistas¹.

Para a elaboração dos Capítulos 2, 3 e 4, nos sustentamos em três argumentos apresentados por Medeiros (2008, p.222) em defesa do “comércio estratégico” como uma alternativa ao “livre-comércio”:

“a) o livre comércio amplia as diferenças tecnológicas entre países e a concentração dos frutos do progresso técnico; b) a regionalização pode ser considerada uma política promotora da industrialização quando viabiliza expansão dos mercados nacionais e do comércio intra-regional, através do acesso de cada país a um mercado maior para suas indústrias e uma maior especialização; c) a regionalização requer uma cooperação especial entre os países da região de forma a estabelecer as políticas comuns, investimentos em infraestrutura e, sobretudo, para compensar os desequilíbrios intra-regionais”.

¹ O arcabouço desse pensamento econômico, muitas vezes atribuído como originário da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e das publicações do argentino Raúl Prebisch no final dos anos quarenta, teve como uma das fontes o trabalho do romeno Mikhail Manoilescu, publicado no início dos anos trinta, sobre a “Teoria do protecionismo”.

Desta forma, faremos um balanço do cenário atual da integração de infraestrutura (Capítulo 2), das possibilidades de complementação produtiva (Capítulo 3) e da construção de um mercado comum (Capítulo 4). Ainda que sejam fotografias que expressam somente parte da realidade servirão de base sobre a qual serão desenvolvidos os capítulos posteriores.

Para as seções seguintes, nos aproveitamos das considerações de Renato Baumann (2009, p.6) sobre o processo de integração da América do Sul e apresentamos os avanços em três direções: a criação de instituições de provisão de crédito de longo prazo (pode-se associar esta ação ao caso do Banco do Sul e o novo papel assumido pelo BNDES); a manutenção de um mecanismo de *swap* de moedas, com o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) da Associação Latino-americana de Integração (Aladi), o Sistema de Moedas Locais (SML) do Mercosul e o Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (Sucre) dos países da Aliança Bolivariana para os povos de *Nuestra América* (Alba); e o fortalecimento de um mecanismo provedor de liquidez de divisas, como o caso do Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR) e a ideia de um Fundo Comum Sul-Americano, constituído pelas reservas dos países do Sul.

Assim, no Capítulo 5 abordamos o FLAR, o CCR, o SML e o Sucre. No Capítulo 6 discutiremos os instrumentos regionais para o financiamento do desenvolvimento. São os casos da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), do recém criado Banco do Sul e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que desponta como um agente relevante.

PARTE 1
CAPÍTULO 1
EVOLUÇÃO RECENTE DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Desde os acordos de Bretton Woods, há quase setenta anos, a moeda predominante nas transações internacionais é o dólar estadunidense. Essa função foi exercida durante o século XIX pela libra inglesa². Ao mesmo tempo em que a moeda do país hegemônico tem grande aceitação em todo o planeta, as moedas nacionais dos demais países têm pouca ou nenhuma aceitação fora de suas fronteiras. Com isso, historicamente os países emissores de moedas não-conversíveis sofrem de uma dificuldade crônica para obter a quantidade de divisas necessárias para fechar as suas contas internacionais. Precisam exportar cada dia mais, contrair empréstimos internacionais ou atrair capitais estrangeiros, seja através da desnacionalização de ativos ou da elevada remuneração das atividades especulativas. O problema crônico de ausência ou insuficiência de divisas nos países periféricos foi denominado “restrição externa” ou “vulnerabilidade externa”. Esse é um dos principais problemas dos países periféricos, que passam a ter reduzidas margens de manobra e autonomia para interferir em seu próprio processo de desenvolvimento econômico.

Costa (2003, p.116) afirma que,

“individualmente, cada país sul-americano subordinou suas exportações ao objetivo central de conseguir divisas para pagar suas dívidas externas e equilibrar o balanço de pagamentos... Em tais circunstâncias, a ‘estratégia comercial’ se reduz a vender o que seja e a quem quer que seja, desde que o pagamento seja feito em dólares. Mais recentemente, a estratégia alterou-se na forma, mas mantendo suas características perversas. Agora, procura-se importar capitais e não mais com tanta ênfase exportar produtos. Toda a importação de capitais é bem vinda, mesmo tendo fins especulativos ou voltada para a desnacionalização de ativos”.

A conjuntura econômica internacional do período das duas grandes guerras mundiais e da crise dos anos trinta estimulou que o modelo de desenvolvimento vigente na América Latina buscasse uma “virada para dentro”, pois a redução forçada das exportações e das importações ampliou ainda mais o drama da restrição externa (Tavares, 1976, p.29)³. Ao mesmo tempo, podemos afirmar que do ponto de vista político houve dois elementos fundamentais para esse processo. Durante aqueles anos as mudanças foram estimuladas, em

² Ver Serrano (2004).

³ Alfredo Eric Calcagno (2005, pp.64-65) argumenta que antes da Segunda Guerra, qualquer economista teria previsto uma calamidade na América Latina se fosse interrompido de forma repentina o comércio da região com os Estados Unidos e a Europa. No entanto, o que ocorreu durante o conflito mundial foi exatamente o contrário: uma particularidade de crescimento econômico pujante, sustentado na industrialização simples e na expansão do consumo a parcelas crescentes da população.

maior ou menor grau em cada país, pelas ações do governo brasileiro de Getúlio Vargas e, depois, pelas contribuições intelectuais do estruturalismo desenvolvimentista da Cepal. Os escritos de Manoilescu (1931) tiveram grande importância tanto em um caso como no outro.

Raúl Prebisch teve influência do intelectual romeno ao observar as diferenças das estruturas econômicas do centro e da periferia do sistema, apontando a existência de tendências à “deterioração dos termos de troca”⁴ e à ocorrência de problemas no Balanço de Pagamentos. O autor afirma que, devido às características estruturais do centro, os ganhos de produtividade ali obtidos eram ali mantidos. Dois fatores seriam determinantes para isso: a melhor organização (e conseqüente melhor remuneração) dos trabalhadores no centro e a maior elasticidade-renda da demanda dos produtos manufaturados⁵. Na periferia, ocorria o contrário e qualquer ganho de produtividade (fruto do progresso técnico) não seria ali incorporado, mas sim transferido ao centro através da queda dos preços dos produtos primários exportados ao centro. Ou seja, os produtos manufaturados eram caracterizados por preços rígidos e os produtos básicos, por preços flexíveis ou voláteis.

Esse mecanismo criava uma situação na qual os preços dos produtos industrializados cresciam relativamente a um ritmo mais acentuado que os preços dos produtos primários. Desta forma, o centro do sistema se apropriava dos ganhos de produtividade da periferia e concentrava os frutos do progresso técnico, via comércio. Os países produtores e exportadores de matérias-primas e produtos primários teriam que exportar cada vez mais para terem condições de importar a mesma quantidade de produtos industrializados do centro (Rodríguez, 1981, p.39). Essa teoria contradisse a proposta clássica de que a especialização em produtos primários e o livre comércio promoveriam uma homogeneização entre os níveis de renda e progresso dos países⁶.

⁴ “En la formulación de mi punto de vista mencioné desde el principio el papel del progreso técnico. Entre los aspectos principales de este fenómeno, mi interés se vio atraído en particular por la cuestión de la difusión internacional del progreso técnico y la distribución de sus frutos, ya que los datos empíricos revelaban una desigualdad considerable entre los productores y exportadores de bienes manufacturados, por una parte, y los productores y exportadores de bienes primarios, por la otra. Traté de entender la naturaleza, las causas y la dinámica de esta desigualdad y estudié algunas de sus manifestaciones tales como la disparidad de la elasticidad de la demanda de importaciones entre centro y periferia y la tendencia hacia el deterioro de las condiciones de intercambio de las exportaciones de productos primarios, las que podrían ser contrarrestadas por la industrialización y otras medidas de política económica” (Prebisch, 2006).

⁵ A elasticidade-renda da demanda reflete a sensibilidade que o aumento da renda tem sobre a demanda. Nota-se que ao longo do tempo uma parcela relativamente cada vez menor da renda dos países centrais seria direcionada à importação de produtos primários. Por outro lado, nos países periféricos, uma parcela relativamente cada vez maior da renda seria direcionada à importação de produtos industrializados.

⁶ Fiori (2001, p. 42) considera que “del punto de vista de su socio-génesis, la teoría estructuralista fue, en un primer momento, un salto de conciencia y un diagnóstico de la crisis de los años treinta y de los cambios económicos por los cuales pasaba la economía continental, como consecuencia de la larga crisis mundial inaugurada por la I Guerra Mundial. En ese sentido, el estructuralismo fue la forma de pensar de una generación de intelectuales que reflexionó en América Latina sobre el mismo cambio global que inspiró las obras de Keynes

Desta maneira, a concepção estruturalista aponta a industrialização dos países periféricos como forma de aumentar a geração de bens de maior elasticidade-renda. Além disso, defende a substituição de importações com o objetivo de reduzir o coeficiente de importações. A Cepal também considerou fundamental a integração regional, para fazer frente aos problemas da insuficiência dos mercados nacionais e das pequenas escalas⁷. Essas variáveis relacionadas com o tamanho dos países comprometiam o processo de industrialização e de difusão do progresso técnico. Por isso, seria necessário não somente promover a industrialização por substituição de importações em cada país, mas também buscar uma maior complementaridade entre as cadeias produtivas regionais como forma de ampliá-la. Vale salientar que o fim último dessas ações seria garantir a permanente melhoria das condições de vida das populações.

Medeiros (2010, p.84) sugere a existência de “dois caminhos possíveis para alcançar a integração regional, ainda que de forma aproximada e imprecisa”. A primeira alternativa seria o chamado “modelo neoliberal de integração”, que busca avançar através do “livre-comércio” e das orientações do “mercado”. Esta opção se associa à chamada “lei das vantagens comparativas” e aos benefícios da especialização como forma de garantir maior eficiência na alocação dos recursos, maior renda nacional e bem-estar. A segunda opção seria o denominado “modelo progressivo de integração”, cuja essência é composta por “políticas comerciais estratégicas e compensatórias articuladas à política industrial e de inovação tecnológica”. De acordo com o que comentamos nas páginas anteriores, fica claro que, na América do Sul, esse caminho foi representado pelo pensamento estruturalista latino-americano⁸.

Através do Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano, criado no

y Polanyi, entre otros. Sin embargo, progresivamente, se transformó en una teoría más ambiciosa, sobre las causas y la forma dinámica de instalación y expansión del subdesarrollo. Fue la primera reflexión sistemática y original de los latinoamericanos sobre su propia trayectoria político-económica y sobre su especificidad con relación al resto del mundo capitalista. Un programa original de investigación, que posteriormente se expandió para el campo de la sociología, la política y la historia”.

⁷ A respeito da argumentação estruturalista em defesa da formação de um Mercado Comum Latino-americano, Williams Gonçalves (2004, p. 237) afirma que “nessa teoria, uma mais intensa cooperação e integração econômica tem importância particular, qual seja, a de superar a exiguidade dos mercados nacionais pela criação de um mercado regional que fosse suficientemente amplo a ponto de alavancar a industrialização e a urbanização do sub-continente sul-americano”.

⁸ Padula (2011, p.195) recorda a importância das contribuições intelectuais do alemão Friedrich List (1883). “O pensamento dominante em sua época era o liberalismo econômico britânico (baseado na interpretação liberal da teoria de Adam Smith, publicada em A Riqueza das Nações de 1776), que preconizava o não intervencionismo estatal e o livre comércio como o único caminho para o desenvolvimento. Segundo ele, a Inglaterra trabalhava para influenciar a opinião pública no exterior e defender seus interesses propagando tal teoria. De forma pioneira e profética, List foi o grande promotor da então revolucionária idéia do *Zollverein*, união aduaneira entre os estados alemães - eliminando tarifas entre os estados da Alemanha e criando uma tarifa externa comum para o comércio - como base para a formação política da nação alemã”.

final dos anos cinquenta, a Comissão estabeleceu algumas condições essenciais para o êxito do processo de integração: eliminar paulatinamente tarifas e demais restrições ao fluxo comercial dentro da região, adotar uma Tarifa Externa Comum (TEC), criar um comitê central coordenador das políticas comerciais, organizar um sistema de compensação de pagamentos recíprocos e de crédito, adotar mecanismos especiais para os países mais atrasados, buscar garantir o equilíbrio das balanças comerciais dos países da região e respeitar o princípio da reciprocidade (Paiva e Braga, 2005, p.6).

Em meio a esse debate⁹, apesar das objeções dos Estados Unidos, em 1960, foi criada a Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc). De acordo com o Tratado de Montevideu, a instituição tinha a função de promover a integração regional através de uma agenda totalizante de abertura comercial e eliminação de todas as barreiras nos vinte anos seguintes. No início, fizeram parte da iniciativa Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Depois, aderiram Colômbia, Equador, Bolívia e Venezuela. A proposta de “eliminar todas as barreiras” e visar o “livre-comércio” não considerava a possibilidade de tratar de forma diferenciada os países menores, segundo o seu nível de desenvolvimento econômico.

A situação ampliou o debate entre “comercialistas” e “desenvolvimentistas”, segundo Barbosa (1996, p.141), ou entre “mercantilistas” e “integracionistas”, de acordo com Medeiros (2010, p.92). O primeiro grupo era identificado com a Argentina, o Brasil e o México, países de maior desenvolvimento que buscavam beneficiar-se de sua superioridade através do comércio dentro do bloco. O segundo grupo era composto pelos países andinos, que viam a Alalc como uma possibilidade de aprofundar a industrialização, a complementação das cadeias produtivas e uma maior cooperação na área de investimentos. A divergência culminou na formação do primeiro subgrupo regional, em 1969, através da assinatura do Acordo de Cartagena. Os países menores anunciaram a constituição do Pacto Andino, que desde 1996 vem sendo chamado de Comunidade Andina de Nações (CAN). Os integrantes originais do bloco foram Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. A Venezuela ingressou depois¹⁰. Vale dizer que esses seis países tinham estruturas econômicas muito mais

⁹ Na prática o processo de integração regional na América do Sul começou a engatinhar por volta dos anos cinquenta, com o surgimento das propostas de aproximação do Brasil de Getúlio Vargas, da Argentina de Juan Domingo Perón e do Chile do General Carlos Ibañez, que tentaram resgatar e dar continuidade ao chamado “Pacto ABC”, de 1915. Para mais informações, sugerimos a leitura de Perón (1968, p.83).

¹⁰ Paiva e Braga (2005, p.9) consideram que “em 1969, o protocolo de Caracas institucionalizou o insucesso do programa de liberalização previsto em 1960, diluindo de tal forma as obrigações dos países membros a ponto de reduzir o Tratado a uma mera declaração de boa vontade das partes em relação à integração”. Em 1976, o presidente chileno Augusto Pinochet anunciou a retirada do Chile da CAN. Em 2006, frente à assinatura de Tratados de Livre Comércio (TLC) da Colômbia e do Peru com os Estados Unidos, a Venezuela também

parecidas e complementares do que Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai¹¹.

A efetividade da Associação também foi dificultada pela reviravolta política na região e pelas crescentes restrições às importações, adotadas como forma de enfrentar os dois choques do petróleo de 1973 e 1979. Ainda assim, de acordo com Costa (2003, p.116), a iniciativa teve impactos positivos até meados dos anos setenta:

“o desgravamento tarifário dos produtos tradicionalmente comercializados pelos países da região permitiu uma rápida expansão do comércio regional. Entre 1961 e 1978, o comércio entre os países latino-americanos passou de US\$ 250 milhões para US\$ 3,3 bilhões, o que demonstra o relativo sucesso das teses que levaram à criação da Alalc. Entretanto, à medida que iam se abrindo novas concessões para outros produtos com menos grau de complementaridade econômica, as negociações foram se tornando mais difíceis”¹².

Quase simultaneamente ao surgimento da CAN, entrou em funcionamento a Corporação Andina de Fomento (CAF), que nasceu para fazer frente às dificuldades dos países de obterem acesso a créditos para investimentos em projetos, especialmente no setor de infraestrutura. Devido aos limites impostos pela restrição e o endividamento externo e pela falta de acesso a instrumentos de garantia, fez-se necessário o surgimento de uma instituição regional de financiamento do desenvolvimento no longo prazo.

No final daquela década, os países membros da Alalc também decidiram criar um mecanismo que possibilitasse a realização dos intercâmbios intra-bloco via comércio compensado, tratando de utilizar menos dólares nas transações¹³. Conforme veremos mais adiante, foi somente nos anos oitenta, devido à crise da dívida externa e ao agravamento dos problemas de restrição externa dos países periféricos, que o sistema ganhou força e efetividade. O instrumento se transformou em um mecanismo rápido, seguro e barato, cumprindo a sua função de facilitar os pagamentos do intercâmbio comercial intra-regional e

solicitou sua saída do bloco. Naquele momento, Bolívia e Equador igualmente tinham intenções de assinar um TLC com a maior economia do mundo. No mesmo ano, a Venezuela solicitou a sua entrada no Mercosul, já aprovada pelos parlamentos de Argentina, Brasil e Uruguai. O Senado do Paraguai votará a questão em 2011. Recentemente, Bolívia e Equador, passaram a integrar também a iniciativa venezuelana da Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra América (Alba).

¹¹ Conforme lembra Ffrench-Davis (2009, p.192), “a relação entre o PIB do maior e do menor país andino era, em 1980, 19 vezes, ao contrário da registrada pelos membros da Alalc, que chegava a quase 50 vezes”. É importante ressaltar que, até 2006, quase 75% das exportações de países como Bolívia, Equador e Venezuela foram compostos por bens primários. O Paraguai enfrenta uma situação similar (Medeiros, 2008, p. 241).

¹² “A despeito de todos os problemas, o percentual do comércio dentro da Alalc no total dos seus integrantes dobrou entre 1962-1964 e 1979-1981, de 10% para 20%” (Ffrench-Davis, 2009, p.189).

¹³ Durante a crise dos anos trinta, frente à extrema dificuldade para obter divisas, Hjalmar Schacht, então ministro de economia e finanças da Alemanha, apresentou um sistema pioneiro de comércio compensado que possibilitaria aos países incrementar seus intercâmbios sem a necessidade de utilizar somente a moeda de referência internacional. Em 1950 foi criado o primeiro sistema monetário regional na Europa, a União Europeia de Pagamentos (UEP), um convênio de créditos recíprocos fundamental na construção da União Europeia. Ao mesmo tempo, a Cepal propôs a criação de um sistema regional de pagamentos compensados (Severo, 2010, p.1).

impulsionar as transações.

Em 1980 a Alalc foi refundada como Associação Latino-americana de Integração (Aladi), formada pelos mesmos onze países. A nova proposta representava um avanço em relação à iniciativa anterior, na medida em que visava formar um mercado comum de forma gradual e progressiva, e através de acordos binacionais. Além disso, considerava a possibilidade de estabelecer tratamentos especiais aos países de desenvolvimento econômico inferior, como Paraguai, Bolívia, Uruguai e Equador. Diante da forte diminuição da liquidez internacional e dos fluxos comerciais e financeiros, os países membros da Aladi resgataram a proposta de ativar um mecanismo facilitador do comércio regional como forma de reduzir a dependência frente à moeda estadunidense¹⁴. Desta maneira, surgiu o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), do qual participaram os Bancos Centrais de doze países: os onze membros da Aladi mais a República Dominicana. No Capítulo 5, faremos uma apresentação pormenorizada deste sistema, assim como de outros instrumentos atualmente utilizados ou em vias de criação.

Em um cenário internacional de crise e forte restrição de divisas, as políticas orientadas a ampliar os vínculos regionais continuaram avançando e alcançando alguns resultados positivos no Cone Sul. Em 1985, Argentina e Brasil, governados por Raúl Alfonsín e José Sarney, criaram uma Comissão Mista para estudar modalidades de integração binacional. A Ata de Integração Brasileiro-Argentina, de 1986, estabeleceu os fundamentos do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), uma proposta bastante ambiciosa que buscava harmonizar as políticas internas de forma gradual, nos setores aduaneiro, comercial, de transportes, energia, comunicações e ciência e tecnologia¹⁵.

Padula (2010, p.11) apresenta uma resenha das denominadas “ondas de regionalismo”, que pretendem explicar os movimentos de integração. A primeira destas ondas teria alcançado maior relevância depois da Segunda Guerra Mundial, exatamente nos anos em que surgiram instituições como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Cepal. Na Europa Ocidental, com a criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (1951) e o Tratado de

¹⁴ Medeiros (2008) considera que “a cooperação macroeconômica regional, à medida que permita reduzir a dependência das economias a uma moeda de reserva e às agências multilaterais de financiamento (FMI, Banco Mundial) e possibilite maior estabilidade das taxas nominais de câmbio, evitando desvalorizações competitivas, constitui um importante fator para o estreitamento da integração econômica”.

¹⁵ Paiva e Braga (2005, p.15) consideram que “a aproximação entre os dois países já estava sendo desenhada desde o final da década de setenta, com a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil-Argentina-Paraguai (1979), o qual permitia a melhor utilização dos recursos hidrelétricos por parte destes três países das usinas de Itaipu e de Corpus. Além disto, neste mesmo ano, o Brasil e a Argentina assinaram um convênio de cooperação nuclear que ajudou a superar as divergências geopolíticas existentes entre eles, abrindo espaço para os entendimentos na direção da integração”.

Paris, de 1954, buscava-se constituir um bloco econômico e político entre os países. Na América Central nasceu o Mercado Comum Centro Americano (MMCA)¹⁶ e na Ásia, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean)¹⁷.

Esses esforços teriam durado até os anos setenta, quando a concepção desenvolvimentista e industrialista que os orientava foi superada pela avalanche do “pensamento único” do liberalismo econômico. A conjuntura internacional havia mudado de forma significativa com a chamada “restauração conservadora” liderada pelos Estados Unidos e custodiada pelo Reino Unido, de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. O período representou a retomada ou a restauração da hegemonia americana, com a sua fortaleza baseada especialmente no poder militar e no dólar¹⁸. O novo momento, que caracterizaria a segunda onda, tinha como bandeiras o livre-comércio e um Estado com funções limitadas¹⁹. O pensamento hegemônico difundia a ideia de que a simples ampliação dos fluxos de comércio e a especialização das economias de acordo com as suas vantagens comparativas estáticas proporcionariam o desenvolvimento generalizado dos países.

Assim, na América Latina, parte dos anos oitenta e os anos noventa foram caracterizados pelo reinado das propostas neoliberais, que posteriormente foram chamadas de “regionalismo aberto” da Cepal²⁰ e “novo regionalismo” do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (2003). A Cepal abandonou o argumento estruturalista, industrialista e desenvolvimentista há décadas. O elemento “novo” no tipo de inserção regional sugerido representa algo tão antigo como a perpetuação do subdesenvolvimento para os países sul-

¹⁶ O MCCA surgiu em 1960, por iniciativa de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Ffrench-Davis (2009, p.195) ressalta que “o avanço do comércio foi muito mais expressivo no MCCA do que na Alalc/Aladi. Como a industrialização, em sua maior parte, esteve associada ao processo de integração, os interesses criados transformaram-se numa força a favor do comércio intra-regional. Era um caso de ISI orientada para a integração. Na Aladi, ao contrário, os esforços para promover o comércio intra-regional foram derrotados, em muitos casos, pelos interesses consolidados na fase nacional anterior da ISI, entre a década de trinta e cinquenta”.

¹⁷ A Asean foi criado em 1967, com a finalidade de acelerar o crescimento econômico de Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia. O grupo tem duas versões, ASEAN+1 (membros mais a China ou o Japão) e ASEAN+3 (mais China, Coreia do Sul e Japão). Desde 1994, existe a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), bloco desenhado pelos Estados Unidos (Medeiros, 2010, p.91). Atualmente a APEC tem 21 membros: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Singapura, Taiwan, Tailândia, Estados Unidos e Vietnã.

¹⁸ Ver Fiori (2001) e Tavares (1985).

¹⁹ Vale destacar a forte redução dos gastos públicos em infraestrutura e a privatização de rodovias, portos e ferrovias. Além disso, a indústria naval foi desmantelada. Ver Paz (2011).

²⁰ O objetivo deste seria “fazer da integração um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente, em vez de ela se converter num obstáculo que a impeça, com isso restringindo as opções ao âmbito dos países da América Latina e Caribe. Isso significa que os acordos de integração devem tender a eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos”.

americanos. Parece evidente, pois, que uma proposta de integração industrialista deveria, ao contrário, insistir no processo de proteção das indústrias locais, de conexão das cadeias produtivas e de conformação de um forte mercado interno na América do Sul.

Com o colapso da URSS e o fim do mundo bipolar, na virada para os anos noventa, abriu-se um período de profundas análises e calorosos debates sobre a nova conjuntura internacional. Houve um lapso curto no qual prevaleceu a ideia de um possível mundo unipolar, sob a liderança dos Estados Unidos, o grande vencedor da Guerra Fria. No entanto, apesar da sua total supremacia nos campos político, econômico, ideológico, financeiro e militar, observou-se uma crescente conformação de blocos e pólos de aglutinação de poder nas diversas regiões do planeta. Enquanto, em 1992, os Estados Unidos impulsionaram o Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta)²¹ e propuseram a construção de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca)²², desde o México até o Cone Sul, a Alemanha configurou a Comunidade Econômica Européia e enquadrou os demais países em torno de uma moeda comum, o Euro²³. Por outro lado, o Japão ditou o ritmo da integração dos países asiáticos, sendo posteriormente acompanhado pela China, país que consolidou o seu crescimento e entrou com força no cenário asiático e mundial nos últimos 25 anos do século XX.

A mudança no cenário internacional nos anos noventa determinou a chegada dos presidentes Carlos Menem na Argentina e Fernando Collor no Brasil, ambos de forte inclinação neoliberal. Assim, o processo de integração ganhou outra perspectiva. O novo acordo assinado entre os dois países teve como objetivo central promover uma maior abertura comercial de suas economias, com um mecanismo de redução linear e automática das tarifas alfandegárias. A integração não se daria mais de maneira seletiva e setorial, conforme o plano anterior. Paraguai e Uruguai entraram nas negociações em 1991, quando foi assinado o

²¹ Os membros do Nafta (*North American Free Trade Agreement*) são Canadá, Estados Unidos e México. Para Calixtre e Barros (2010b), “a Cúpula de Brasília (2000) marca as divergências entre a América do Sul e o Nafta, consolidando a transição para o conceito de América do Sul como espaço de integração regional. A recusa do México em fortalecer o bloco latino-americano deixou evidente, em sentido real e simbólico, que o caminho da integração regional, visto a partir do Brasil, passava pela América do Sul, em vez de por toda a América Latina”.

²² “Em contraposição a esta proposta, em 1992, na VI Cúpula do Grupo do Rio, em Buenos Aires, Itamar Franco propôs a Iniciativa Amazônica, que tinha como objetivo criar uma aproximação entre Pacto Andino e Mercosul (que ainda não tinha personalidade jurídica, o que somente aconteceria em Ouro Preto, no final de 1994) e, em 1993, na VII Cúpula do Grupo do Rio, em Santiago, ampliou sua proposta e lançou a Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa), numa corrida para adequar as possibilidades nacionais à Alca. Se a aproximação com os Estados Unidos era inevitável, seria necessário que os países da região tivessem melhores condições para concorrer com os produtos norte-americanos” (Idem, 2010b, p.448).

²³ De acordo com Medeiros (2010, p.89) “el proceso de regionalización en Europa ha seguido dos proyectos muy diferentes. El primero que se desarrolla en los años justo posteriores a la finalización de la Segunda Guerra Mundial está guiado por un progresismo social y económico. El segundo se concretiza en un proyecto de

Tratado de Assunção, com o compromisso de formar o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Desta forma, em 1995, se formou uma área de livre comércio e foi instituída uma união aduaneira parcial, com uma Tarifa Externa Comum (TEC) em relação aos demais países que não são membros²⁴. Samuel Pinheiro Guimarães (2008) considera que o bloco surgiu como um projeto plenamente enquadrado pela concepção do “Consenso de Washington”²⁵, do livre comércio como instrumento único e suficiente para a promoção do desenvolvimento, a redução das desigualdades sociais e a geração de empregos. No entanto, mesmo assim, “o processo de integração sul-americano assumiu laços próprios de interdependência e construiu um caminho alternativo à aparentemente inelutável integração com os Estados Unidos” (Calixtre e Barros, 2010b, p.450).

Na opinião de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2009, p.2),

“o processo de integração entre o Brasil e a Argentina, iniciado em 1985-1987 pelos presidentes Alfonsín e Sarney, não visava apenas à formação de simples união aduaneira. Tinha também objetivo político e estratégico. A perspectiva era a de que a Argentina e o Brasil constituíssem um pólo de gravitação na América do Sul, núcleo de um futuro mercado comum, fundamento para a formação de um Estado supranacional. Este aspecto foi, de certo modo, eclipsado pelo Tratado de Assunção, que os governos de Fernando Collor e Carlos Menem celebraram em 1991, instituindo o Mercosul, mercado, entretanto, pelo vezo livre-cambista e neoliberal, dominante àquele tempo”.

Guardadas as proporções, os atrasos temporais de cada caso e algumas poucas exceções, podemos sugerir que os países sul-americanos têm caminhado em paralelo. Não andam necessariamente unidos mas avançam juntos, oscilando entre os dois caminhos para a integração descritos anteriormente. Ainda que o tempo histórico de cada um passe com um determinado ritmo, os anos 2000 chegaram para muitos países como um momento de superação, de retomada da alto-estima nacional, de resgate do papel Estado, de fortalecimento

integración neoliberal concentrado en torno al Sistema Monetario Europeo (SME) y se consolida con el tratado de la Unión Europea de 1993 (Tratado de Maastrich)”.

²⁴ Costa (2003, p.112) defende “a conformação de um mercado comum na América do Sul provido de um único e mesmo sistema aduaneiro protecionista, que garanta o desenvolvimento da indústria regional, para suprir, ao máximo possível, as necessidades regionais”. O Mercosul estabeleceu acordos parciais de livre comércio com o Chile (1995), a Bolívia (1996), a Venezuela, o Equador e a Colômbia (2004), e o Peru (2005). Segundo Motta-Veiga e Rios (2007), o Mercosul seria uma união aduaneira imperfeita, visto que apenas 10% das importações do bloco são regidas por uma tarifa externa comum. A partir de agosto de 2010, os quatro países membros chegaram a um acordo para eliminar a cobrança de dupla tributação da TEC (Rittner, 2010).

²⁵ Fiori (2001, p.40) considera que “la abrumadora hegemonía de las ideas liberales y el debilitamiento temporal de los estructuralistas, marxistas y nacionalistas fueron responsables por el encogimiento del debate intelectual, que ha quedado reducido al seguimiento de corto plazo de las políticas de privatización, desreglamentación y estabilización macroeconómica. Ese estrechamiento de las ideas ha acompañado la reducción del margen de maniobra de los Estados que adhirieron al programa de liberalización global y quedaron, al mismo tiempo, prisioneros de la camisa de fuerza creada por sus propias políticas liberales y por la fragilidad financiera de su nuevo modelo económico, cuyas restricciones externas no les daba espacio para el crecimiento rápido y sostenido, ni recursos fiscales para la expansión de infraestructura y para la sustentación de políticas sociales universales, capaces de detener el proceso de empobrecimiento de sus poblaciones”.

da democracia popular e de retomada do discurso da integração regional, agora sob uma visão mais industrialista e estratégica e não apenas comercialista e “de mercado”. A primeira década do século XXI foi marcada por consideráveis mudanças na linha política e ideológica de diversos governos da América do Sul. Novamente as transformações, resultados de conflitos externos e internos de cada país, chegaram quase que ao mesmo tempo, como uma nova onda contagiante. Esta seria a “terceira onda”.

Sob uma ótica parecida, French-Davis et al (2009, p.185) e Paiva e Braga (2005, p.10), consideram que o processo de integração regional passou por três etapas: a primeira (anos sessenta e início dos anos setenta), marcada pela intervenção do Estado, pelo processo de industrialização por substituição de importações e pela determinação de prazos para eliminar barreiras comerciais e adotar uma TEC; a segunda (final dos anos setenta), caracterizada pela frustração frente às expectativas da primeira fase, a perda de influência da Cepal, os choques do petróleo e as ditaduras na região; e a terceira (final dos anos oitenta e início dos anos noventa), sob uma nova visão, cujo objetivo já não era substituir importações, industrializar-se e nem defender-se coletivamente, mas sim cooperar para ampliar as exportações aos países desenvolvidos. Neste caso, faltaria uma quarta etapa, vigente a partir da virada do milênio.

Independentemente do número de “ondas” ou de “etapas”, o mais importante é constatar que nestes vaivens há uma marcada sincronia nos movimentos dos países da América do Sul. Esta ação sincrônica já havia ocorrido nos esforços industrialistas e nacional-desenvolvimentistas de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón nos anos cinquenta e nos golpes militares e no endividamento externo dos anos sessenta e setenta. De igual maneira, todos enfrentaram a “crise da dívida” dos anos oitenta, a sua desvantajosa renegociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos noventa, as subseqüentes aberturas comerciais e do fluxo de capitais, as privatizações e desnacionalizações²⁶. Para Medeiros (2009, p.22)

“historicamente, ainda que a integração econômica na América do Sul fosse reiteradamente reconhecida como uma necessidade para uma maior racionalização ao processo de substituição de importações e promoção de exportações, a precária inserção externa das economias e a instabilidade macroeconômica dela decorrente impediram sua evolução. A escassez de divisas (dólares) nos anos sessenta, acompanhada pelo fracasso da industrialização na maioria dos países do continente e do boom do endividamento externo dos anos setenta, afastaram qualquer projeto de regionalização de maior fôlego”.

No ano 2000, o governo brasileiro liderou a criação da Iniciativa para a Integração da

²⁶ Fiori (2007, p. 228) apresenta uma breve resenha de “convergências e continuidades” entre os países latino-americanos.

Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um fórum com o objetivo de centralizar a seleção e o financiamento de projetos de integração física dos doze países da região. Este seria o plano concreto, a coluna vertebral, para a viabilização da Alca. Os financiamentos seriam garantidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). De maneira geral, os projetos seriam executados sob o conceito de parcerias público-privadas (PPP) estando voltados à atração de investimentos externos para a criação e expansão de corredores de exportação de produtos regionais de baixo valor agregado²⁷.

Quiseram a história e os povos sul-americanos que exatamente em meio ao processo de discussões sobre a adoção da Alca e de plena aplicação da IIRSA, começassem a ascender ao poder presidentes com uma visão mais heterodoxa e crítica ao liberalismo econômico. Podem-se dizer, apesar da grande amplitude do termo, governos “de esquerdas”. Esta guinada foi resultante das complexas crises dos anos oitenta e noventa, que, de tão graves, tiveram a capacidade de aglutinar matizes keynesianos, estruturalistas, nacionalistas, socialistas, ambientalistas e indigenistas em uma mesma linha de negação ao “pensamento único”. No geral, esses grupos se uniram para defender um maior papel do Estado frente às “liberdades” de comércio, câmbio e capitais e, de certa forma, foram bem sucedidos na superação dos governos neoliberais²⁸.

Ainda que dez anos depois seja possível observar melhor as diferenças de cada um desses Projetos Nacionais – nos casos em que existem –, há muitos pontos comuns entre os planos de Hugo Chávez na Venezuela, Lula da Silva no Brasil, Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Tavaré Vásquez e José Pepe

²⁷ Conforme analisa Couto (Padula, 2010): “A IIRSA nasce com uma concepção de alavancar os investimentos privados na infraestrutura regional. Os investimentos na área, no Brasil, começavam a diminuir com a redução da agenda privatizadora empreendida na década de noventa. Nessa linha, nos anos noventa, grande parte dos investimentos no setor foram direcionados à transferência de ativos, e não a novos investimentos. Com a infraestrutura deficiente, a míngua dos investimentos externos, bem como os nacionais, privados e a crise fiscal do Estado face às turbulências financeiras, a IIRSA representa uma tentativa de resgatar a corrente de investimentos em infraestrutura para a região”.

²⁸ Fiori (2001, p.7) considera que “al empezar el siglo XXI, aumentan las señales, en América Latina, de una reversión de la hegemonía neoliberal, que asfixió la creatividad intelectual y aprisionó el pensamiento político y económico de las élites latinoamericanas durante la década de noventa. La nueva crisis, que se alastra por el continente, rescata y restablece en la agenda académica el viejo problema del desarrollo y de la identidad económica, política y cultural de la periferia capitalista... El actual regreso de problemas ampliamente debatidos desde el final de la II Guerra Mundial y la desautorización progresiva de las ideas que formaron el mainstream económico y político durante las dos últimas décadas nos remeten nuevamente a una otra tradición intelectual, la del pensamiento crítico latinoamericano y, dentro de ese pensamiento, a sus dos raíces más importantes: el estructuralismo y un cierto marxismo que se distanció, en la década de cincuenta, de las tesis y directrices oficiales de los partidos comunistas”.

Mujica no Uruguai e Fernando Lugo no Paraguai²⁹. Esses governos passaram a adotar orientações mais afins à intervenção estatal, à industrialização, ao desenvolvimento e à proposta de integração regional. No caso do Mercosul, de acordo com Souza *et al* (2010, p.22), em 2003 já era visível uma inflexão nas posturas dos países membros, sobretudo no caso do Brasil. Uma das principais medidas esteve relacionada com a busca da desconstrução das assimetrias dentro do bloco³⁰. Naquele ano o governo brasileiro anunciou o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) e meses depois foi criado o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)³¹.

Segundo Calixtre e Barros (2010b, p.453), o salto de uma estratégia defensiva para uma ofensiva de integração sul-americana

“deu-se no Acordo-Quadro entre Mercosul e Comunidade Andina de Nações (CAN), iniciando o que viria a ser a Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), criada em 2004 por ocasião da III Cúpula de Presidentes Sul-Americanos, em Cuzco, depois renomeada Unasul na I Cúpula Energética Sul-Americana, ocorrida em Ilha Margarita, Venezuela, em 2007. A Unasul nasceu com o objetivo de ser um organismo amplo, capaz de promover a integração não apenas de comércio, mas também de infraestrutura, finanças, comunicação, transportes, matriz energética, sistema educacional, saúde, estratégias científicas e tecnológicas, tendo como membros a totalidade dos países do subcontinente – exceção da Guiana Francesa, que é território francês, sem soberania plena.

Ao mesmo tempo, os presidentes da Venezuela e de Cuba criaram a *Alternativa Bolivariana para las Américas* (Alba), como contraponto à Alca. A proposta estava baseada

²⁹ No momento da redação final deste trabalho, há algumas importantes novidades: a piora do estado de saúde do presidente Lugo no Paraguai (desde agosto de 2010), o falecimento repentino de Néstor Kirchner na Argentina (em outubro de 2010) e a vitória da candidata da situação no Brasil, Dilma Rousseff (também em outubro).

³⁰ Uma das grandes limitações ainda vigentes é a falta de cooperação na área macroeconômica, na qual a experiência sul-americana ainda é limitada. Biancarelli (2007, p. 24) apresenta duas ações existentes neste sentido: em 2000, uma tentativa de definir metas comuns no âmbito do Mercosul, e, até 2006, uma Rede de Diálogo Macroeconômico (Redima). Os resultados da ação do Mercosul foram muito limitados, apenas contribuindo de alguma maneira para a harmonização de estatísticas dos quatro países. Os avanços da Redima, dirigida pela Cepal com apoio da União Europeia, foram menores ainda. Por sua vez, Machinea e Rozenwurcel (2006) identificam alguns fatores limitadores da cooperação macroeconômica: falta de sincronia entre os ciclos econômicos de cada país, reduzido grau de interdependência comercial e integração financeira, inexistência de mecanismos exógenos de coordenação na área cambial e ausência de um sócio grande que tenha capacidade de emprestar a sua alta credibilidade aos demais.

³¹ Veremos mais detalhes sobre o Focem no Capítulo 6. Segundo Souza *et al* (2010, p.22), “visto que o bloco sub-regional surgia em um contexto marcado pelo predomínio de ideias e de diretrizes liberalizantes, prevalecia, naquele momento, a premissa de igualdade de tratamento nas negociações comerciais internacionais, influenciada pelo ideário de igualdade de oportunidades... Esse ideário está representado na chamada cláusula de nação mais favorecida (MFN) presente no antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt) e na atual Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo esta cláusula, toda e qualquer preferência concedida a um país deve ser estendida aos demais, independentemente do nível de desenvolvimento sócio-econômico das nações envolvidas”. Medeiros (2010, p.86) aponta que “la UNCTAD promueve una modificación de la cláusula de nación más favorecida y defiende la cláusula de ‘no reciprocidad’ para los países en desarrollo, adoptando la idea de que ‘tratar como iguales a desiguales simplemente exacerba las desigualdades’”.

em critérios como soberania, solidariedade, reciprocidade e complementaridade³². Na Cúpula das Américas, em Mar del Plata, em 2005, a proposta estadunidense da Alca foi derrotada, o que representou uma grande vitória das chancelarias e dos setores políticos, sociais e econômicos da Argentina, do Brasil e da Venezuela³³. Naqueles anos de alta dos preços internacionais dos produtos básicos, intenso crescimento econômico mundial e melhores condições financeiras, surgiram diversas iniciativas comuns. Os principais avanços foram a criação do Conselho Energético da América do Sul (CEAS), na I Cúpula Energética Sul-Americana, em Isla Margarita; a formação da União de Nações Sul-americanas (UNASUL)³⁴; e o projeto de Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR)³⁵, que resultou na intensa aproximação entre os representantes dos Bancos Centrais sul-americanos, na constituição do Banco do Sul e em esforços ainda espasmódicos para conformar um mercado regional de títulos públicos³⁶.

Com a Unasul, o debate e as propostas de integração ganharam novo impulso e maiores relevos, ampliando ações não somente nas áreas de complementação energética, financeira e comercial, mas principalmente elevando o patamar da integração para os campos social e de desconstrução de assimetrias³⁷. Em poucos meses, a instituição criou instrumentos

³² Ver Congresso Bolivariano dos Povos (2005), que contém propostas para a integração em diversas áreas. Em 2009, durante a VI Cúpula Extraordinária da Alba, foi formalizada a adesão de Equador, São Vicente e Granadinas, e Antigua e Barbuda como membros, somando-se a Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica e Honduras. Na ocasião, o nome “Alternativa” foi substituído por “Aliança”.

³³ “No item 19 da Declaração de Mar del Plata, reconhece-se o caráter inoportuno da Alca. Além disso, atesta-se, ao longo do documento, a primazia do desenvolvimento econômico sobre a integração livre-cambista” (Calixtre e Barros, 2010, p.21).

³⁴ O parágrafo único do artigo 4º da Constituição de 1988 dita a concepção estratégica do país: “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Padula (2010, p.207) lembra que o artigo 13 do Tratado Constitutivo da nova estrutura, “estabelece que programas, instituições ou organizações existentes poderão ser incorporados a ela”. Este ponto abre a possibilidade de que a IIRSA, crescentemente criticada pelos novos governos, seja enquadrada pela Unasul. Além disso, segundo o auto, apresenta-se uma “clara oportunidade para mudar a forma da integração regional que foi consolidada e esta em curso”.

³⁵ De acordo com Calixtre e Barros (2010, p.22), a NAFR tem três objetivos: diminuir a dependência dos países sul-americanos do dólar; reduzir custos e facilitar a obtenção de divisas para o comércio; e financiar o desenvolvimento econômico da região, buscando autonomia dos órgãos financiadores tradicionais, como o BID e o Banco Mundial.

³⁶ Diversas dessas propostas e medidas partiram da Venezuela. O país utilizou os elevados saldos comerciais advindos das exportações de petróleo para adquirir títulos das dívidas públicas da Argentina e do Equador. Frente à crise internacional iniciada em 2008, o país deteve esta iniciativa. Por outro lado, o governo venezuelano criou diversas linhas de financiamento para os países da América do Sul, da América Central e do Caribe para a aquisição de petróleo com preços reduzidos e crédito de longo prazo a baixas taxas de juros. Essas ações estão dentro de estruturas como Petrosul, Petrocaribe e Petroandina. O Banco do Sul e o FLAR poderiam desempenhar um papel relevante na organização de um mercado regional de títulos da dívida e na cooperação intrarregional para o financiamento de curto prazo. Biancareli (2007, p.22) lembra que estes títulos foram os mesmos que haviam sido recusados pelos credores privados.

³⁷ Destacam-se as criações da Comissão de Coordenação dos Ministros de Assuntos Sociais (CCMAS); do Instituto Social do Mercosul (ISM); do Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social; do Conselho de Saúde Sul-Americano, que aprovou o Plano Estratégico Quinquenal 2010-2015 e está criando o Instituto Sur-

como o Conselho de Defesa Sul-Americano; o Conselho Energético da América do Sul, que elaborará um Tratado Energético Sur-Americano; o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (CIP); o Grupo de Trabalho sobre Integração Financeira que constituirá o Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças e elabora um Mecanismo de Resolução de Controvérsias em Matéria de Investimentos. Calixtre e Barros (2010b) identificam três eixos estruturantes da Unasul, que reforçam a iniciativa de construir um novo tipo de integração: o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) para integração da infraestrutura³⁸; a Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR) para a integração financeira; e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) para integração da segurança.

Na Reunião Extraordinária do Conselho de Chefes de Estado da UNASUL, realizada em Buenos Aires, em maio de 2010, os presidentes sul-americanos anunciaram a histórica decisão de conformar a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), uma espécie de OEA sem Estados Unidos e Canadá. O nascimento formal da instituição será no dia 5 de julho de 2011, na Venezuela, coincidindo com a comemoração do bicentenário da declaração de independência do país.

Apesar de tantos avanços obtidos no processo de integração nos últimos anos, existem grandes entraves a serem tomados em conta. Medeiros (2010, pp.84-87) avalia que a “regionalização” gera benefícios para os países envolvidos quando suas estruturas produtivas e seu nível de desenvolvimento são similares ou quando existem mecanismos compensadores em favor dos países mais pobres. Senão, a regionalização causa o aprofundamento das assimetrias. O autor considera que

“a ênfase no livre comércio, o desajuste entre o papel predominante do Brasil e as suas iniciativas, assim como seu crescente saldo comercial positivo no comércio intra-regional, as assimetrias entre os países envolvidos, e a fragilidade das iniciativas sociais, constituem um freio para a construção de uma área economicamente integrada, a menos que esses obstáculos sejam superados... A

Americano de Saúde; do Programa de Bolsas Unasul-Saúde; do Conselho de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (COSECCTI); o fortalecimento da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, que integra importantes organizações regionais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT); e a ampliação da abrangência da Conferência Sul-Americana sobre Migrações, buscando avançar com a ideia de criar a cidadania Sul-Americana. Diversos acordos dispensam vistos de turismo e de trabalho, assim como a tradução de documentos oficiais para fins migratórios. Também chamamos a atenção para o surgimento, em 2005, do Parlamento do Mercosul, cujo protocolo constitutivo foi promulgado pelo Brasil em 2007.

³⁸ Segundo o Balanço de Política Externa 2003/2010 (MRE, 2011), “o advento da Unasul serviu de catalisador para o reenfoque da IIRSA pelos países membros. A necessidade de aprofundar a discussão dos projetos e, sobretudo, de buscar alternativas em nível político e não apenas técnico para a questão crucial do financiamento levou à criação, em agosto de 2009, por decisão presidencial, do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul (Cosiplan). Com essa medida, os países buscam conferir o devido suporte político e estratégico, no mais alto nível, às atividades desenvolvidas na área de integração da infraestrutura física regional... Caberá ao Cosiplan, então, redefinir a matriz de projetos e priorizar aqueles mais emblemáticos para a o fortalecimento e a integração da infraestrutura regional, bem como buscar efetivas fontes de financiamento público às obras necessárias na região”.

menos que exista uma liderança macroeconômica por parte da economia mais forte da região, e instrumentos comerciais e financeiros, esses objetivos são de difícil realização”.

Ao longo do trabalho analisaremos essas e outras incongruências, com a finalidade de apontar os pontos fortes e fracos destes ziguezagueantes esforços pela integração da América do Sul.

PARTE 2
CAPÍTULO 2
CENÁRIO ATUAL DA INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

A América do Sul possui características naturais e geográficas que representam condições especiais para a construção de um bloco regional. São imensas as potencialidades da região. Os países sul-americanos possuem um PIB de US\$ 2,8 trilhões, uma população de 390 milhões de habitantes, uma superfície superior aos 17 milhões de quilômetros quadrados, exportações que superam os US\$ 450 bilhões, mais de 20% da água doce do planeta, controle sobre a Amazônia e acesso aos dois maiores oceanos, maior produção mundial de alimentos, elevadas reservas de hidrocarbonetos líquidos e gasosos, biodiversidade, absoluta harmonia entre as religiões, idiomas bastante parecidos e uma história compartilhada. Existiriam, portanto, todas as condições necessárias para sustentar um elevado ritmo de desenvolvimento, visando construir um espaço integrado que permita uma inserção internacional soberana e possibilite maiores níveis de coesão social e econômica³⁹.

Unidas, as economias sul-americanas dispõem, além dos imensos recursos disponíveis, de mão de obra e elevada capacidade produtiva para satisfazer quase que plenamente as suas necessidades. A exceção seriam alguns produtos específicos e determinados bens de capital e de alta tecnologia. Costa (2003, p. 116) considera que um esforço concreto para uma maior articulação das cadeias industriais regionais teria um rápido efeito positivo, no sentido de fortalecer as estruturas produtivas e diminuir a vulnerabilidade externa dos países sul-americanos. Abaixo, reproduzimos um quadro apresentado pelo autor, que mostra o denominado “nível de auto-suficiência” da América do Sul. Estes dados serviriam como argumento favorável à possibilidade de expandir racionalmente e de forma planejada as conexões comerciais e produtivas e aprofundar a integração regional.

³⁹ De acordo com Furtado, existiriam três condições indispensáveis para a formação de um sistema econômico nacional: a criação e o fortalecimento de ‘centros endógenos de decisão’ capazes de garantir à sociedade o poder de ordenar o processo em função de suas próprias prioridades; que esse processo seja acompanhado por uma crescente homogeneização da sociedade, abrindo caminho para a plena realização do potencial cultural nacional; e que a ideia de “formação” se transforme em “vontade coletiva” e em um poderoso projeto político capaz de transformar a agenda de prioridades nacionais (Fiori, 2001, p. 47).

Nível de auto-suficiência da América do Sul					
Fontes: ONU, BIRD e estimativas da Sociedade Brasileira de Economia Física (SBEF)					
Alimentos		Energéticos		Manufaturados	
Cereais	123	Petróleo cru	142	Máquinas e equipamentos	50
Carnes	123	Petróleo refinado	100	Automóveis e caminhões	70
Peixes e mariscos	188			Têxteis	105
Leites e derivados	105	Produtos básicos			
Frutas e verduras	115	Fertilizantes	70	Metais básicos	
		Pesticidas	45	Ferro e aço	100
Minerais		Medicamentos	30	Cobre	282
Minério de ferro	257	Cimento	100	Alumínio	120
Minério de cobre	128	Fibras sintéticas	85	Chumbo	123
Bauxita	183			Zinco	104
Manganês	161	Matérias primas		Estanho	114
Enxofre	97	Rocha fosfórica	45	Níquel	100
Carvão e coque	40	Potássio	<10		
Cromo	73	Soda cáustica	73		
Titânio	<10				
Tungstênio	<10				

No entanto, o período colonial fez com que cada país estabelecesse, voluntariamente ou induzido desde o exterior, o seu vínculo direto com as metrópoles, criando caminhos mais curtos até os portos, como um cordão umbilical próprio⁴⁰. Apesar de alguns avanços, os países do subcontinente permanecem de costas uns para os outros, quase da mesma forma que estiveram durante os últimos cinco séculos. A relação colonial impôs à região uma participação na divisão internacional do trabalho como provedora de insumos básicos e matérias primas ao centro do sistema capitalista mundial. Houve muito poucas oportunidades para que fossem desenvolvidas relações físicas e institucionais entre os vizinhos. Terminada a primeira década do século XXI, é visível que ainda prevalece a herança do modelo colonizador, que não tinha qualquer interesse de interconectar o território sul-americano.

Paz (2011, p.35), que realizou um diagnóstico completo e atualizado da integração da infraestrutura da América do Sul, considera que

“ainda em nossos dias, a infraestrutura sul-americana é marcada pelos séculos de colonização e dependência internacional. Nossos espaços e redes logísticas de integração carregam a herança de uma economia historicamente agroexportadora. A estruturação da escassa infraestrutura existente no continente foi norteada pelos interesses do setor e limitada pela sistemática falta de recursos e planejamento. Esse processo foi também condicionado pelos desafios naturais e geográficos do continente, sobretudo a Cordilheira dos Andes e a Amazônia, que raríssimas vezes foram superadas pela infraestrutura sul-americana. Condição-se assim uma infraestrutura capilarizada em torno dos portos de exportação, com baixíssimo nível de integração entre as economias nacionais”.

Até hoje há evidências significativas da falta de integração física, não só entre os países, mas também entre regiões de um mesmo país. Um dos casos mais evidentes é o da Venezuela, cujo território é literalmente cortado ao meio pelo Rio Orinoco e onde até pouco

⁴⁰ “Assim, ficou despedaçada a Pátria Grande e os pequenos países começaram a viver suas vidas pequenas. Proprietários de terras, mineiros e comerciantes dos portos impuseram seu domínio e os Estados desunidos da América Latina iniciaram, cada um, seu próprio caminho de frustração e impotência” (Galasso, 2006).

tempo atrás existia uma única ponte que ligava um lado do país ao outro. Em 2006 concluiu-se a segunda ponte e a terceira já está em estágio avançado de construção. Ambas as obras foram realizadas pela construtora brasileira Odebrecht e contaram com financiamento do BNDES.

A situação dos isolamentos territoriais é semelhante em outros países da região. Continua sendo muito complicado transitar por terra de Brasília para Belém do Pará ou de Rio Branco para Natal. O mesmo ocorre na maioria das regiões da Bolívia, do Peru ou do Equador, entre outros. Verifica-se, assim, que a América do Sul é um continente fracionado, de norte a sul e de leste a oeste. Enquanto as costas têm alta densidade populacional no Atlântico, no Pacífico e no Caribe, o miolo do território representa um grande vazio, praticamente sem conexões com as demais áreas.

O referido trabalho de Paz (2011) apresenta uma visão detalhada da integração nas áreas de transporte, energia e comunicações. Abaixo, reproduzimos mapas elaborados pelo autor referentes aos gasodutos, ferrovias e conexões elétricas atualmente existentes. No geral, foram iniciativas desenvolvidas como resposta às demandas comerciais, sempre orientadas para os portos, refletindo a falta de planejamento estratégico para a interconexão da região e a sua condição de periferia na divisão internacional do trabalho.



Fonte: Paz (2011)

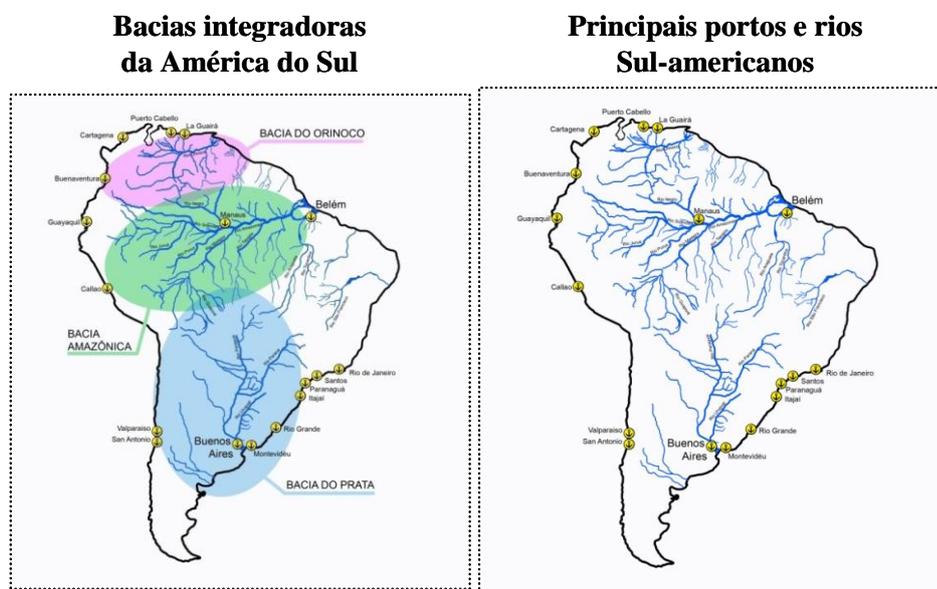
O exemplo das diferentes bitolas nas ferrovias sul-americanas, situação que também ocorre dentro dos países, evidencia a magnitude dos desafios para os próximos anos. No caso dos gasodutos, há uma maior concentração de ações no Cone Sul, especialmente na Argentina, e também entre a Colômbia e a Venezuela. Recentemente, com a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) e do Gasoduto do Nordeste (Gasene), o Brasil apareceu

como um importante agente no campo energético. Além disso, se estuda a possibilidade de conectar as imensas reservas venezuelanas com o Cone Sul, através do Gasoduto do Sul, que garantiria a soberania energética da região no longo prazo. As principais iniciativas na área de energia elétrica igualmente se observam no sul do continente, sobretudo entre os países do Mercosul. Grande parte das ações é fruto dos trabalhos da Eletrobras com Paraguai, Argentina, Uruguai e Venezuela, também havendo avanços binacionais entre esses países e entre Equador, Colômbia e Venezuela.

Na área de transportes, de acordo com o Balanço de Política Externa 2003-2010 (MRE, 2011), tem havido um progresso na interligação entre o Brasil e os vizinhos. Desde 2004, três pontes foram inauguradas, uma esta sendo reformada e outras cinco estão em diferentes etapas da construção. Desses nove projetos, oito serão custeados pelo Brasil. Somente a ponte com a Argentina será financiada pelos dois países. Abaixo, reproduzimos a lista de iniciativas por país fronteiriço e os seus respectivos custos.

Fronteira do Brasil com	Obra	Valor	Condição atual
Argentina	Novas travessias rodoviárias sobre o rio Uruguai	Em licitação	A Comissão Binacional preparou os termos do edital de licitação internacional para a contratação do estudo de viabilidade dos pontos alternativos para as novas pontes. O Dnit e a Secretaria de Transportes da Argentina estão fazendo os ajustes finais para o lançamento do edital. O estudo possuirá valor global máximo de US\$ 500 mil, com recursos orçamentários de ambos os países. Observações: o Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai – assinado em 2000 e vigente desde 18/02/04 – prevê a construção de ponte internacional unindo o Brasil à Argentina em uma das seguintes localidades: Itaqui-Alvear; Porto Xavier-San Javier; Porto Mauá-Alba Posse.
Bolívia	Ponte sobre o rio Acre	US\$ 3,5 milhões	A ponte, que liga as cidades de Brasiléia e Cobjia, foi INAUGURADA pelos presidentes do Brasil e da Bolívia em em 11/08/04.
	Ponte sobre o rio Mamoré	R\$ 250 milhões	O projeto básico encontra-se em estágio avançado. A empresa de engenharia responsável realiza alterações de algumas características do projeto, de modo a reduzir os custos estimados. A licença ambiental prévia para a obra foi emitida em abril de 2010. Observações: Em 2007, Brasil e Bolívia firmaram acordo para a construção de ponte internacional sobre o rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guayaramerín, no Departamento do Beni. O acordo, já em vigor, prevê que caberá ao Brasil arcar com os custos da elaboração dos estudos, projetos e da construção da ponte e obras complementares.
	Ponte sobre o igarapé Rapiirã	R\$ 250 milhões	Em 17/7/2009, por meio do Decreto Legislativo nº 497, o Congresso Nacional aprovou o texto do Acordo entre o Brasil e a Bolívia para a construção de uma ponte internacional sobre o igarapé Rapiirã entre as Cidades de Plácido de Castro e Montevideo. Celebrado em La Paz, em 17/12/2007, o acordo precisa ser aprovado pela Bolívia. O instrumento entrará em vigor na data de recepção da notificação boliviana.
Peru	Ponte Assis Brasil-Iñapari	R\$ 30 milhões	A ponte, de 240m de extensão, foi INAUGURADA pelos presidentes do Brasil e do Peru em 21/01/06.
Guiana	Ponte sobre o rio Tacutu	US\$ 10 milhões	A ponte, entre as cidades de Bonfim e Lethem, foi oficialmente INAUGURADA pelos presidentes do Brasil e da Guiana em 14/09/09. Trata-se da primeira conexão terrestre entre Brasil e Guiana e de parte fundamental do projeto de conexão rodoviária Boa Vista-Georgetown.
Paraguai	Segunda Ponte sobre o rio Paraná	R\$ 200 milhões	O projeto básico da ponte está em estágio avançado. A construção tem por principal objetivo descongestionar o tráfego na Ponte da Amizade, ligando a BR-277 ao município paraguaio de Presidente Franco. A segunda ponte se destinará, em princípio, ao transporte de carga.
Uruguai	Segunda Ponte sobre o rio Jaguarão e Restauração da Ponte Mauá	US\$ 51 milhões	O Dnit já contratou uma consultora para elaborar o projeto executivo e outra para fazer os estudos ambientais necessários ao licenciamento. Os projetos executivos estão em estado avançado de elaboração e a previsão é de que a licitação para as obras das duas pontes seja lançada no 1º semestre de 2011.

A seguir, anexamos dois mapas que reforçam o argumento em defesa do transporte fluvial. As três grandes bacias hidrográficas da América do Sul, a do Orinoco, a Amazônica e a do Prata, representam grandes possibilidades de conexão. Veremos adiante como, apesar disso, o modelo de transporte rodoviário continua prevalecendo.



Fonte: Paz (2011)

Por um lado, diz-se que não haverá integração regional enquanto não exista a integração nacional dos próprios países. Certamente a integração nacional será primordial e, acima de tudo, uma questão de defesa, soberania e integralidade territorial. Mas, ao mesmo tempo, pode-se verificar que as integrações nacionais também poderão ser estimuladas pelo processo de integração regional. Há exemplos atuais disso. Um deles é a aproximação entre o sul da Venezuela e o norte do Brasil, que tem beneficiado as populações fronteiriças dos dois países, através da melhoria das vias de acesso e da ampliação dos serviços básicos de todo tipo. Como a política externa brasileira tem priorizado as regiões de fronteira, também se verificam experiências positivas recentes nas divisas com a Argentina, o Uruguai, a Bolívia e o Peru. O caminho da integração e da conformação de um bloco de nações na América do Sul passa necessariamente pela interconexão dos espaços físicos desses países⁴¹. Embora, os

⁴¹ Costa (2008, p.118) afirma que “o efeito da falta de uma infraestrutura adequada começou a ficar mais evidente na última década com o recente crescimento econômico e aumento das exportações. Este se materializava nos altos custos de transportes e na dificuldade de comunicação entre regiões próximas. Com efeito, as conseqüências da falta de uma integração entre as redes internas de infraestrutura, sejam elas energéticas, transportes ou logísticas, ficaram ainda mais claras diante das limitações impostas ao crescimento pela falta destas redes e pelas oportunidades decorrentes das complementaridades entre as economias que deixamos de aproveitar”. De acordo com Guimarães (2008), “Não há a menor possibilidade de construção de um espaço econômico e político sul-americano (economicista ou solidarista, não importa) sem um amplo programa

grandes obstáculos naturais continuem sendo a Amazônia e a Cordilheira dos Andes, existem outras barreiras de caráter político e financeiro.

Sob a ótica da política, de modo geral, dentro dos países sul-americanos existem coalizões de poder que se beneficiam da desintegração regional e da existência de enclaves. Estes grupos estão conformados, essencialmente, por banqueiros internacionais ou nacionais, intermediários dos empréstimos e financiamentos externos, exportadores de produtos de baixo valor agregado e alguns grupos de importadores. Inclusive por isso, um dos objetivos centrais principais do modelo de integração industrialista seria impulsionar as potencialidades internas da América do Sul, garantindo que as principais beneficiárias deste processo sejam as próprias populações da região.

Esta integração responderia a uma ação política dos Estados Nacionais, baseada no resgate de uma identidade própria sul-americana e em um amplo processo de participação popular. A proposta de aproximação dos países do Sul possui um manancial histórico muito favorável e, inclusive por esse motivo, existem fortes resistências a uma integração “comercialista” e neoliberal, ou “desintegradora”, que reforce ou amplie os problemas do subdesenvolvimento. Não se trata, portanto, de buscar uma integração que crie novos dutos para o escoamento dos melhores recursos sul-americanos para a Europa, os Estados Unidos ou a Ásia.

Imerso no panorama de avanço do neoliberalismo, o governo de Fernando Henrique Cardoso convocou os demais mandatários da região para lançar a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Tratava-se da I Reunião de Presidentes da América do Sul, que contou com a presença dos presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF). Sugerimos a leitura do Comunicado de Brasília, que poderia ser convertido em uma pérola da história do subdesenvolvimento da América do Sul⁴². No ponto 34 do documento consta que

“os Presidentes dos países da América do Sul reafirmaram seu apoio ao processo de expansão e aprofundamento da integração econômica no Hemisfério. Nesse contexto, receberam com satisfação os resultados da V Reunião Ministerial da Alca, realizada em Toronto em novembro de 1999, e reafirmaram seu compromisso com a construção progressiva de uma área de livre comércio nas Américas, cujas negociações deverão estar terminadas a mais tardar em 2005, sobre bases equitativas e equilibradas que assegurem o acesso efetivo a mercados para as exportações provenientes dos países da América do Sul”.

Nesta atmosfera fértil para aberturas econômicas e inserções internacionais

de construção e de integração da infraestrutura de transportes, de energia e de comunicações dos países da América do Sul”.

subordinadas, a Iniciativa foi apresentada como um fórum que centralizaria a seleção e o financiamento de projetos de integração física dos doze países da região. Desde o princípio ficou evidente a grande influência do BID e da CAF no Comitê de Coordenação Técnica (CCT) da IIRSA, responsável por selecionar e hierarquizar os projetos apresentados pelos governos dos países⁴³. Dentro da estrutura da Iniciativa existem os chamados processos setoriais, que são os seguintes: Financiamento de projetos de integração física regional, Facilitação de passos de fronteira, Tecnologia da informação e comunicações, Marcos normativos de mercados energéticos e Sistema operativo de transporte aéreo, marítimo e multimodal. Entre as sustentações teóricas da IIRSA podemos citar o chamado “regionalismo aberto” da Cepal e o “novo regionalismo” do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID⁴⁴.

O rápido avanço da proposta foi possível, sobretudo, porque naqueles anos quase todos os demais presidentes sul-americanos também exerciam o papel de baluartes do neoliberalismo. Os principais eram Andrés Pastrana da Colômbia, Ricardo Lagos do Chile, Jorge Batlle do Uruguai, Hugo Banzer da Bolívia, González Macchi do Paraguai, Gustavo Noboa do Equador, Alberto Fujimori do Peru e Fernando de la Rúa da Argentina⁴⁵. A única exceção do grupo era Hugo Chávez, da Venezuela, país que participou plenamente da IIRSA. A iniciativa foi aplicada seguindo os dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) apresentados abaixo⁴⁶.

⁴² http://www.caf.com/attach/8/default/Comunicado_Brasilia_esp.pdf, acesso em 5 de janeiro de 2011. Igualmente recomendamos a leitura dos discursos dos presidentes do Brasil, do BID e da CAF na reunião.

⁴³ Segundo aponta Padula (2010), o próprio Comitê de Coordenação Técnica (CCT) da IIRSA afirmava perseguir “la integración de mercados para incrementar el comercio intrarregional, aprovechando primero las oportunidades de integración física más obvias; apoyar con infraestructura la consolidación de cadenas productivas para lograr una inserción más competitiva en los grandes mercados del mundo; y reducir el ‘Costo Suramérica’, a través de la creación de una plataforma logística vertebrada e insertada a la economía global.”

⁴⁴ Gunydas (2005) lembra que “as ideias de ‘regionalismo aberto’ usadas na América Latina se originaram nas propostas da Cepal do início da década de noventa. Essas ideias eram parte de uma tentativa de gerar novas concepções sobre o desenvolvimento e desembocaram na apresentação de três documentos: ‘Transformação produtiva com equidade’ de 1990, seguido por ‘O desenvolvimento sustentável: transformação produtiva, equidade e meio ambiente’ em 1991, e finalmente pelo programa de ‘Regionalismo aberto’ de 1994”. Ver Bielschowski (2000, p. 937). Sobre o “novo regionalismo”, ver o Relatório 2002 do BID (2003), sobre Progresso Econômico e Social na América Latina.

⁴⁵ Os dois últimos tiveram seus mandatos interrompidos por grandes convulsões sociais, protestos e manifestações de rua promovidos por movimentos populares e setores organizados das sociedades peruana (novembro de 2000) e argentina (dezembro de 2001). No Equador, Jamil Mahuad, que antecedeu ao presidente Gustavo Noboa, foi derrubado do poder em janeiro de 2000. Na Bolívia, em 2003, o presidente Gonzalo Sanchez de Lozada, sucessor de Hugo Banzer, também foi deposto. Foram anos de forte instabilidade política.

⁴⁶ Padula (2010, p.177) demonstra as similaridades entre os EID da IIRSA e os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) presentes no Plano Plurianual (PPA) 1996-1999 (Brasil em Ação), do governo federal, e no PPA 2000-2003 (Avanço Brasil).



De acordo com Brasil (2006, p.4),

“a IIRSA privilegia uma visão estática e não dinâmica de longo prazo, bem como a participação privada, que canaliza seus recursos de acordo com sua visão particular. Diante de tais constatações, apontamos que o critério utilizado pela carteira IIRSA para a eleição de projetos tende a aprofundar a atual forma de inserção internacional dos países da região, perpetuando suas assimetrias... Percebemos um projeto baseado em uma infraestrutura voltada ‘para fora’, reforçando a tendência primário-exportadora dos países da região. Os principais centros produtores e consumidores da região não serão interligados entre si. Assim, este projeto expandiria a competitividade e as complementaridades estáticas da região, mantendo os países em sua condição de subdesenvolvimento”.

Entre os anos 2000 e 2010, a IIRSA concentrou uma carteira de 524 projetos, cujos dados consolidados apresentamos a seguir. A principal observação sobre o quadro abaixo está relacionada com o valor total estimado dos investimentos, que ascende a US\$ 95,3 bilhões. Ainda que este montante equivalha aos PIBs do Equador e do Uruguai juntos, representou apenas 3,3% do PIB da América do Sul em 2009. Ou seja, a primeira consideração que fazemos é sobre a própria limitação dos investimentos em infraestrutura.

Resumo da Carteira de Projetos da IIRSA por EID, junho 2010

EID	Nº Grupos	Nº Proyectos *	Inversión Estimada (millones de US\$) **
Andino	10	64	8.416,1
De Capricornio	5	72	9.421,4
De la Hidrovía Paraguay-Paraná	5	95	6.677,3
Del Amazonas	7	58	5.400,7
Del Escudo Guayanés	4	25	1.214,9
Del Sur	2	27	2.713,0
Interoceánico Central	5	55	5.525,1
MERCOSUR-Chile	6	107	35.536,1
Perú - Brasil - Bolivia	3	23	21.402,3
TOTAL	47	524	95.338,6

O segundo ponto que ressaltamos fica mais evidente a partir da observação do quadro abaixo, no qual se verifica que os projetos enviados pelos países ao CCT, responsável por selecioná-los e hierarquizá-los, tiveram um caráter muito mais nacional do que de integração regional.

Carteira de Projetos da IIRSA por Alcance geográfico, junho 2010

Ámbito	Nº Proyectos	Inversión Estimada (millones de US\$) *
Nacional	433	72.182,16
Binacional	79	19.801,63
Trinacional	9	2.974,35
Multinacional	3	380,50
TOTAL	524	95.338,64

O fato de 82,6% dos projetos e 75,7% dos recursos serem destinados a iniciativas de alcance Nacional é irrefutável. De todos os 524 projetos da IIRSA, somente 12 (ou 2,3%) têm âmbito Trinacional ou Multinacional. Neste ponto, constata-se a ideia de que os projetos são apresentados pelos países com a finalidade de solucionar problemas internos e resolver questões isoladas. Em muitos dos casos, o objetivo tem sido conectar os países ao mercado mundial. Em outras situações, os projetos já existiam e inclusive tinham algum nível de avanço desde muito antes da criação da IIRSA. De acordo com a análise pormenorizada de Padula (2010), o planejamento da Iniciativa é fragmentado e não propõe projetos estruturantes ou industrializantes, que resultem na integração das cadeias produtivas regionais e estimulem mais investimentos.

Outro elemento importante está relacionado com a divisão dos projetos da IIRSA por setor. A seguir, apresentamos três quadros nos quais é possível observar, entre outros pontos, que 86% dos projetos e 57,3% dos recursos estão agrupados no setor de transportes. Por sua

vez, o setor de energia agrupa 12,2% dos projetos e 42,7% dos investimentos. O setor de comunicação detém cerca de 1% dos projetos e um valor irrisório. Além disso, no caso da infraestrutura de transportes, existe uma imensa concentração de projetos no modal rodoviário, de maior custo, em detrimento das imensas potencialidades da região de ampliar a utilização dos modais ferroviário e hidroviário.

EID	Nº Proyectos Transporte	Inversión Transporte (millones de US\$)
Andino	49	5.428,72
De Capricornio	68	8.181,36
De la Hidrovía Paraguay-Paraná	85	5.271,25
Del Amazonas	51	5.334,49
Del Escudo Guayanés	18	911,90
Del Sur	24	2.263,00
Interoceánico Central	51	5.037,80
MERCOSUR-Chile	90	19.916,97
Perú - Brasil - Bolivia	17	3.232,29
TOTAL	451	54.609,62

EID	Nº Proyectos Energía	Inversión Energía (millones de US\$)
Andino	13	2.987,30
De Capricornio	4	1.240,00
De la Hidrovía Paraguay-Paraná	7	1.369,00
Del Amazonas	6	63,06
Del Escudo Guayanés	6	303,00
Del Sur	3	450,00
Interoceánico Central	2	482,75
MERCOSUR-Chile	17	15.619,14
Perú - Brasil - Bolivia	6	18.170,04
TOTAL	64	40.684,29

EID	Nº Proyectos Comunicaciones	Inversión Comunicaciones (millones de US\$)
Andino	2	0,10
De Capricornio	0	0,00
De la Hidrovía Paraguay-Paraná	3	37,00
Del Amazonas	1	3,13
Del Escudo Guayanés	1	0,00
Del Sur	0	0,00
Interoceánico Central	2	4,50
MERCOSUR-Chile	0	0,00
Perú - Brasil - Bolivia	0	0,00
TOTAL	9	44,73

O quadro abaixo expõe o nível de avanço dos projetos. Os números da IIRSA demonstram que entre 2000 e 2010 foram concluídos somente 53 projetos, cerca de 10% do

total. Dos 471 projetos não concluídos, 138 sequer chegaram à etapa de estudos de pré-execução, enquanto 158 estão em fase de estudos de pré-execução. Ou seja, neste momento cerca de 300 projetos estão em uma fase bastante preliminar e sequer iniciaram. Apenas 175 (ou 33% do total) estão em execução.

Projetos por Etapa de Execução e por EID, 2010

EID	Nº Proyectos Totales *	Proyectos en Perfil	Proyectos en Pre-Ejecución	Proyectos en Ejecución	Proyectos Concluidos
Andino	64	16	9	29	10
De Capricornio	72	13	35	18	6
De la Hidrovía Paraguay-Paraná	95	36	35	19	5
Del Amazonas	58	20	14	22	2
Del Escudo Guayanés	25	10	1	7	7
Del Sur	27	6	9	9	3
Interoceánico Central	55	8	16	25	6
MERCOSUR-Chile	107	24	30	40	13
Perú - Brasil - Bolivia	23	6	10	6	1
TOTAL	524	138	158	175	53

Por fim, reproduzimos um quadro com o número de projetos distribuídos por cada um dos doze países da América do Sul. A soma supera os 524 pela simples razão de que há projetos que agrupam dois, três ou mais países. Pelo mesmo motivo, o valor total dos investimentos estimados supera os US\$ 95,3 bilhões. Em outras palavras, os valores aparecem duplicados. Mesmo assim, é possível verificar que Brasil e Argentina obtêm uma quantidade de investimento muito superior aos demais países. Proporcionalmente ao seu tamanho, o Uruguai também recebe bastante, enquanto a Venezuela recebe muito pouco.

Resumo da Carteira da IIRSA por país, 2010

País	Nº Proyectos *	Inversión Estimada (millones de US\$) **
Argentina	160	31.759,94
Bolivia	48	10.167,50
Brasil	84	35.467,09
Chile	48	8.834,20
Colombia	34	3.052,70
Ecuador	45	2.489,99
Guyana	9	1.060,40
Paraguay	63	11.518,71
Perú	67	8.308,17
Suriname	10	590,40
Uruguay	44	7.418,71
Venezuela	21	1.943,17

Em 2004, na III Reunião dos Presidentes da América do Sul, foi anunciada a Agenda de Implementação Consensuada (AIC) 2005-2010 da IIRSA, um conjunto de 31 projetos considerados prioritários e de alto impacto pelos governos. O valor dos investimentos estimados alcança US\$ 10,3 bilhões ou 0,3% do PIB da região. Do total, 10 projetos estão em fase de preparação, 19 estão em plena execução e apenas dois foram concluídos. De acordo com Padula (2010), dos projetos da AIC, 16 são nacionais, 12 são binacionais, um é trinacional e dois são regionais (ambos da área de telecomunicações). O setor de transportes concentra 28 projetos, enquanto os setores de comunicação e energia têm dois e um, respectivamente. Novamente o modal rodoviário tem prioridade, concentrando nada mais nada menos que 23 projetos. Há dois ferroviários, dois hidroviários e um dutoviário. A seguir, reproduzimos um mapa da América do Sul com os 31 projetos da AIC 2005-2010.



Feita esta apresentação geral da IIRSA, consideramos que as críticas mais sólidas à Iniciativa estão relacionadas exatamente com a proposta de “regionalismo aberto” da Cepal e não com as apreciações anti-desenvolvimentistas de determinados movimentos ambientalistas e indigenistas. Naturalmente os grandes projetos não devem ter o mesmo impacto ambiental

elevado que tinham há alguns anos, quando a questão ambiental não era tão considerada. Também é importante considerar a integração de infraestrutura um passo necessário mas não suficiente para a o processo de integração industrialista. Afinal de contas, o fim último das ações públicas é a ampliação da democratização e do bem-estar das sociedades sul-americanas. Por isso, o planejamento e a racionalidade da integração de infraestrutura devem estar associados à medidas não concentradoras da renda e não destruidoras de economias regionais ou de pequeno porte. Ainda assim, não parece apropriada a ideia “pachamamista” de que qualquer intervenção humana agride a natureza⁴⁷. A integração de infraestrutura tem uma relevância crucial para o aumento do comércio intra-regional, para criar as condições para a industrialização, impulsionar a complementação produtiva, o desenvolvimento e uma maior coesão social e econômica. Considera-se um tema consensual na literatura econômica o fato dos projetos de infraestrutura possuírem a capacidade de criar externalidades positivas ao crescimento dos países, enquanto a limitação de infraestrutura aumenta os custos de logística e tem impacto negativo na competitividade das exportações (Padula, 2008)⁴⁸.

No entanto, ao contrário do comércio, que até pode ser impulsionado quase naturalmente por iniciativas das empresas privadas e do “mercado”, a integração da infraestrutura depende muito mais do planejamento, da racionalidade e dos estímulos financeiros dos Estados Nacionais e seus organismos de crédito. No campo do financiamento de longo prazo na América do Sul devem ser destacadas instituições regionais como a CAF e o Fonplata, e organismos multilaterais como o BID. Nos últimos anos, no entanto, também tem ganhado destaque o BNDES, assim como em menor escala o Focem e algumas instituições financeiras nacionais. A partir 2009, existem boas expectativas com relação o recém criado Banco do Sul. No Capítulo 6 analisaremos esses instrumentos.

Apesar de alguns elementos positivos da IIRSA, como a construção de uma base de conhecimento e coordenação de centenas de projetos, a mudança na orientação política dos governos da América do Sul desde a virada do século fez com que os países assumissem posturas mais cautelosas. Por outro lado, houve uma participação mais ativa na apresentação de melhores projetos para o Comitê de Coordenação Técnica (CCT) acompanhada de um aumento nos financiamentos concedidos pelos Tesouros Nacionais, Regionais ou Municipais.

⁴⁷ Recomendamos a leitura de Stefanoni (2010).

⁴⁸ Para Mantega (2007, p.37), “investimentos nesse segmento, além de impactar positivamente os níveis de renda e emprego nos diversos países, permitirão a redução de custos operacionais e a integração de mercados consumidores. Além disso, por seus efeitos sistêmicos, investimentos em infraestrutura atraem, por si só, ciclos de investimentos em setores industriais e de serviços, induzindo novas oportunidades no médio e no longo prazo”.

Segundo informações da página oficial da IIRSA⁴⁹, cada vez mais os Tesouros Nacionais têm liberado recursos para os projetos: hoje financiam mais de 70% do valor total, ao mesmo tempo em que é notável a queda da participação relativa do BID e da CAF.

Na visão de Calixtre e Barros (2010, p.20),

“o malogro da iniciativa (IIRSA) teve três causas: mudança do quadro político da região e da prioridade de seus governos; busca demasiada de exportações extra-bloco, sem ênfase à integração intra-bloco; e inadequação da forma de financiamento e de gestão de projetos à realidade sul-americana”.

Em agosto de 2010 realizamos uma entrevista ao Diretor de Projetos da Região Sul da CAF, economista Rolando Terrazas, na sede da CAF, em Caracas. A partir das leituras prévias e da conversa com o alto-executivo, foi possível enumerar outras considerações básicas a respeito dos dez anos de aplicação da IIRSA e as expectativas para o futuro, pós-2010. Primeiro, a IIRSA seria um projeto “sinônimo de Fernando Henrique Cardoso”, plenamente associado ao liberalismo econômico e ao projeto da Alca. O governo Lula teria identificado estes aspectos e diminuído paulatinamente a sua participação no processo. Em segundo lugar, com a mudança na orientação política de diversos governos da região a partir dos anos 2000, ganhou força a ideia que associa a IIRSA com o “regionalismo aberto” e com a drenagem das riquezas do continente para o exterior (canais de exportação de produtos de baixo valor agregado). A terceira consideração é que apesar de representarem distintos matizes, os governos dos principais países também teriam coincidido em orientar o parcial ou total afastamento de técnicos e especialistas das atividades da IIRSA. Com isso, entendemos que a partir de 2010, com o fim da “gestão do BID-CAF” à frente da IIRSA, o cenário tende a sofrer mudanças e abrir espaços para que os Estados Nacionais e a Unasul assumam o controle deste processo⁵⁰.

Sendo a Amazônia é uma peça chave no processo de integração da América do Sul, faz-se necessária uma última consideração sobre as possibilidades de ampliar os trabalhos em torno de um novo eixo de integração, o Amazonas-Orinoco. Como uma das maiores reservas de petróleo do mundo se encontra exatamente nesta região, este tema tem sido estudado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex-Brasil). Também neste eixo, estão concentradas as empresas básicas e as principais jazidas de bauxita, minério de ferro, ouro e diamantes da Venezuela. Nos últimos anos têm sido grandes os

⁴⁹ <http://www.iirsa.org>, acesso em 10 de dezembro de 2010.

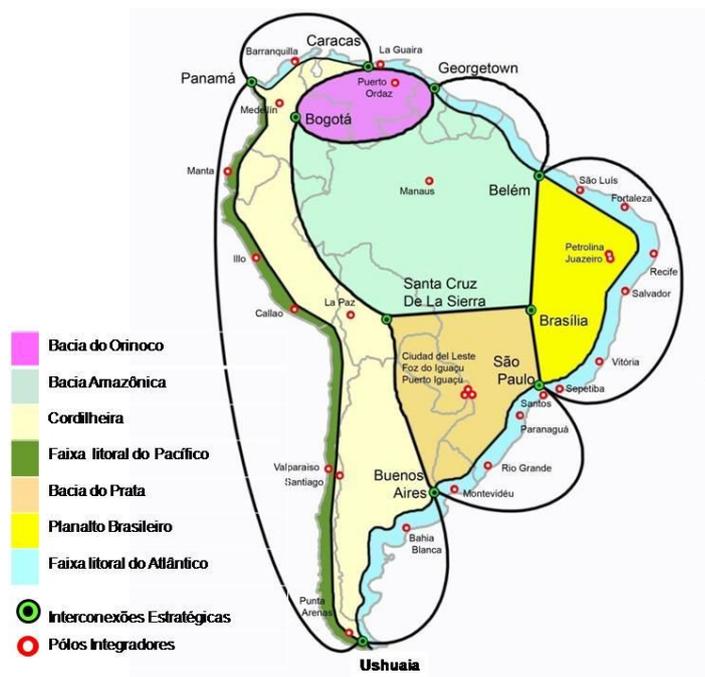
⁵⁰ Em junho de 2010 já foi realizada, em Quito, a I Reunião de Especialistas do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul, reunindo participantes dos doze países membros.

avanços na infraestrutura de energia (conexão da Represa de Guri com as linhas da Eletronorte) e comunicações (fibra ótica de Caracas a Boa Vista). Por esta área passará o mega-projeto de Gasoduto do Sul, obra fundamental para garantir a soberania energética sul-americana. Atualmente o Grupo Fronteiriço Binacional está trabalhando na articulação das cadeias produtivas (Pólo Industrial de Manaus e Zona Franca de Puerto Ordáz, na Venezuela) e no aumento do intercâmbio comercial das duas regiões.

Antes de concluir esta seção, é importante apresentar a concepção de Costa (2010, p.542) sobre a integração de infraestrutura, que se baseia em sete “espaços de trânsito”: Litoral Atlântico, Litoral Pacífico, Cordilheira, Bacia do Orinoco, Bacia Amazônica, Bacia do Prata e Planalto Brasileiro. De acordo com o autor, cada três espaços de trânsito possuem uma “interconexão estratégica”. A seguir vemos os espaços de trânsito e as suas respectivas interconexões.

Espaços de trânsito			Interconexões estratégicas
Litoral Atlântico	Litoral Pacífico	Cordilheira	Ushuaia
Litoral Atlântico	Bacia do Prata	Cordilheira	Buenos Aires
Litoral Atlântico	Bacia do Prata	Planalto Brasileiro	São Paulo
Litoral Atlântico	Planalto Brasileiro	Bacia Amazônica	Belém
Litoral Atlântico	Bacia Amazônica	Bacia do Orinoco	Georgetown
Litoral Atlântico	Bacia do Orinoco	Cordilheira	Caracas
Bacia Amazônica	Bacia do Orinoco	Cordilheira	Bogotá
Bacia Amazônica	Planalto Brasileiro	Bacia do Prata	Brasília
Bacia Amazônica	Cordilheira	Bacia do Prata	Sta.Cruz de la Sierra
Litoral Pacífico	Cordilheira	Litoral Atlântico	Panamá

Ainda segundo o autor, e conforme se observa no mapa anexado abaixo, cada espaço de trânsito pode ter diversos “pólos integradores”: a) Litoral do Atlântico: Baía Blanca, Montevideu, Rio Grande, Paranaguá, Santos, Sepetiba, Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza, São Luís, La Guaira e Barranquilla; b) Litoral do Pacífico: Punta Arenas, Valparaíso, Ilo, Callao e Manta; c) Bacia Amazônica: Manaus; d) Bacia do Prata: Ciudad del Este, Puerto Iguazú e Foz do Iguaçu; e) Bacia do Orinoco: Puerto Ordáz; f) Cordilheira: Santiago, La Paz, Quito e Medellín; e g) Planalto Brasileiro: Petrolina e Juazeiro.



Percebe-se, então, que a integração de infraestrutura também poderá levar a dois propósitos muito diferentes entre si. Um deles não é a integração desenvolvimentista e industrialista, mas sim a mera conexão de mercados que buscam aumentar os fluxos comerciais e promover uma inserção mais competitiva no cenário mundial. Conforme vimos anteriormente, este caminho tende a priorizar a criação de novos canais de drenagem das riquezas sul-americanas para fora da região, similar ao que Eduardo Galeano (1980) chamou de “veias abertas da América Latina”.

Ao comentar a ideia de espaços de trânsito, Padula (2010, p.154) considera que

“na questão dos transportes na América do Sul é revelada a necessidade de se privilegiar tanto a integração norte-sul quanto a ligação leste-oeste (bioceânicas ou interoceânicas) – com ligações troncais, diagonais e horizontais cruzando todo território. A formação de corredores de integração (‘para dentro’) deve ter prioridade sobre os corredores de exportação, embora ambos sejam importantes e devam estar articulados, os últimos devem se submeter à lógica dos primeiros. A formação do mercado regional é infinitamente mais importante que a ligação ao mercado externo no processo de integração econômica, política e territorial; construindo um contínuo espacial, mais seguro e coeso”.

CAPÍTULO 3

POSSIBILIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PRODUTIVA

Observando dados gerais sobre as economias e as populações dos países da América do Sul, percebemos facilmente as grandes assimetrias que existem entre o Brasil e os demais. Segundo números disponibilizados pela Cepal, referentes ao ano 2009, o PIB brasileiro correspondeu, sozinho, a quase de US\$ 1,6 trilhão, 55% do PIB sul-americano, que chegou a US\$ 2,9 trilhões. Já a economia da Venezuela, segunda maior da região, foi quase cinco vezes menor que a brasileira, com US\$ 340 bilhões. Este valor é muito próximo do alcançado pela Argentina, a terceira maior. Dos doze países que constituem a América do Sul, quatro foram responsáveis por de 85% de toda riqueza produzida: Brasil, Venezuela, Argentina e Colômbia. O desequilíbrio é tão grande que Equador, Uruguai, Bolívia, Paraguai, Suriname e Guiana somados sequer chegaram aos 4,5% do PIB regional.

PIB e População - América do Sul, 2009

País	PIB (US\$ milhões)	% PIB total	População (milhões)	% Pop. Total	PIB percapita
Brasil	1.574.039	54,9%	193,8	49,8%	8.123
Venezuela	337.295	11,8%	28,6	7,3%	11.800
Argentina	310.065	10,8%	40,3	10,4%	7.686
Colômbia	228.836	8,0%	45,7	11,7%	5.012
Chile	161.781	5,6%	17,0	4,4%	9.533
Peru	126.766	4,4%	29,2	7,5%	4.347
Equador	57.303	2,0%	13,6	3,5%	4.205
Uruguai	31.528	1,1%	3,4	0,9%	9.381
Bolívia	17.627	0,6%	9,9	2,5%	1.787
Paraguai	14.668	0,5%	6,3	1,6%	2.310
Suriname	2.962	0,1%	0,5	0,1%	5.696
Guiana	2.024	0,1%	0,8	0,2%	2.656
Total Am.Sul	2.864.890	100,0%	389,0	100,0%	7.365

Quando analisamos a população, os resultados parecidos. Em 2009, dos 390 milhões de sul-americanos, metade eram brasileiros. Os mesmos quatro países de maior economia concentraram 80% da população. Por sua vez, Uruguai, Guiana e Suriname, somados, chegaram a 1% do total, muito menos do que a população do estado de Santa Catarina. O Uruguai tem menos população que o estado da Paraíba, o Equador se aproxima do estado do Rio de Janeiro e a Argentina, do estado de São Paulo. No caso da renda per capita da região, a média foi de US\$ 7,4 mil. Somente a Venezuela superou os US\$ 10 mil. Colômbia, Peru e Equador estão abaixo da média, enquanto Bolívia, Guiana e Paraguai não chegaram aos US\$ 3 mil. Nota-se, no entanto, apesar do Brasil ter o maior PIB, a maior população e o maior território da América do Sul, não possui o maior PIB per capita. Os desníveis entre o Brasil e

os demais neste quesito são muito menos acentuados. Há inclusive certa proximidade entre os valores alcançados no Chile, Uruguai, Brasil, Argentina e o pequeno Suriname⁵¹.

Através do estudo dos números do comércio, buscamos vislumbrar alguns elementos importantes para uma interpretação geral das possibilidades de complementação produtiva regional. Tomamos como referência diversas matrizes de elaboração própria sobre as exportações e as importações dos países da América do Sul (exceto Guiana e Suriname) entre si, mais Estados Unidos, China e o resto do mundo, com base no Banco de Dados Estatísticos de Comércio Exterior (Badecel), da Cepal. Geralmente se encontram disponíveis matrizes do comércio regional, de todos os países entre si. Neste caso, fomos mais além e desagregamos as informações ao nível de Seções da Classificação Uniforme do Comércio Internacional (CUCI) das Nações Unidas, em sua terceira revisão (Rev.3). Isso permite observar as relações da região com o mundo em cada um dos setores. Um dos inconvenientes encontrados foi que os resultados mais recentes divulgados de forma oficial são referentes ao ano 2008 para todos os casos menos a Venezuela, país para o qual usamos o ano 2006⁵².

Vale comentar, ainda, que anexamos ao final do trabalho um Anexo estatístico com todas as tabelas referentes à análise setorial. Cada um dos dez setores possui quatro tabelas relacionadas com: volumes exportados, volumes importados, participação relativa das exportações e participação relativa das importações para os dez países. Trata-se, portanto, de quarenta tabelas de elaboração própria. Sugerimos que a leitura desta seção seja acompanhada da observação do Anexo estatístico, o que facilitará bastante a interpretação dos dados.

A seguir, será exposta a lista das Seções da CUCI extraídas do Badecel.

⁵¹ Essa observação é muito interessante quando se faz a comparação com o PIB per capita dos países asiáticos, entre os quais as assimetrias nesse quesito são muito maiores. Certamente este é um ponto negativo quando se considera a necessidade do Brasil assumir o papel de “locomotiva” da integração regional. A “locomotiva” possui um PIB per capita menor do que Venezuela, Chile e Uruguai.

⁵² No caso da Venezuela, é importante esclarecer que os dados detalhados por setor só estão atualizados no Badecel até 2006, mas os resultados consolidados por ano estão disponíveis até 2008. Assim, no caso desse país, ao mostrar os setores utilizamos dados de 2006 e ao referir-nos a valores globais usamos os valores atualizados de 2008.

**Seções da Classificação Uniforme do Comércio Internacional
Banco de Dados Estatísticos de Comércio Exterior - BADECEL**

0 - Produtos alimentícios e animais vivos	00	Animais vivos, exceto peixes
	01	Carne e preparados de carnes
	02	Produtos lácteos e ovos de aves
	03	Peixes, crustáceos, moluscos, etc. e suas preparações
	04	Cereais e preparações de cereais
	05	Legumes e frutas
	06	Açúcares, preparações de açúcar e mel
	07	Café, chá, cacau, especiarias e suas preparações
	08	Alimentos preparados para animais, exceto cereais sem moer
	09	Produtos e preparações comestíveis diversos
1 - Bebidas e fumo	11	Bebidas
	12	Fumo e seus produtos
2 - Materiais crus não comestíveis, excepto combustíveis	21	Couros, peles e peles finas, sem curtir
	22	Sementes e frutos oleaginosos
	23	Borracha em bruto, incluindo borracha sintética e regenerada
	24	Cortiça e madeira
	25	Pasta e desperdícios de papel
	26	Fibras têxteis e desperdícios não manufacturados em fios ou tecidos
	27	Adubos e minerais, em bruto, exceto petróleo, carvão, etc.
	28	Minérios e desperdícios de metais
	29	Produtos animais e vegetais em bruto, não especificados
	32	Hulha, coque e briquetes
3 - Combustíveis e lubrificantes minerais e produtos conexos	33	Petróleo, produtos derivados de petróleo e produtos conexos
	34	Gás natural e manufacturado
	35	Energia eléctrica
4 - Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	41	Óleos e gorduras de origem animal
	42	Óleos e gorduras de origem vegetal, em bruto ou refinado
	43	Ceras e outros óleos/gorduras de origem animal/vegetal
5 - Produtos químicos e produtos conexos	51	Produtos químicos orgânicos
	52	Produtos químicos inorgânicos
	53	Matérias tintoriais, tanantes e corantes
	54	Produtos medicinais e farmacêuticos
	55	Óleos essenciais, produtos de perfumaria e toucador
	56	Adubos ou fertilizantes, minerais ou químicos
	57	Plásticos em formas primárias
	58	Plásticos em formas não primárias
	59	Matérias e produtos químicos diversos
6 - Artigos manufacturados, classificados principalmente segundo o material	61	Couro, manufacturas de couro e peles finas curtidas
	62	Manufacturas de borracha, diversas
	63	Manufacturas de cortiça e de madeira, exceto móveis
	64	Papel, cartão e artigos de papel ou de cartão
	65	Fios, tecidos, artigos confecções de fibras têxteis/conexos
	66	Manufacturas de minerais não metálicos
	67	Ferro e aço
	68	Metais não ferrosos
	69	Manufacturas de metais, diversas
7 - Máquinas e equipamentos e material de transporte	71	Máquinas e equipamentos geradores de força, suas partes e peças
	72	Máquinas especiais para a indústria, suas partes e peças
	73	Máquinas para trabalhar metais, suas partes e peças
	74	Máquinas e equipamentos industriais diversos, suas partes e peças
	75	Máquinas para escritório/process. dados, suas partes e peças
	76	Aparelhos, equipamentos p/tele com. grav/reprod. som, suas partes/peças
	77	Máquinas e aparelhos eléctricos, diversos, suas partes e peças
	78	Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes e peças
	79	Outros equipamentos de transporte, suas partes e peças
8 - Artigos manufacturados diversos	81	Artigos sanitários, de iluminação, condut/calef. de água, etc.
	82	Móveis e suas partes, camas, colchões e semelhantes
	83	Artigos de viagem, bolsas e outros artigos semelhantes
	84	Vestuário e seus acessórios
	85	Calçado
	87	Instrumentos e aparelhos profissionais, científicos, controle, etc.
	88	Equipamentos fotográficos, artigos de ótica e relojoaria
	89	Artigos manufacturados diversos
9 - Mercadorias e operações não classificadas em outra seção da CUCI	91	Pacotes postais não classificados segundo sua natureza
	93	Operações e mercadorias não classificadas segundo sua natureza
	96	Moedas (exceto de ouro), que não tenham curso legal
	97	Ouro não monetário (exceto minerais e concentrados de ouro)

Feita esta introdução, partiremos para a análise do quadro abaixo, no qual podem observar-se sete colunas: 1) os números das dez Seções da CUCI (Rev.3), 2) os títulos dessas Seções, 3) a condição comercial de superávit ou déficit líquido e o saldo comercial da América do Sul, 4 e 5) as condições de cada um dos países analisados como exportador líquido ou importador líquido, 6) a porcentagem de importações da América do Sul que foi suprida pela própria região e, 7) um indicador de “grau de complementação” definido de forma arbitrária. Para esses graus, designamos quatro níveis: Bastante baixo (quando menos de 20% das importações da América do Sul tenham sido originadas dentro da região), Baixo (quando essas compras estiverem entre 20% e 40%), Médio (entre 40% e 60%) e Alto (entre 60% e 80%). Não houve nenhum caso em que as compras oriundas da própria região tenham superado os 80%.

Grau de Complementação na América do Sul, por setor CUCI, 2008 - BADECEL

<i>n^o</i>	<i>Setores</i>	<i>Condição da América do Sul</i>	<i>Países Exportadores líquidos</i>	<i>Países Importadores líquidos</i>	<i>Importações garantidas pela América do Sul</i>	<i>Grau de complementação</i>
0	Produtos alimentícios e animais vivos	Exportadora líquida. Saldo: US\$ 67,9 bi	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai	Venezuela	62,8%	ALTO
1	Bedidas e tabaco	Exportadora líquida. Saldo: US\$ 4,1 bi	Argentina, Brasil e Chile	Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela	42,9%	MÉDIO
2	Materiais crus não comestíveis, excepto combustíveis	Exportadora líquida. Saldo: US\$ 68,0 bi	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai	Venezuela	48,3%	MÉDIO
3	Combustíveis e lubrificantes e minerais e produtos conexos	Exportadora líquida. Saldo: US\$ 56,6 bi*	Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela	Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai	29,5%	BAIXO
4	Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	Exportadora líquida. Saldo: US\$ 9,4 bi	Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Paraguai	Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela	62,3%	ALTO
5	Produtos químicos e produtos conexos	Importadora líquida. Saldo negativo: US\$ 46,0 bi	-	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela	18,4%	BASTANTE BAIXO
6	Artigos manufaturados, classificados principalmente segundo o material	Exportadora líquida. Saldo: US\$ 23,9 bi	Brasil, Chile e Peru	Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela	32,3%	BAIXO
7	Máquinas e equipamentos e material de transporte	Importadora líquida. Saldo negativo: US\$ 106,2 bi	-	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela	16,1%	BASTANTE BAIXO
8	Artigos manufaturados diversos	Importadora líquida. Saldo negativo: US\$ 18,9 bi	Peru	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela	13,6%	BASTANTE BAIXO
9	Mercadorias e operações não classificadas em outra seção da CUCI	Exportadora líquida. Saldo: US\$ 11,2 bi	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela	Paraguai	8,3%	BASTANTE BAIXO

Observa-se, em primeiro lugar, que há sete setores nos quais a América do Sul foi exportadora líquida, ou seja, obteve saldo positivo depois de realizadas todas as compras e vendas do conjunto de países. Conforme se vê no quadro acima, trata-se das Seções 0, 1, 2, 3, 4, 6 e 9, notadamente aquelas que concentram a elaboração de produtos com reduzido grau de encadeamento e baixo valor agregado⁵³. Em todos esses setores se fazem visíveis as possibilidades de maior complementaridade industrial e comercial. Para Medeiros (2009, p.27),

“O predomínio de *commodities* primárias e atividades intensivas em recursos naturais, a desregulamentação e vulnerabilidade financeira, o atraso nas indústrias de máquinas elétricas e eletrônicas, a inexistência de produtores especializados de máquinas e equipamentos, peças e componentes, o predomínio de subsidiárias de empresas multinacionais sediadas fora da região, a inexistência de uma gradiente de conteúdos tecnológicos articulada com a do custo do trabalho entre países, e os elevados custos de transportes são evidentes explicações de corte macro estrutural. Entretanto, e a despeito destes fatores houve em alguns segmentos industriais um crescente comércio intra-industrial sinalizando uma importante possibilidade de aprofundamento da integração produtiva e da diversificação setorial. Esta internalização geográfica dos benefícios da integração, depende, entretanto, do grau em que a expansão do mercado da economia brasileira permita articular um conjunto de iniciativas industriais e de investimento em infraestrutura favorecedoras à diversificação das exportações dos países de menor grau de desenvolvimento tornando a expansão da corrente do comércio do bloco regional uma forma simultânea de obtenção de uma maior sustentabilidade externa das economias”.

De acordo com os dados expostos acima, o Brasil foi o principal exportador líquido (apareceu nesta condição em seis dos sete setores mencionados) e a Venezuela, a principal importadora líquida (esteve em cinco dessas sete Seções). O maior saldo comercial da região foi obtido na Seção 2, de “Materiais crus não comestíveis, exceto combustíveis”. Chegou a US\$ 68 bilhões. Por sua vez, o menor saldo positivo ocorreu no setor de Bebidas e tabaco (Seção 1), com US\$ 4,1 bilhões.

Também é importante identificar neste quadro o “grau de complementação” alcançado em cada uma das Seções. Nota-se que o grau obtido foi Alto somente nas Seções 0 (Produtos alimentícios e animais vivos) e 4 (Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal). Os superávits foram de: US\$ 67,9 bilhões na Seção 0 e US\$ 9,4 bilhões na Seção 4. Por outra parte, as Seções 1 (Produtos alimentícios e animais vivos) e 2 (Materiais crus não comestíveis, exceto combustíveis) obtiveram grau Médio, com saldos positivos de US\$ 4,1 bilhões na Seção 1 e US\$ 68 bilhões na Seção 2.

As Seções 3 (Combustíveis e lubrificantes minerais e produtos conexos) e 6 (Artigos manufaturados, classificados principalmente segundo o material), ambas com grau de

⁵³ É oportuno tomar em conta que mesmo sendo exportadora líquida, a região também importou bastante nestes sete setores: foram cerca de US\$ 169 bilhões ou 38,6% das compras totais.

complementação considerado Baixo, possuem elementos muito interessantes para a nossa análise. Isto porque, apesar da América do Sul ser exportadora líquida e obter saldo comercial de US\$ 56,6 bilhões na Seção 3⁵⁴ e de US\$ 23,9 bilhões na Seção 6, o grau de complementação regional é escasso. Ambos os casos apontam para uma situação problemática na qual os países sul-americanos não estariam aproveitando as condições para uma maior cooperação e integração. Esses resultados demonstram que alguns países possuem grandes condições de abastecer todas as demandas da região, porém priorizam as suas exportações para fora da América do Sul, especialmente para a China e os Estados Unidos, e criam uma situação que estimula os demais países sul-americanos a importar de fora da região. Ou ocorre o contrário, quando alguns países sul-americanos privilegiam as importações de fora da região, como no caso da Seção 3, que veremos em detalhe mais adiante. O mais esperado era que a América do Sul alcançasse elevados níveis de complementação em todos aqueles sete setores nos quais é exportadora líquida. Seria possível, desta forma, aproveitar o visível potencial regional para fortalecer a integração industrial e a complementação das cadeias produtivas.

Por outro lado, nota-se que há três Seções nas quais prevalece uma condição totalmente distinta e a região assume o papel de importadora líquida. Estes são setores produtivos identificados como de alto valor agregado e maior complexidade industrial. Trata-se de Produtos químicos e produtos conexos (Seção 5), Máquinas e equipamentos e material de transporte (Seção 7) e Artigos manufaturados (Seção 8). De acordo com o quadro, os déficits foram os seguintes: US\$ 106,2 bilhões na Seção 7, US\$ 46 bilhões na Seção 5 e US\$ 18,9 bilhões na Seção 8. Veremos que é exatamente nestes casos que as exportações do Brasil para a América do Sul têm maior participação relativa, alcançando 33,5% na Seção 5, 39,5% na Seção 7, e 32,1% na Seção 8. Vale comentar que, nestes três setores, somente um país sul-americano aparece uma única vez como exportador líquido; ainda assim com um saldo bastante pequeno. Os demais países são, em todos os três casos, importadores líquidos. Outro elemento que se desprende da análise é o grau de complementação Bastante baixo nessas três Seções. Entretanto, conforme observaremos em detalhe nos próximos parágrafos, apesar de obter déficit com o resto do mundo, nesses casos a América do Sul também poderia alcançar graus de complementação muito maiores.

⁵⁴ Como não temos os dados desagregados da Venezuela para 2008 no Badecel, apresentamos dois valores do saldo do Setor 3. O primeiro foi obtido utilizando dados venezuelanos de 2006 e chegou a US\$ 56,6 bilhões. O segundo, mais preciso, toma em conta o grande aumento dos preços do petróleo e o salto das exportações petrolíferas venezuelanas em 2008. Considerando que as exportações de petróleo representam mais de 92% das exportações venezuelanas totais, temos que o saldo do Setor 3 seria US\$ 69,3 bilhões.

Apresentaremos a seguir um quadro das importações de cada um dos dez países: as suas compras totais (do mundo) e as suas compras realizadas dentro da região. Nota-se, por exemplo, que a Bolívia foi quem mais importou da América do Sul (55,8%). Em um nível intermediário situaram-se o Uruguai (51,7%) e o Paraguai (48,6%). No entanto, esses três países, somados, representam em torno de 2% do PIB regional. Em valores absolutos, importaram apenas US\$ 11,8 bilhões, 10% do total. Depois, em um nível baixo, vieram Argentina (37,5), Equador (37,1%), Venezuela (35,6%), Peru (30,4%) e Chile (29,4%). Por fim, quem menos comprou dos vizinhos foi a Colômbia (17,6%) e justamente o Brasil (14%).

Importações CIF da América do Sul em 2008, BADECEL, US\$ Bilhões

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela	Total
Importações totais (origem no mundo)	57,4	5,0	182,4	56,6	39,6	18,6	9,0	29,9	8,9	46,2	453,7
Importações com origem na América Sul	21,5	2,8	25,6	16,7	7,0	6,9	4,4	9,1	4,6	16,5	114,9
% da América do Sul	37,5%	55,8%	14,0%	29,4%	17,6%	37,1%	48,6%	30,4%	51,7%	35,6%	25,3%

Em números absolutos o Brasil aparece como maior importador de produtos da região com US\$ 25,6 bilhões, seguido pela Argentina com US\$ 21,5 bilhões e pela Venezuela com US\$ 16,5 bilhões. No outro extremo esta a Bolívia, que importou apenas US\$ 2,8 bilhões. Neste ponto novamente fica clara a necessidade de uma participação mais ativa e planejada do Brasil para que se avance no processo de integração industrialista. Apesar de ser o principal comprador da região (US\$ 182,4 bilhões), 86% das compras brasileiras têm origem fora da América do Sul. Este resultado foi muito abaixo da média regional, que chegou a 25,3%, sendo inferior ao da Colômbia, país cujo comércio é historicamente muito mais voltado para outros destinos, como os Estados Unidos e a China⁵⁵.

A seguir, temos um quadro com as importações dos países da América do Sul entre eles mesmos por setor. Nota-se que as principais compras de todos se concentram nas Seções de menor valor agregado. No caso do Brasil, prevalecem as importações na Seção 0, de Produtos alimentícios e animais vivos (66,4%); na Seção 1, de Bebidas e tabaco (31,2%); e na Seção 2, de Materiais crus não comestíveis, exceto combustíveis (32,9%).

⁵⁵ Conforme já comentamos, há anos a Colômbia vem tentando aprovar um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos. O processo está em trâmite no Congresso estadunidense.

Importações da América do Sul e grau de complementação por setores CUCI, 2008, BADECEL

	<i>Argentina</i>	<i>Bolívia</i>	<i>Brasil</i>	<i>Chile</i>	<i>Colômbia</i>	<i>Equador</i>	<i>Paraguai</i>	<i>Peru</i>	<i>Uruguai</i>	<i>Venezuela*</i>	<i>América do Sul</i>	<i>Grau</i>
0 - Produtos alimentícios e animais vivos	70,2%	88,4%	66,4%	71,2%	37,7%	51,4%	93,0%	66,1%	86,7%	59,4%	62,8%	ALTO
1 - Bebidas e fumo	44,8%	36,8%	31,2%	29,4%	39,7%	54,5%	79,2%	65,4%	59,8%	21,5%	42,9%	MÉDIO
2 - Materiais crus não comestíveis, excepto combustíveis	79,8%	70,5%	32,9%	66,7%	23,8%	26,3%	77,3%	37,7%	39,9%	32,6%	48,3%	MÉDIO
3 - Combustíveis e lubrificantes e minerais e produtos conexos	19,0%	97,2%	16,1%	41,3%	4,7%	64,5%	77,0%	48,9%	63,3%	4,8%	29,5%	BAIXO
4 - Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	49,1%	83,4%	24,6%	78,1%	65,0%	93,7%	94,6%	92,9%	70,4%	75,2%	62,3%	BASTANTE ALTO
5 - Produtos químicos e produtos conexos	25,7%	64,5%	7,9%	25,7%	14,0%	47,3%	65,9%	25,0%	39,9%	22,6%	18,4%	BASTANTE BAIXO
6 - Artigos manufaturados, classificados principalmente segundo o material	52,0%	72,8%	20,7%	26,7%	33,7%	36,9%	72,5%	26,5%	64,7%	36,6%	32,3%	BAIXO
7 - Máquinas e equipamentos e material de transporte	36,7%	24,4%	8,1%	12,3%	9,1%	16,8%	26,5%	14,8%	35,8%	20,8%	16,1%	BASTANTE BAIXO
8 - Artigos manufaturados diversos	23,5%	41,6%	4,2%	10,0%	10,8%	24,9%	18,1%	16,9%	38,9%	26,5%	13,6%	BASTANTE BAIXO
9 - Mercadorias e operações não classificadas em outra seção da CUCI	3,0%	11,3%	8,7%	4,2%	13,2%	3,8%	13,4%	32,8%	25,0%	1,2%	8,3%	BASTANTE BAIXO

Outra visão importante, exposta na tabela abaixo, diz respeito ao saldo total (com o mundo) de todos os dez países analisados em cada uma das dez Seções. Ainda que a tabela esteja ordenada pelos números das Seções, optamos por organizar a apresentação partindo dos setores que geraram os maiores saldos comerciais da América do Sul. Estudando os dados, nota-se que o resultado total de 2008 (última linha) foi positivo em US\$ 85,6 bilhões⁵⁶. Esse foi o saldo do comércio da América do Sul com o mundo durante aquele ano. As exportações chegaram a US\$ 537,8 bilhões e as importações foram de US\$ 452,0 bilhões. Observa-se, ainda, que os únicos déficits comerciais totais foram de Paraguai (US\$ 4 bilhões), Uruguai (US\$ 2,7 bilhões) e Colômbia (US\$ 1,9 bilhão), enquanto os maiores superávits foram alcançados por Venezuela (US\$ 48,9 bilhões), Brasil (US\$ 15,5 bilhões) e Argentina e Chile (ambos em torno de US\$ 13 bilhões).

⁵⁶ É necessário recordar que os dados setoriais utilizados no caso da Venezuela são referentes a 2006 e que os dados consolidados anuais são de 2008, ano do recente *boom* dos preços petrolíferos. Por isso, o superávit da América do Sul pode ter dois resultados: um que toma em conta o saldo venezuelano de 2006 e outro no qual se utiliza o saldo venezuelano de 2008. No primeiro caso (2006), o superávit do país caribenho foi de US\$ 35,1 bilhões, enquanto no segundo (2008) foi de US\$ 48,9 bilhões. Como o BADECEL não tem os valores de 2008 desagregados por setor, de forma arbitrária creditamos toda a diferença (US\$ 13,8 bilhões) no Setor 3, de combustíveis e lubrificantes minerais e produtos conexos.

Saldos comerciais dos países da América do Sul com o mundo por setores CUCI - 2008, BADECEL

Sectores	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	América do Sul
0	22.925.245	171.025	30.469.128	5.926.708	1.583.012	3.125.612	1.284.535	2.130.611	2.463.159	-2.130.247	67.948.788
1	965.127	-26.082	2.466.978	1.326.649	-34.413	-50.750	-182.100	-99.125	-11.076	-193.848	4.161.360
2	3.548.220	1.625.106	31.726.441	19.308.163	969.814	574.583	1.694.550	8.264.380	574.663	-241.494	68.044.426
3	3.611.442	2.932.993	-12.886.449	-15.202.163	15.469.056	10.253.418	-1.399.324	-2.701.904	-2.445.560	72.777.645	70.409.154
4	6.812.387	268.820	2.188.262	-85.719	-22.739	99.148	579.832	-73.318	-5.520	-358.712	9.402.441
5	-4.823.167	-766.336	-21.196.636	-3.107.224	-4.418.609	-3.290.736	-1.292.516	-3.102.657	-1.083.680	-2.951.144	-46.032.705
6	-2.004.013	-538.161	10.396.794	21.445.506	-1.973.831	-2.623.644	-813.784	373.002	-134.747	-144.161	23.982.961
7	-16.354.573	-1.627.180	-23.051.099	-15.941.305	-13.737.112	-5.251.042	-3.428.033	-9.779.772	-2.109.814	-14.892.320	-106.172.250
8	-2.796.974	-168.125	-5.813.453	-4.088.759	-677.626	-1.225.449	-1.066.311	238.006	-295.822	-2.994.883	-18.889.396
9	715.105	98.071	1.236.916	2.859.191	847.560	88.681	-3.614	5.295.325	65.506	44.858	11.247.599
Total	12.901.309	2.258.511	15.536.567	12.577.511	-1.957.915	1.740.048	-4.061.688	587.032	-2.736.641	48.915.694	84.102.378

Vê-se, ainda, que Argentina, Uruguai e Brasil dependem imensamente da Seção 0, de Produtos alimentícios e animais vivos. Já a Venezuela, a Colômbia, o Equador e a Bolívia, obtêm amplos superávits na Seção 3, de Combustíveis e lubrificantes e minerais e produtos conexos. Na Seção 2, de Materiais crus não comestíveis, se destacam Chile, Peru, Paraguai e novamente o Brasil. Argentina e Paraguai também se destacam na Seção 4, de Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal. A seguir, se identifica quanto cada país sul-americano vende e compra relativamente por setor. A divisão das exportações pelas importações demonstra em quais setores os países são superavitários ou deficitários em suas relações com o mundo.

Razão entre as Exportações e as Importações por países da América do Sul, por setores - BADECEL, 2008

Seção	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	América do Sul
0	22,4	1,4	5,3	2,6	1,5	3,2	4,7	1,9	5,2	0,1	4,0
1	10,4	0,1	7,4	11,7	0,7	0,4	0,1	0,2	0,8	0,2	3,8
2	2,1	21,4	6,3	11,7	2,1	3,3	19,3	12,0	3,3	0,5	5,9
3	1,8	6,3	0,6	0,1	9,5	5,0	0,0	0,5	0,1	258,9	1,8
4	99,0	36,1	3,8	0,6	0,9	1,5	45,9	0,8	0,9	0,0	4,7
5	0,5	0,1	0,4	0,5	0,4	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,4
6	0,7	0,4	1,5	4,3	0,7	0,2	0,2	1,1	0,9	1,0	1,4
7	0,4	0,1	0,6	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3
8	0,3	0,5	0,5	0,1	0,8	0,1	0,1	1,1	0,5	0,0	0,4
9	8,2	3,0	77,0	22,5	5,5	14,5	0,0	615,2	144,7	2,3	21,8
Total	1,2	1,4	1,1	1,2	0,9	1,1	0,5	1,0	0,7	2,1	1,2

Aprofundaremos a interpretação dos resultados de cada um dos países em todos os dez setores⁵⁷. Como anunciado anteriormente, faremos a apresentação partindo dos maiores para os menores saldos comerciais da região. Ou, utilizando outra maneira para dizer o mesmo, partiremos dos setores nos quais a América do Sul obteve os maiores superávits no comércio internacional em 2008.

⁵⁷ Apesar de ter garantido um saldo positivo de US\$ 11,8 bilhões para a América do Sul em 2008, não faremos a análise mais aprofundada da seção 9, denominada “Mercadorias e operações não classificadas em outra seção da CUCI”. Tratam-se de Pacotes postais não classificados segundo a sua natureza, Operações e mercadorias especiais não classificadas segundo a sua natureza, Moedas (exceto de ouro) que não tenham curso legal e Ouro não monetário (exceto minerais e concentrados de ouro). Mesmo com a América do Sul sendo exportadora líquida e mesmo com todos os países (exceto o Paraguai) sendo superavitários nesta Seção, somente 8,3% das importações foram realizadas dentro da região. Quase tudo que a América do Sul vende é para fora e quase tudo que compra é de fora. Mas vende muito e compra muito pouco. Por isso a região foi exportadora líquida mas o grau de complementação foi o mais baixo, com cerca de 8%.

O maior de todos os saldos positivos da região foi alcançado no setor de “Materiais crus não comestíveis” (Seção 2), que inclui minérios, sementes, adubos, couros, peles, borracha, madeira, papel e fibras têxteis. Neste caso, foram exportados US\$ 81,3 bilhões e importados US\$ 13,8 bilhões, gerando um saldo de US\$ 68 bilhões. O único país sul-americano que apresentou um pequeno déficit comercial foi a Venezuela, com US\$ 240 milhões. Por sua vez, chamam a atenção os elevados superávits do Brasil (US\$ 31,7 bilhões), do Chile (US\$ 19,3 bilhões) e do Peru (US\$ 8,2 bilhões). Os três países garantiram quase 90% do superávit da América do Sul neste setor. Além disso, essas vendas representaram quase 85% do superávit total da região com o mundo. Vale apontar que o Brasil, sozinho, representou 46,6% de todo o saldo positivo da América do Sul neste setor.

É oportuno salientar, ainda, que 30,4% das exportações brasileiras destes produtos foram para a China e que as vendas brasileiras para a região foram inferiores aos 3%. No caso do Chile, foram 20,3% para a China, 5,7% para o Brasil e cerca de outros 2,5% para a América do Sul. O Peru também orientou 30,1% de suas vendas para a China, 11% para o Chile e 2,2% para os demais países da região. A Argentina vendeu 55,2% para a China. Em uma situação oposta, o Paraguai, embora tenha exportado relativamente muito menos que Brasil, Chile e Peru, somente cerca de US\$ 1,8 bilhão, destinou mais de 75,2% desse valor à América do Sul. Pode-se afirmar, desta maneira, que dos US\$ 81,8 bilhões exportados pela região apenas US\$ 6,3 bilhões foram destinados aos países sul-americanos. No caso das importações, dos US\$ 13,8 bilhões comprados pela América do Sul, 48,3% foram adquiridos dentro da região. O Brasil foi o país que mais importou (US\$ 5,9 bilhões) e trouxe de fora da região 67,1% desse valor, sendo 13% somente dos Estados Unidos.

Dito isto, há um ponto interessantíssimo a ressaltar nesta Seção 2: se US\$ 75,5 bilhões foram exportados pelos países sul-americanos para fora da região e US\$ 7,1 bilhões foram importados de fora, isto significa que – grosso modo⁵⁸ – essas compras poderiam ter sido evitadas. Vimos que Brasil, Chile e Peru, os principais exportadores, dirigem as suas vendas especialmente para a China, ao mesmo tempo que 51,7% das compras vêm de fora da região. O não aproveitamento dessas vantagens de intercâmbio intra-regional se reflete em “perdas” de recursos financeiros e, principalmente, em claros desperdícios de articulação das cadeias

⁵⁸ Poderíamos dizer “muito grosso modo” porque não realizamos o exercício em nível de detalhe suficiente para poder afirmar de forma conclusiva. O que pretendemos sugerir é que caso a América do Sul não direcionasse essas exportações para terceiros países é possível que os países sul-americanos não precisassem importar tanto de fora da região. Mesmo que isso pudesse representar em um primeiro momento um impacto negativo na balança comercial, ainda assim a região estaria aproveitando melhor as possibilidades de integrar-se do ponto de vista produtivo e industrial. Estaria ocupando um espaço e alcançando maiores graus de complementação.

produtivas⁵⁹. Realizaremos este tipo de análise em todas as Seções. Este tema também voltará ao debate quando, no Capítulo 5, abordarmos as propostas de comércio compensado, seja no caso do CCR da Aladi, do Sistema de Moedas Locais (SML) ou do Sistema Único de Compensação Regional (Sucre). A plena utilização desses instrumentos pressupõe grandes esforços para comercializar o máximo possível dentro do território econômico regional.

No setor de “Produtos alimentícios e animais vivos” (Seção 0), a América do Sul igualmente possui um imenso superávit comercial com o mundo, que chegou a US\$ 67,9 bilhões em 2008. Os produtos incluídos nesta Seção são os seguintes: animais vivos, exceto peixes; carne e preparações de carne; produtos lácteos e ovos de aves; peixes, crustáceos, moluscos e suas preparações; cereais e preparações de cereais; legumes e frutas; açúcares, preparações de açúcar e mel; café, chá, cacau e suas preparações; ração para animais (exceto cereais sem moer); e produtos e preparações comestíveis diversos.

As exportações foram de US\$ 90,4 bilhões, sendo US\$ 74,4 bilhões, ou 82,2% do total, para fora da região. As importações totais chegaram a 22,5 bilhões, sendo US\$ 8,4 bilhões, ou 37,2% do total, oriundos de países não sul-americanos. Entretanto, outra vez grosso modo, mesmo que a maioria das compras feitas pelos países da América do Sul tenha sido realizada dentro da região, parte das importações de terceiros países poderia ter sido poupada. Novamente, o único país importador líquido foi a Venezuela, com o grande saldo negativo de US\$ 2,1 bilhões. Os principais superávits foram de Brasil (US\$ 30,5 bilhões) e Argentina (US\$ 22,9 bilhões), que juntos corresponderam a quase 80% do saldo total da região neste setor. Observa-se que quase 90% das vendas brasileiras foram para fora da América do Sul e que a Argentina vendeu proporcionalmente muito mais para a região, quase 26,5%, sendo a metade disso para o Brasil. Contudo, além de ser o maior exportador, o Brasil foi também o principal importador, com US\$ 7 bilhões. Neste caso, dois terços das compras brasileiras vieram de dentro da região, com destaque para os 60,6% do Mercosul (47,4% da Argentina, 7,6% do Uruguai e 5,6% do Paraguai) e 4,4% do Chile.

Neste setor, é importante fazer referência à crescente e acelerada presença de empresas brasileiras nos países sul-americanos nos últimos anos. Os casos mais destacados foram os da Brasil Foods (Sadia-Perdigão), da Marfrig e do grupo da Bertin-JBS-Friboi-Vigor⁶⁰. Estas

⁵⁹ Segundo a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2010, p.38), “a complementaridade produtiva e tecnológica, candidata natural a se constituir em eixo principal de uma eventual política industrial regional, permanece como um terreno praticamente inexplorado”.

⁶⁰ Medeiros (2010, p.96) salienta que a integração sem compensações poderia ter um impacto negativo para o grande número de pequenas propriedades agrícolas que são preponderantes em alguns países da região.

companhias têm contado com forte apoio e financiamentos do BNDES, para montagem, aquisição ou associação para a ativação de estruturas produtivas nos países vizinhos⁶¹.

A Seção 3, que trata de “Combustíveis e lubrificantes minerais e produtos conexos”, reflete o imenso potencial para a complementação e a integração energética sul-americana. O setor concentra produtos como hulha, coque, carvão, petróleo e derivados, gás e eletricidade. Sozinho, representou 25,2% de todas as exportações da região, cerca de US\$ 128 bilhões, e 16,3% das importações, mais de US\$ 71,3 bilhões. A América do Sul acumulou em 2008 um superávit comercial de US\$ 70,4 bilhões neste setor, equivalentes ao PIB do Equador naquele ano (vimos que o saldo cai para US\$ 56,6 bilhões quando utilizamos os resultados venezuelanos de 2006). Apesar do imenso superávit, o grau de complementação é Baixo, de apenas 29,5%. Só as exportações da Venezuela chegaram muito próximo aos US\$ 60 bilhões. Lembramos que, no caso deste país, estamos trabalhando com os dados de 2006. Em 2008, antes da crise que derrubou os preços internacionais do barril de petróleo de US\$ 150 para menos de US\$ 40, o valor exportado pela Venezuela chegou perto dos US\$ 95 bilhões (sendo mais de 90% compostos por petróleo e derivados).

Contudo, o que mais deve ser tomado em conta neste caso é o fato do país caribenho estar vendendo tão pouco para a região, menos de 2,5% do total. Mais da metade das exportações foram para os Estados Unidos e cerca de 5% para a China. Também se observa no quadro que Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai acumularam resultados negativos. A situação desta Seção 3 é emblemática. A Venezuela exportou US\$ 57,8 bilhões para fora da América do Sul, equivalentes a 97,6% de tudo que vendeu para o mundo e os demais países sul-americanos também exportaram US\$ 53,3 bilhões para fora da região, o que representou 86,9% de todas as suas exportações para o mundo. Mesmo assim, o conjunto do sub-continento importou mais de US\$ 50,3 bilhões de terceiros países. Ou seja, foi produzido e vendido para fora da região duas vezes mais do que a necessidade interna de importação.

O mais alarmante é que, ao contrário dos demais países importadores líquidos da região (no geral, todos compradores da Venezuela), o Brasil comprou 85% de fora da América do Sul e somente 1% da Venezuela. Ou seja, em 2008, o Brasil importou oito vezes mais produtos dos Estados Unidos (US\$ 2,9 bilhões) neste setor do que da vizinha Venezuela (US\$ 367 milhões). O caso da Argentina ainda pior: comprou apenas 0,1% da Venezuela, cerca de US\$ 5 milhões. Por outro lado, como fruto das iniciativas venezuelanas de promover

⁶¹ O BNDES tem participação acionária de 22,4% na Friboi. O primeiro grande crédito do banco para aquisições de frigoríficos no exterior foi em 2005, exatamente com a liberação de US\$ 80 milhões para que a empresa comprasse a argentina Swift.

o bloco ALBA, o convênio Sucre e empresas como Petroandina e Petrosul, o Equador importou da Venezuela 58,4% de todos os produtos relacionados com esse setor; a Bolívia, 42,4%; o Paraguai, 27,7%; e o Uruguai, 21,2%. É interessante apontar que 15,8% das importações dos Estados Unidos foram da América do Sul e que dois terços disso tiveram origem só na Venezuela. O valor superou os US\$ 50 bilhões.

Sobre os investimentos nesta área, também se observa uma maior entrada de empresas brasileiras nos países sul-americanos. No setor privado, chamam a atenção os casos de EBX, VALE, Odebrecht, Braskem e Ultrapar. No setor público, nota-se um aumento dos interesses da Petrobras e da Eletrobras para estabelecer alianças estratégicas no campo energético⁶². Ainda esta sem definição o futuro da empresa mista entre a Petrobras e a PDVSA em Pernambuco, a chamada Refinaria Abreu e Lima. A aliança, que enfrenta dificuldades nos acordos burocráticos entre as companhias, seria uma excelente oportunidade de complementação ao refinar diariamente no Brasil cerca de 130 mil barris de petróleo venezuelano.

No caso dos “Artigos manufaturados, classificados principalmente segundo o material” (Seção 6), a América do Sul acumulou um superávit de US\$ 23,9 bilhões. Apesar deste imenso saldo comercial positivo, o grau de compensação foi Baixo, inferior aos 33%. Os bens que constam neste setor são essencialmente produtos elaborados advindos do couro, madeira, borracha, papel, tecidos, minerais não metálicos, ferro e aço, entre outros. O superávit da região se deve aos bons resultados alcançados pelo Chile (US\$ 21,4 bilhões) e pelo Brasil (US\$ 10,4 bilhões). No entanto, a debilidade das relações intra-regionais se transparece novamente: ambos os países exportaram muito pouco para os vizinhos sul-americanos. O Brasil vendeu apenas 23,4%, o mesmo que destinou aos Estados Unidos. Já o Chile, vendeu 17,7% para a China, somente 12,6% para a América do Sul e 12,3% para os Estados Unidos.

Conforme é possível observar, excluindo Chile, Brasil e Peru, todos os demais países obtiveram déficits neste setor. Os maiores importadores foram Brasil (US\$ 20,7 bilhões), Argentina (US\$ 7,9 bilhões), Colômbia (US\$ 6,7 bilhões) e Chile (US\$ 6,6 bilhões). O Brasil comprou 17,3% na China, 11,5% nos Estados Unidos e apenas 20,7% na América do Sul. A

⁶² A Petrobras mantém estreita relação com todos os países sul-americanos e possui escritórios em todos eles, exceto na Guiana e no Suriname. A empresa adquiriu o controle de importantes petrolíferas na Argentina e no Chile, além de ter presença robusta no Peru, na Bolívia e no Equador (Barros e Pinto, 2010). No caso da Eletrobras, as principais iniciativas têm sido com a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, o Peru e a Venezuela, em projetos relacionados com a construção de hidrelétricas e de linhas de transmissão e interconexão. Apenas para que conste, fazemos referência à expansão da presença de bancos brasileiros na América do Sul. Os principais casos são o Banco do Brasil, o Itaú e o Bradesco.

Colômbia e o Chile importaram da China e dos Estados Unidos cerca de 30% e outros 30% da região. Outra vez chamamos a atenção para o fato de que as exportações sul-americanas para fora da América do Sul quase que duplicaram as importações sul-americanas de fora da região. Foram vendidos US\$ 61,4 bilhões e comprados 38,5 bilhões. Isto reforça a compreensão de que o comércio exterior da região é regido pelos interesses de compra e venda das empresas e do “mercado”, não dos Estados Nacionais ou dos povos sul-americanos.

A Seção 4 engloba “Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal”. Ainda seguimos tratando de produtos cujos graus de encadeamento são relativamente baixos. Para estas situações, de acordo com o que temos confirmado, a tendência que se verifica é a permanente acumulação de superávits pelos países da América do Sul. Contudo, igualmente comprovamos que o fato de obter superávits comerciais não impede que os graus de complementação da região sejam pequenos e que, além disso, as importações de terceiros países sejam altas. Veremos que essa tendência a obter saldos positivos se inverterá na medida em que avancemos nos degraus da complexidade produtiva e dos requerimentos de alta intensidade tecnologia industrial.

Neste setor, o conjunto dos países sul-americanos obteve um superávit comercial de US\$ 9,4 bilhões em 2008. Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Paraguai foram exportadores líquidos, enquanto Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela, importadores líquidos. Argentina (US\$ 6,8 bilhões) e, muito abaixo, Brasil (US\$ 2,2 bilhões) acumularam os principais saldos positivos. Ambos também foram os maiores exportadores: a Argentina com US\$ 6,9 bilhões e o Brasil com US\$ 3 bilhões. Observamos que, no caso da Argentina, somente 14,8% foi vendido para a América do Sul e 21,4% direcionado para a China. No caso do Brasil como exportador, apenas 5,1% foi destinado à região e 28,1% enviados para a China. No total, mais de 82% foram exportados para fora da região.

Este é um dos setores analisados com um grau de complementaridade Alto. Todos os países da América do Sul, exceto o Brasil (24,6%), importam mais dos vizinhos sul-americanos do que do resto do mundo. A Argentina esteve próximo dos 50% (18,5% do Brasil e 15,1% do Uruguai), enquanto Bolívia (44,6% da Argentina e 21,7% do Paraguai), Chile (40% do Peru e 16,4% da Argentina), Colômbia (27,6% da Bolívia, o mesmo que dos Estados Unidos), Uruguai (38,5% do Brasil e 24,7% da Argentina) e Venezuela (27,3% da Bolívia e 19,5% do Paraguai) ficaram na casa dos 70% aos 80% advindos da região. Por sua vez, Equador (68,5% da Argentina e 16,3% da Bolívia), Paraguai (46,9% do Brasil e 45,8%

da Argentina) e Peru (70,6% da Argentina e 10% do Equador) se aproximaram dos 95%⁶³. No total, a América do Sul comprou 62,3% dentro da região e 37,7% fora. O presente exemplo é um caso peculiar no qual as exportações para fora da América do Sul fazem menos falta para os países da região. Apesar disso, mesmo as exportações sul-americanas sendo muito superiores às importações e mesmo as importações sendo relativamente pequenas, grosso modo, não haveria motivos para importar tanto de terceiros países.

Quando comparada às demais Seções, a de “Bebidas e tabaco” (Seção 1) pode ser considerada pequena. Movimenta menos de 1% do comércio total da América do Sul com o mundo, em torno de 1,1% das exportações e de 0,3% das importações. Apenas Brasil (US\$ 2,5 bilhões), Chile (US\$ 1,3 bilhão) e Argentina (US\$ 965 milhões) obtiveram saldo positivo. Mais da metade do superávit de US\$ 4,2 bilhões da região em 2008 se deve ao Brasil. Conforme já havia ocorrido na maioria dos setores, uma parte ínfima das vendas brasileiras foi orientada para a América do Sul, menos de 4,9%. Quase 13% foram para a China e 11,4%, para os Estados Unidos. No caso do Chile, foram 13,8% para os Estados Unidos e somente 12,6% para a América do Sul. No caso da Argentina, 18,5% para os Estados Unidos e apenas 20,1% para a região.

No total, 88,4% de todas as exportações sul-americanas foram destinadas a terceiros países. O valor chegou a US\$ 5 bilhões. Por sua vez, 57% das importações foram originadas fora da região, totalizando US\$ 844 milhões. Isto significa que os países sul-americanos em seu conjunto exportam muito mais do que importam, podendo, de maneira geral, substituir as importações de terceiros por compras regionais.

O Brasil, por exemplo, importou somente 31,2% de países da região, somente acima do Chile e da Venezuela, que compraram 29,4% e 21,5%, respectivamente. Por outro lado, Argentina e Colômbia chegaram aos 40%. Com valores absolutos muito inferiores, Peru, Uruguai e Equador quase ultrapassaram os 60% e o Paraguai tocou os 80%. Fica evidente que, também no caso deste setor, o grau de complementação Médio poderia ser muito maior caso o Brasil não vendesse tão pouco para a América do Sul e não comprasse tanto de terceiros países⁶⁴.

Vimos que em três das dez Seções (5, 7 e 9) a América do Sul assumiu o papel de importadora líquida. Estes setores incluem produtos de maior valor agregado. No caso dos

⁶³ Ainda que o Paraguai tenha importado tanto do Brasil, Luce (2008) informa que “entre 90% e 95% da soja esteja na mão de brasileiros”. No caso da Bolívia, o autor afirma que “apenas 100 famílias de grandes proprietários rurais brasileiros controlam 32% da produção boliviana de soja e 35% das exportações do produto”.

Artigos manufaturados (Seção 8), o déficit sul-americano foi de US\$ 18,9 bilhões. As exportações totais foram de US\$ 12,4 bilhões e as importações, de US\$ 31,3 bilhões. As vendas para fora da região foram altas e chegaram a US\$ 6,8 bilhões ou 54,5% do total. O maior exportador novamente foi o Brasil, com US\$ 5,5 bilhões. Destacamos a forte e crescente presença de empresas brasileiras nos países sul-americanos. Os casos mais relevantes são os da Gerdau, CSN, Votorantim, Embraer, WEG, Marcopolo e Grupo Sabó, algumas com financiamento do BNDES para o seu processo de internacionalização.

O principal importador neste setor também foi o Brasil. No total, comprou US\$ 11,4 bilhões, sendo US\$ 10,9 bilhões (ou 95,8%) advindos de fora da América do Sul. Ou seja, apenas 4,2% vieram da região. Ao mesmo tempo, mais de 31,3% das compras brasileiras chegaram da China. Com isso, as importações totais sul-americanas adquiridas fora da região superaram os US\$ 27,1 bilhões ou 86,4% do total. Unicamente a Bolívia e o Uruguai, grandes importadores de Peru, Argentina e Brasil, chegaram perto dos 40% importados dentro da região. Argentina, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela, ficaram em torno de 20%. O Paraguai comprou 57,3% somente da China. A Colômbia e o Chile importaram somente 10% dos vizinhos sul-americanos.

Com relação aos Produtos químicos e produtos conexos (Seção 5), o déficit acumulado foi de US\$ 46 bilhões. Todos os países acumularam saldo comercial negativo. Chamamos a atenção para o fato de que mais da metade das vendas tenha sido orientada para fora da região: US\$ 16,2 bilhões dos US\$ 28,7 bilhões. O Brasil, que exportou US\$ 14,1 bilhões – quase equivalentes a metade do total – direcionou apenas um terço destas vendas para a América do Sul, menos do que todos os demais países, exceto a Bolívia. Ao mesmo tempo, o Brasil importou US\$ 35,3 bilhões e teve o maior de todos os déficits do setor. Deste valor, 92,1% (ou US\$ 32,5 bilhões) foram comprados de terceiros países. No total, a América do Sul comprou US\$ 74,7 bilhões do mundo, sendo US\$ 60,9 bilhões (ou 81,6%) de fora da região. Nesta situação, caso todas as vendas despachadas para fora da região fossem dirigidas para dentro, pelo menos 25% das importações oriundas de países não sul-americanos poderiam ter sido “economizadas”.

Ao observar a Seção 7, de Máquinas e equipamentos e material de transporte, nos deparamos com a situação mais desfavorável de todas. A América do Sul obteve um déficit de US\$ 106 bilhões. As exportações chegaram a US\$ 56,7 bilhões e as importações, a US\$ 162,9

⁶⁴ É oportuno comentar que as empresas Aracruz e AMBEV têm tido participação crescente no mercado sul-americano. A segunda empresa tem especial destaque na Venezuela, onde produz diversas marcas de cervejas que abastecem a demanda do país e são exportadas para o Caribe, a Europa e a América do Norte.

bilhões. O Brasil foi responsável por 73,4% das exportações da região, dirigindo para fora da América do Sul mais de 60% das vendas. A Argentina foi o único país que também exportou bastante: US\$ 9,7 bilhões ou 17,2% do total regional. Vendeu mais da metade para o Brasil e 25% para terceiros países. De tal maneira que os países sul-americanos exportaram para fora da América do Sul mais de US\$ 29,5 bilhões ou 52% das exportações totais do setor. Já as importações de fora da região chegaram a US\$ 136,6 bilhões, quase equivalentes ao PIB do Chile no ano 2008. O Brasil também foi o maior importador, com US\$ 64,7 bilhões, que representaram 39,7% das compras sul-americanas. Deste montante, 91% foram adquiridos em terceiros países. O valor das exportações para fora da América do Sul representou 21,6% do valor das importações de fora da região e, neste caso, como sempre, muito grosso modo, parte dos US\$ 30 bilhões –equivalentes a duas vezes o PIB da Bolívia em 2008 – poderiam ter sido economizados.

Nestes três casos observados por último, apesar de obter déficit nas relações com o resto do mundo, a América do Sul poderia alcançar maiores índices de complementação produtiva e comercial. A exígua utilização de todo o potencial de complementaridades das economias sul-americanas contrasta visivelmente e passa muito longe da divisão regional da produção proposta e defendida por Prebisch (1982, p.476), baseada em fluxos comerciais no âmbito de cadeias produtivas e de partes e componentes industriais. Os países com capacidades industriais mais desenvolvidas deveriam especializar-se na elaboração de bens de capital e favorecer as exportações de bens manufaturados finais dos países menos desenvolvidos, evitando que as vantagens se concentrassem no primeiro grupo.

De acordo com um documento da ABDI (2010, p.37),

“Transcorrida mais de uma década desde a assinatura do Tratado de Assunção, pouco se avançou na direção de identificar e explorar a complementaridade da produção como forma de fortalecer a competitividade e de promover o desenvolvimento produtivo regional. A exceção foi a cadeia automobilística, na qual os acordos bilaterais Brasil- Argentina que estabeleciam a necessidade de manter um certo equilíbrio no comércio intrafirma estimularam a complementaridade entre as filiais das montadoras na região. Entretanto, este tipo de integração, imposta por meio de restrições ao livre comércio no interior do bloco, apoia-se num instrumento contrário ao próprio espírito do processo de integração regional e que só poderia ser utilizado de forma temporária”.

Outro aspecto crucial do tema de integração produtiva está relacionado com os fluxos de investimentos diretos e com as estratégias de internacionalização de empresas. No caso específico de nosso trabalho devemos observar atentamente o papel do Brasil como promotor desses investimentos nos demais países da América do Sul. A região já se converteu na principal área de localização geográfica das chamadas multinacionais brasileiras. De acordo com Sarti e Hiratuka (2009, p.16), a metade das 109 empresas analisadas em seu estudo deu o

primeiro passo para a internacionalização exatamente nos países vizinhos⁶⁵. Segundo os números divulgados pelo Bacen⁶⁶, a soma de capitais brasileiros no exterior (investimentos diretos, inter-companhias, financiamentos, empréstimos e depósitos) aumentou 15,5%, passando de US\$ 127,3 bilhões em 2007 para US\$ 146,9 bilhões em 2008. No entanto, a participação relativa dos investimentos brasileiros na América do Sul se manteve baixa, em torno de 5,3% do total, dez vezes menor do que o valor enviado pelo Brasil a paraísos fiscais como as Ilhas Cayman, as Ilhas Virgens e Bahamas.

Segundo o Balanço de Política Externa 2003/2010 (MRE, 2011),

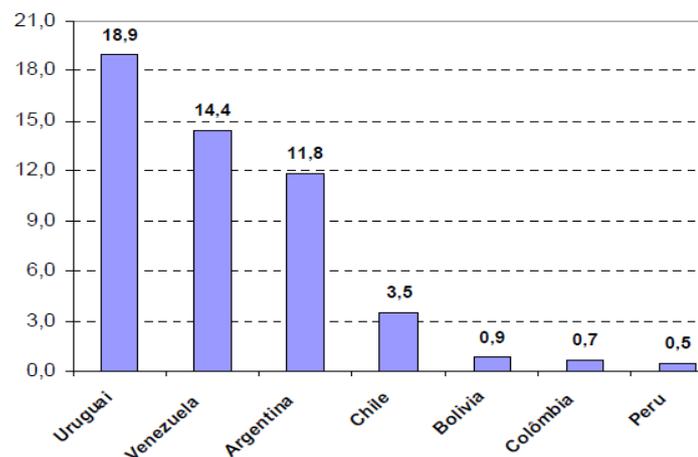
A América do Sul tornou-se principal destino dos investimentos de empresas brasileiras no exterior. O continente é, por excelência, espaço para a expansão da produção de empresas brasileiras, favorecida pela proximidade geográfica e pelas afinidades culturais, assim como pelo desenvolvimento de acordos comerciais e de marcos regulatórios que favorecem investimentos brasileiros e a circulação de bens, serviços e mercadorias na região. Para o aproveitamento pleno das oportunidades oferecidas na relação com os vizinhos, é necessário fomentar o investimento no desenvolvimento de nichos de produção em tais países que se combinem às necessidades brasileiras, promovendo processo de complementação e integração produtiva. Esse trabalho tem o potencial para elevar o comércio regional a um novo patamar, por meio da diversificação da pauta comercial da região e pela inclusão de produtos de maior valor agregado. Em um nível mais amplo, uma política de investimentos estratégica associada a mecanismos de financiamento pode promover maior sinergia dos mercados regionais, pelo aprofundamento da complementação e da integração produtiva.

No entanto, certamente o poder de impacto dos recursos depositados nas economias sul-americanas esta relacionado com a sua utilização para a ampliação das capacidades produtivas e exportadoras dessas economias. A seguir, reproduziremos um gráfico no qual os autores, com base em dados do Bacen e da Unctad, ilustram a importância relativa dos investimentos brasileiros no total dos investimentos recebidos por alguns países sul-americanos entre 2006 e 2008. Ainda que não tenhamos dados mais recentes, essas participações tiveram crescimento entre 2009 e 2010.

⁶⁵ Os autores expõem as principais características do processo de internacionalização produtiva da economia brasileira, analisando os recentes movimentos de realização de investimentos brasileiros no exterior, sobretudo na América do Sul. Sugerimos, ainda, a leitura de Machado (2009) e Medeiros (2009), como parte do Projeto Cepal-Abdi-Ipea de Integração produtiva no Mercosul.

⁶⁶ Os dados estão disponíveis no site do Bacen (www.bcb.gov.br), em Câmbios e Capitais estrangeiros, Capitais Brasileiros no Exterior (CBE).

Participação dos investimentos do Brasil no total, em %



De qualquer forma, os números expostos acima são suficientes para confirmar o forte impacto da incursão de empresas e de capitais brasileiros na região nas áreas de indústria e infraestrutura. O caso do Uruguai é o mais interessante: quase 19% dos investimentos totais realizados no país tiveram origem no Brasil. Enquanto a Venezuela supera os 14%, a Argentina se aproxima dos 12%. Segundo esses dados, a presença brasileira ainda era baixa no Chile, na Colômbia, no Peru e na Bolívia.

CAPÍTULO 4

CONSTRUÇÃO DE UM MERCADO COMUM

Renato Baumann (2009b) apresenta de forma geral seis passos para o processo de integração. A primeira seria uma Área de preferências tarifárias, na qual os países participantes reduzem ou eliminam as tarifas de um limitado número de produtos. A segunda seria uma Área de livre comércio, na qual os países participantes reduzem ou eliminam as tarifas da maior parte ou da totalidade dos produtos. Um terceiro passo seria a União aduaneira, forma através da qual além de uma área de livre comércio são adotadas barreiras externas comuns a produtos de terceiros países. Sem ser muito rigorosos na análise, pode-se afirmar que o Mercosul se encontra neste estágio. A quarta forma seria um Mercado comum, no qual além da União aduaneira é adotada a plena mobilidade dos fatores de produção (capital e mão-de-obra) entre os países participantes. Esta decisão requereria ampliar a coordenação de políticas na área trabalhista e de previdência social, na regulamentação dos fluxos de capitais, proteção dos investimentos, criação de instituições regionais para a solução de controvérsias, um Parlamento comum e normas jurídicas compatíveis. Os dois passos seguintes seriam a União monetária (com a necessidade de adotar uma moeda única e de constituir um Banco Central regional) e, finalmente, a União política.

No atual momento do processo de integração da América do Sul, uma meta desejável seria a criação de um Mercado comum. Este caminho estaria pautado pelo esforço planejado dos Estados nacionais de construir uma integração industrialista e uma divisão regional da produção. Nesta seção, faremos uma análise geral da evolução do comércio entre o Brasil e os países da América do Sul (exceto Guiana e Suriname) entre os anos 2003 e novembro de 2010. A observação das principais variáveis permite realizarmos algumas considerações sobre as dificuldades e possibilidades de avanço na constituição de um mercado comum sul-americano. Seguindo a ideia de que há dois caminhos distintos para o processo de integração, pode-se afirmar que também existem duas concepções bastante diferentes acerca do comércio regional: o “livre-comércio” e o “comércio estratégico” (Medeiros, 2010, p.87). O primeiro se sustenta na “nivelção do terreno” e trata países desiguais como se fossem iguais, aprofundando os desequilíbrios a favor dos maiores. O segundo supõe a necessidade de criar diferentes regras para os diferentes sócios como forma de desconstruir as assimetrias.

Costa (2003, p.114) considera que

“dando preferência absoluta ao comércio intra-regional na América do Sul, e criando os mecanismos comerciais e financeiros apropriados a esta preferência, os países sul-americanos poderão aumentar, rapidamente, seu intercâmbio comercial em todas

as linhas de produção... Procedendo desta maneira, em pouco tempo, a América do Sul poderia duplicar seu comércio intra-regional; o que implica em comercializar, internamente, mais de 50% do comércio exterior total dos países da região... À base de um maior conhecimento das possibilidades de exportação e das necessidades de importação de produtos manufaturados de todos os países da região, estima-se que o comércio intra-regional poderia chegar a absorver mais de 75% do total do comércio exterior. Isso se deve ao grande grau de complementaridade das economias sul-americanas”.

Do ponto de vista comercial igualmente se identifica um grande desequilíbrio do Brasil com relação aos vizinhos sul-americanos. A corrente de comércio brasileira com os demais países da região atingiu em 2010⁶⁷ o significativo montante de US\$ 56,2 bilhões, sendo as exportações brasileiras US\$ 32,9 bilhões e as importações US\$ 23,3 bilhões.

Comércio do Brasil com a América do Sul (2003-2010*)
MDIC – US\$ Bilhões

	Exportações	Importações	Saldo	Corrente
	(A)	(B)	(A-B)	(A+B)
2003	10,2	7,7	2,5	17,9
2004	15,7	9,3	6,4	25,0
2005	21,2	10,7	10,5	31,9
2006	26,7	15,0	11,7	41,7
2007	31,9	18,5	13,4	50,4
2008	38,4	24,1	14,3	62,5
2009	27,0	19,1	7,9	46,1
2010*	32,9	23,3	9,6	56,2

Nota-se que entre 2003 e 2010 o comércio brasileiro com a região cresceu mais de 3,1 vezes, com a corrente de comércio passando de US\$ 17,9 bilhões para US\$ 56,2 bilhões. Neste mesmo período, as exportações do Brasil aumentaram 3,2 vezes e as importações, 3 vezes. Podemos afirmar que durante 2010 já houve uma retomada do nível dos fluxos comerciais para o patamar anterior à crise financeira internacional. Ao analisar a tabela acima, constatamos, ainda, que 2009 foi um ano atípico, visivelmente fora de uma linha de marcada tendência à expansão do comércio.

Enquanto as exportações brasileiras para a América do Sul chegaram a US\$ 10,2 bilhões em 2003, em 2010 (sempre nos referiremos ao acumulado até o mês de novembro) já haviam superado os US\$ 32,9 bilhões. Igualmente, chamamos a atenção para o crescimento das importações de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 23,3 bilhões. No entanto, como reflexo da

⁶⁷ No momento da redação final deste trabalho o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) ainda não havia divulgado os resultados comerciais consolidados do ano 2010. Por este motivo, trabalharemos com os dados acumulados até o mês de novembro de 2010. Isto não representa nenhum problema já que os resultados do mês de dezembro devem reproduzir a tendência verificada nas quatro variáveis: exportações, importações, saldo e corrente de comércio.

maior expansão das exportações frente às importações, ampliou-se o já elevado superávit brasileiro com a América do Sul. Em 2003, o superávit do Brasil foi de US\$ 2,5 bilhões. Em 2008, chegou a US\$ 14,3 bilhões; em 2009, caiu para US\$ 7,9 bilhões; e em 2010, voltou a crescer para US\$ 9,6 bilhões. A tabela exposta à continuação expõe a participação relativa da América do Sul no comércio do Brasil entre os anos 2003 e 2010, ou seja, o peso da região nas relações comerciais brasileiras.

Observamos que as exportações brasileiras para a região cresceram de 13,9% do total para 18,2% em 2010. No caso das importações brasileiras com origem na região, estas representaram 15,8% do total em 2003 e 14% em 2010. As exportações aumentaram e as importações diminuíram entre 2003 e 2010.

Participação da América do Sul no comércio total do Brasil (2003-2009) MDIC – em %

	Exportações	Importações	Saldo
2003	13,9	15,8	10,1
2004	16,3	14,8	19,0
2005	17,9	14,6	23,4
2006	19,4	16,4	25,4
2007	19,9	15,4	33,4
2008	19,4	14,0	56,7
2009	17,6	14,9	31,3
*2010	18,2	14,0	64,5

Vejamos os resultados referentes ao saldo. Em 2003, a América do Sul havia sido responsável por 10,1% de todo o saldo comercial do Brasil com o mundo. Em 2008, chegou a 56,7%, dos quais um terço correspondeu à Venezuela. Em 2009, com menos vendas para a região e com mais compras da região, o saldo brasileiro com a região diminuiu para 31,3% do total. A situação de 2009 era muito menos causadora de assimetrias, ao estimular um maior equilíbrio das relações comerciais com os vizinhos. No entanto, aqueles resultados estavam muito mais relacionados com a crise econômica mundial e com a sobrevalorização do Real do que com uma grande estratégia integracionista. Em 2010 a América do Sul foi responsável por impressionantes 64,5% do saldo comercial brasileiro com o mundo.

Abaixo, é possível ter uma visão mais detalhada do comércio do Brasil com outros nove países sul-americanos durante o ano 2010. A tabela abaixo permitirá constatar que houve uma mudança positiva nas transações com os vizinhos em relação a 2008, com diminuições na chamada cobertura comercial, dada pela divisão das exportações pelas

importações. A cobertura indica o grau de assimetria na relação entre os países. Quanto mais próxima de 1, mais simétrica; quanto mais distante de 1, mais assimétrica. As relações mais simétricas do Brasil em 2010 foram com a Argentina (1,3), o Uruguai (1,0), o Chile (1,0) e a Bolívia (0,5), enquanto as relações mais assimétricas foram com o Equador (17,8) e com a Venezuela (4,7). Vê-se que a única grande mudança foi exatamente este último país, que a cada ano tem ampliado as suas exportações de naftas para a petroquímica para o Brasil. A assimetria continua sendo grande com cinco desses dez países: Equador, Venezuela, Paraguai, Peru e Colômbia. A novidade em 2009 e 2010 foi o déficit comercial brasileiro com o Chile, fruto das crescentes importações de produtos relacionados com o cobre; até 2008, o único resultado negativo era com a Bolívia, devido às importações de gás.

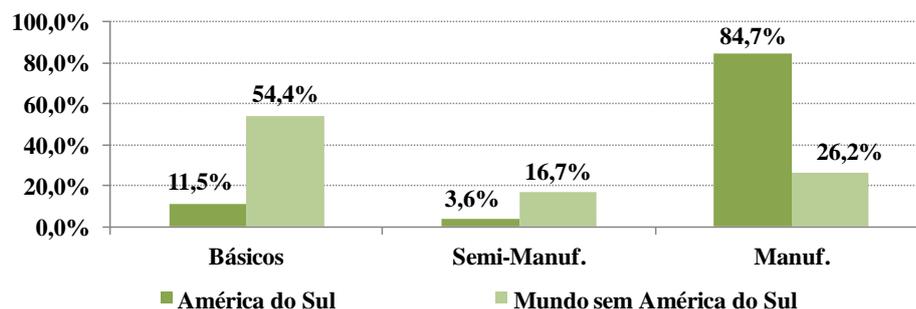
Comércio do Brasil com países da América do Sul
(Novembro/2010) MDIC – US\$ Bilhões

	Exportações (A)	Importações (B)	Saldo (A-B)	Corrente (A+B)	Cobertura (A/B) 2010	Cobertura 2009	Cobertura 2008
Argentina	16,5	13,1	3,4	29,5	1,3	1,1	1,3
Bolívia	1,1	2,0	-1,0	3,1	0,5	0,6	0,4
Chile	3,5	3,7	-0,2	7,1	1,0	0,9	1,2
Colômbia	2,0	1,0	1,0	2,9	2,0	3,2	2,8
Equador	0,9	0,1	0,8	0,9	17,8	15,8	20,6
Paraguai	2,3	0,6	1,7	2,8	4,2	2,9	3,8
Peru	1,8	0,8	1,0	2,6	2,3	3,1	2,4
Uruguai	1,4	1,4	0,0	2,7	1,0	1,1	1,6
Venezuela	3,5	0,7	2,8	4,2	4,7	6,2	9,6
Total	32,9	23,3	9,6	56,2	1,4	1,4	1,6

Outro elemento importante na análise do comércio do Brasil com a América do Sul esta relacionado com o valor agregado das exportações, tema que tratamos de forma detalhada na seção anterior. No gráfico abaixo, é possível notar que em 2010 quase 85% das vendas brasileiras para os vizinhos foram compostas por produtos manufaturados e apenas 26% das exportações brasileiras para o resto do mundo foram de produtos manufaturados⁶⁸. Ao contrário, em torno de 55% das vendas para resto do mundo foram de produtos básicos.

⁶⁸ Baumann (2009b) afirma que o comércio intra-regional é mais intensivo em valor agregado, o que pode ser observados no Anexo estatístico nas tabelas que elaboramos.

Exportações brasileiras em 2010, MDIC – segundo o Fator Agregado



Há duas medidas principais para a integração industrialista que dependem especialmente do Brasil. São elas: a promoção de políticas em prol do próprio crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro e, ao mesmo tempo, a execução destas políticas de maneira associada a uma estratégia de articulação com as cadeias produtivas dos países da América do Sul. Desta forma, o Brasil poderia garantir aos vizinhos não somente um grande mercado consumidor, que lhes permitisse obter importantes ganhos de escala, mas também estimular o incremento do valor agregado desses produtos, a criação e expansão de demanda nesses países e a ruptura com o histórico ciclo de exportações de produtos primários. Seguindo esta estratégia, os países sul-americanos poderiam desenvolver uma ampla cadeia de suprimentos para o fornecimento seguro e rápido de insumos industriais ao Brasil, associando a sua produção interna à expansão da estrutura produtiva brasileira. Essa integração pode chegar a reduzir de forma considerável a vulnerabilidade externa dos países. A ideia de criar um mercado interno regional tem a finalidade de aumentar o coeficiente de importações recíprocas da região (desvio de comércio), reduzir a dependência de moedas conversíveis e ampliar a margem de autonomia dos países periféricos. Medeiros (2008, p. 223-224) chama a atenção para o papel brasileiro como “país locomotiva” do processo de integração. Considera que

“na medida em que o comércio intrarregional se desenvolve, a expansão das nações menores depende em boa parte do aumento das importações do país maior; é o seu ritmo de crescimento que induz a expansão e a diversificação do setor exportador das economias menores. Por outro lado, na medida em que as importações de fora da região tendem a crescer com a expansão econômica, cabe ao país de maior desenvolvimento financiar, por intermédio de déficit comercial ou por investimentos, o déficit dos demais países com o resto do mundo”⁶⁹.

⁶⁹ Continua: “Assim, quando a economia de maior porte em uma dada área econômica cresce a taxas elevadas e confere tratamento comercial preferencial aos seus vizinhos, ela induz, ‘espontaneamente’, por intermédio de suas importações, uma regionalização tanto maior quanto mais complementar for a sua estrutura produtiva... O essencial, do ponto de vista macroeconômico, é o grau em que a regionalização possa reduzir, por meio do aumento das exportações, a vulnerabilidade externa dos países. Isto depende, em parte, do comportamento do país ‘locomotiva’”. Por sua vez, Baumann (2009b) considera que deveria haver fundos regionais de promoção do desenvolvimento dos sócios menores ou mecanismos financeiros compensatórios para promover o aumento da

Costa (2008, p.120) complementa esta ideia:

“um crescimento constante por parte da economia de maior desenvolvimento, quando complementado com uma busca pela maior integração regional, proporcionará um aumento das importações destes parceiros, aumentando a demanda pela produção destes países e, por consequência, o seu interesse em colaborar com uma estratégia geopolítica que priorize a integração, frente aos desafios externos impostos pela economia mundial”.

Portanto, em uma situação ideal, o comércio intra-regional deveria ser mais sustentado em bens industriais, na articulação das cadeias produtivas e muito menos direcionado às transações de bens de baixo valor agregado. Além disso, seria importante que os demais países sul-americanos obtivessem saldos comerciais positivos com o Brasil ou com o mundo. A tabela a seguir expõe o saldo comercial dos países da América do Sul. Trata-se de dados do ano 2009, disponíveis no Sistema Interativo Gráfico de Dados de Comércio Internacional (SIGCI), do site da Cepal.

Saldo comercial de países Sul-Americanos com o Brasil e com o mundo, em 2009 (US\$ Bilhões)

	Saldo com o mundo sem o Brasil	Saldo com o Brasil	Saldo total com o mundo
Argentina	16,9	-1,5	15,4
Bolívia	-0,3	0,7	0,4
Chile	11,1	0,2	11,3
Colômbia	2,0	-1,2	0,8
Equador	-0,8	-0,6	-1,4
Paraguai	-2,7	-1,1	-3,8
Peru	5,9	-1,0	4,9
Uruguai	-1,4	-0,1	-1,5
Venezuela	14,5	-3,0	11,5
Total	45,2	-7,6	37,6

Através da análise destes números percebe-se que mesmo quando os países obtêm superávits com o mundo, essencialmente devido às exportações de insumos básicos e matérias primas, quase todos acumularam déficits com o Brasil. Nota-se, por exemplo, que o comércio com o Brasil é responsável por grande parte dos déficits totais do Equador e do Paraguai. Na realidade, os únicos países “beneficiados” dessa relação com a maior economia da região foram a Bolívia e o Chile. Conforme observamos, entretanto, esse benefício esta sustentado

competitividade dos menores. Acaso não exista nenhuma dessas alternativas, o sócio maior deveria prover dinamismo aos menores via comércio. Assim, conclui que na América do Sul não há nenhuma das três iniciativas.

na exportação por parte daqueles países de gás natural e cobre pouco processado, respectivamente. Esta situação, no geral, se manteve em 2010.

Por este motivo, Baumann (2009, p. 2) conclui que

“o sócio maior não tem proporcionado a seus parceiros uma fonte de dinamismo através de excedentes comerciais, à diferença do encontrado em diversas regiões. Ao mesmo tempo, não existem fundos regionais que possam contribuir para criar capacidade produtiva e ampliar a competitividade dos parceiros de menor tamanho”.

Em 2008, o governo brasileiro, através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) anunciou a criação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), uma continuação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004. A recente iniciativa busca, entre outros pontos, promover a integração produtiva e estimular as compras brasileiras da América do Sul. Segundo o plano de ação da PDP, os grandes desafios seriam apoiar a integração de cadeias produtivas, estimular a exportação de países latino-americanos para o Brasil, apoiar o financiamento e a capitalização de empresas latino-americanas e promover a integração da infraestrutura logística e energética⁷⁰.

Medeiros (2009, p.25) considera que

“as possibilidades de que esta regionalização permita uma ulterior ampliação dos mercados industriais com diferenciação setorial e integração produtiva são reais mas dependem de circunstâncias estruturais e macroeconômicas que transcendem o âmbito regulatório e institucional. Entre estas deve-se considerar que devido ao seu tamanho relativo e à assimetria no conteúdo tecnológico da produção, a expansão do Mercosul depende, em grande parte, do ritmo de crescimento da economia brasileira concomitante a um desenho articulado de políticas industriais voltado a induzir maior expansão dos mercados industriais e de serviços especializados para os países de menor grau de desenvolvimento”.

Ainda que seja cedo para fazer avaliações sobre os impactos da PDP, existem alguns obstáculos que dificultam o processo de integração. Uma das principais dificuldades tem sido exatamente a política cambial brasileira, que conspira contra as políticas industrial e comercial. Está claro que o Brasil não poderá desempenhar o papel de locomotiva da América do Sul se continuar executando políticas macroeconômicas que não priorizem o seu crescimento. Embora a última década tenha sido marcada pela recuperação econômica dos países sul-americanos, não podemos afirmar que o Brasil tenha desempenhado a função de puxar o desenvolvimento dos vizinhos. Na realidade, os números atestam que entre 2003 e

⁷⁰ <http://www.mdic.gov.br/pdp>. A PDP tem como objetivo coordenar as políticas públicas e as ações do governo brasileiro para incentivar as atividades industriais. Busca adotar mecanismos de apoio ao fortalecimento da estrutura produtiva, através da estreita coordenação entre os entes públicos, sem desestimar a importância do setor privado.

2009, a taxa de crescimento real da economia brasileira foi de apenas 4%, uma das menores médias da região⁷¹.

A política de juros altos aplicada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), associada à lógica livre cambista adotada por esta instituição, tem como resultado a drenagem de recursos da economia real para a esfera especulativa. A elevada remuneração tem atraído capitais meramente especulativos, diminuído o preço do dólar e derrubado a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Por exemplo, entre fevereiro de 2010 e janeiro de 2011, o preço do dólar no Brasil caiu de R\$ 1,89 para R\$ 1,65, o que desestimula as exportações e promove o aumento das importações. Contudo, não são os países da América do Sul que têm se beneficiado desta taxa de câmbio sobrevalorizada. Os principais favorecidos por esta situação são visivelmente os Estados Unidos, a China e a Europa. Em 2010, pela primeira vez depois de muitos anos, as exportações brasileiras de produtos básicos superaram as exportações de produtos manufaturados. Segundo o MDIC, a venda de produtos básicos aumentou de 26,3% do total em 2001 para 44,7%, enquanto as de manufaturados caíram de 56,5% do total para 39,5% no mesmo período.

Existe outro fenômeno que tem reduzido ainda mais o espaço para o comércio intra-regional em setores como máquinas e equipamentos, produtos químicos, produtos elétricos e eletrônicos, veículos e peças, alumínio, ferro e aço, produtos de cerâmica, madeira, têxteis, fibras sintéticas, algodão, couro, lã e calçados, entre outros. Trata-se da crescente presença da China no comércio exterior dos países sul-americanos, principalmente através de suas exportações de produtos manufaturados e importação de produtos primários, como petróleo, minério de ferro e soja⁷². No caso da Venezuela, por exemplo, a participação chinesa nas importações do país aumentou de 2,1% em 2003 para 11% até junho de 2010, superando vizinhos e sócios tradicionais como Colômbia e Brasil, e assumindo a segunda posição somente atrás dos Estados Unidos. O mesmo se observa com diversos países da região. Outro caso simbólico é o Brasil, que desde a Segunda Guerra Mundial até abril de 2009 teve os Estados Unidos como os principais sócios comerciais. Recentemente, foram superados pela China. As importações brasileiras oriundas do país asiático aumentaram de US\$ 2,1 bilhões em 2003 para US\$ 23,4 bilhões até novembro de 2010. No período, a participação relativa da China nas compras brasileiras cresceu de 4,4% para 14,1%.

⁷¹ Medeiros (2009, p.24) afirma que “entre 1990 e 2000, a América Latina teve um crescimento bastante reduzido e fortemente influenciado pelo Brasil, que cresceu menos do que a média dos países. Entre 2001 e 2007, o Brasil cresceu menos do que o conjunto da América Latina, ou o que o Mercosul, ou ainda os países da Comunidade Andina”.

Os ramos econômicos que ainda resistem à concorrência dos produtos chineses são essencialmente alimentos e bebidas (no qual, dependendo do produto, o abastecimento tem origem nos Estados Unidos ou nos próprios países sul-americanos) e de produtos farmacêuticos (com elevadas participações de Alemanha, Estados Unidos, México, Cuba, Suíça, Brasil e França). O processo de integração exige que cada vez mais seja priorizado o comércio dentro do bloco, especialmente em setores nos quais a região conta com vantagens comparativas relacionadas com os recursos naturais, energia e algum nível de desenvolvimento industrial.

A supremacia da China na produção e distribuição de bens industriais para o mundo está intrinsecamente associada a uma orientação e decisão política do país. Além disso, podemos citar pelo menos quatro fatores, como elementos fundamentais para o fortalecimento da produtividade e da competitividade da indústria chinesa: a possibilidade de operar com altíssimas escalas nas linhas de produção; o baixo custo da mão de obra e da logística de infraestrutura; e a taxa de câmbio, cuja flutuação acompanha ao dólar e mantém o Yuan desvalorizado, tornando os produtos chineses baratos em outros mercados. Com o Real, conforme comentamos anteriormente, ocorre o contrário.

Os informes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) sobre a balança comercial do Brasil entre janeiro e outubro de 2010 elucidam ainda mais esse problema. Mesmo que as vendas brasileiras tenham aumentado 29,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior, alcançando US\$ 163,3 bilhões, as compras cresceram ainda mais, quase 44%, alcançando os US\$ 148,7 bilhões. A redução no saldo comercial com o mundo chegou a 35%, caindo de US\$ 22,5 bilhões para US\$ 14,6 bilhões. Neste período, as compras brasileiras advindas da China, da União Europeia e dos Estados Unidos cresceram 62,7%, 35,5% e 34%, respectivamente. Nestas três situações, o aumento das importações do Brasil foi superior ao incremento das exportações. Desta maneira, o superávit brasileiro com a União Europeia diminuiu 37,8% e com a China, 14,9%. Além disso, o resultado comercial já negativo com os Estados Unidos foi ampliado em 78,1%. Vale ressaltar que no período observado as vendas brasileiras de produtos básicos para a China foram ampliadas para 84%. Subiram para 49,1% no caso da União Europeia e para 26% no dos Estados Unidos. Conforme afirmamos antes, os principais beneficiários da política do dólar barato no Brasil não têm sido os vizinhos do sul.

⁷² De acordo com Baumann (2009b), desde os anos noventa a União Europeia vem perdendo espaço como sócia da América Latina.

No mesmo período observado, janeiro a outubro de 2010, as vendas brasileiras para os demais países membros do Mercosul aumentaram muito mais do que as compras, expandindo o superávit brasileiro para US\$ 4,5 bilhões, com crescimento de 200%. No caso da América do Sul, o superávit chegou a US\$ 8,8 bilhões, 56,8% maior do que no ano anterior. Recordamos, ainda, que as exportações brasileiras de produtos básicos representam somente 11,5% no caso da América do Sul e apenas 6,5% no caso do Mercosul. Uma análise mais precisa permite constatar que, apesar dos referidos problemas da taxa de câmbio sobrevalorizada, a América do Sul tem representado uma mina de ouro para o comércio exterior brasileiro. A tabela abaixo demonstra a evolução das exportações do Brasil para os vizinhos entre 2003 e 2010.

Exportações do Brasil para a América do Sul e total 2003-nov/2010 (US\$ bilhões)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Crescimento 2003-2010
Argentina	4,6	7,4	9,9	11,7	14,4	17,6	12,8	16,5	3,6
Bolívia	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	1,1	0,9	1,1	2,6
Chile	1,9	2,6	3,6	3,9	4,3	4,8	2,6	3,5	1,8
Colômbia	0,8	1,0	1,4	2,1	2,3	2,3	1,8	2,0	2,4
Equador	0,4	0,5	0,6	0,9	0,7	0,9	0,6	0,9	2,2
Paraguai	0,7	0,9	1,0	1,2	1,6	2,5	1,7	2,3	3,3
Peru	0,5	0,6	0,9	1,5	1,6	2,3	1,5	1,8	3,7
Uruguai	0,4	0,7	0,9	1,0	1,3	1,6	1,4	1,4	3,4
Venezuela	0,6	1,5	2,2	3,6	4,7	5,2	3,6	3,5	5,8
Am. Sul	10,2	15,7	21,2	26,8	31,9	38,4	27,0	32,9	3,2
Total	73,2	96,7	118,5	137,8	160,6	197,9	153,0	181,0	2,5

Novamente se vê o impacto negativo da crise de 2009 sobre as exportações. Todos os recordes históricos de vendas foram registrados no ano 2008. As exportações que mais cresceram foram para a Venezuela (5,8 vezes) e para o Peru (3,7 vezes). A Argentina passou a representar mais da metade das vendas brasileiras para a América do Sul. Por outro lado, as menores exportações foram para a Bolívia (US\$ 1,1 bilhão), exatamente o único país da região que o Brasil acumula déficit desde 2004.

Vale comentar que o governo brasileiro adotou, em 2003, o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)⁷³. Este plano tem como objetivo impulsionar o comércio entre o Brasil e os demais países sul-americanos, substituindo, sempre que possível e a preços

⁷³ Samuel Pinheiro Guimarães (2008) afirma que “a compreensão brasileira com as necessidades de recuperação e fortalecimento industrial de seus vizinhos nos levou à negociação do Mecanismo de Adaptação Competitiva com a Argentina, aos esforços de estabelecimento de cadeias produtivas regionais e à execução do PSCI, cujo

competitivos, as importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes dos vizinhos do Sul. Entre as suas principais ações, podemos citar: lançamento de Guia “Como Exportar para o Brasil”; criação de grupo de trabalho integrado por Anvisa, Inmetro, Mdic, Banco do Brasil, Sebrae e outras instituições; financiamento de pesquisas de mercado para produtos exportáveis dos países sul-americanos para o Brasil; estudos para identificação da oferta exportável da América do Sul vis-à-vis a demanda brasileira; e rodas de negócios bilaterais.

Importações do Brasil com origem na América do Sul e total 2003-nov/2010 (US\$ bilhões)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Crescimento 2003-2010
Argentina	4,7	5,6	6,2	8,1	10,4	13,3	11,3	13,1	2,8
Bolívia	0,5	0,7	1,0	1,4	1,6	2,9	1,7	2,0	4,0
Chile	0,8	1,4	1,7	2,9	3,5	4,0	2,7	3,7	4,6
Colômbia	0,1	0,1	0,1	0,2	0,4	0,8	0,6	1,0	9,7
Equador	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	2,5
Paraguai	0,5	0,3	0,3	0,3	0,4	0,7	0,6	0,6	1,1
Peru	0,2	0,3	0,5	0,8	1,0	1,0	0,5	0,8	4,0
Uruguai	0,5	0,5	0,5	0,6	0,8	1,0	1,2	1,4	2,8
Venezuela	0,3	0,2	0,3	0,6	0,3	0,5	0,6	0,7	2,5
Am. Sul	7,7	9,3	10,7	15,0	18,5	24,1	19,2	23,3	3,0
Total	48,3	62,8	73,6	91,4	120,6	173,0	127,7	166,1	3,4

De acordo com o que podemos observar na tabela acima, que exhibe as importações brasileiras dos países sul-americanos, os resultados do PSCI não foram ruins e as compras realmente aumentaram de forma significativa. Entre 2003 e 2010, os crescimentos mais expressivos das compras importações brasileiras foram da Colômbia (quase 10 vezes), do Chile (quase 5 vezes) e do Peru (4 vezes). Além disso, é oportuno constatar que entre 2009 e 2010 a recuperação das exportações para a América do Sul foi mais rápida do que as vendas para o resto do mundo. No primeiro caso a alta foi de 22% e no segundo, de 17,5%. Ao contrário, a recuperação das importações do resto do mundo foram muito mais acentuadas do que as da região: 32% contra 21%. Conforme esclarece Padula (2010, p.246),

“no governo Lula (até 2008), as importações sul-americanas cresceram aproximadamente 210%, crescimento menor que o das importações mundiais de 267%, e crescimento muito menor que o das exportações regionais de 410% – que cresceram acima das exportações globais, ampliando o crescente saldo e a assimetria comercial do Brasil com a região”.

objetivo é tentar contribuir para a redução dos extremos e crônicos déficits comerciais bilaterais, quase todos favoráveis ao Brasil”.

A seguir, apresentamos uma matriz que expõe o comércio total dos países sul-americanos entre si e a sua relação com os Estados Unidos e a China, no ano 2008. Utilizou-se o ano 2008 por tratar-se do mais recente período cujos dados oficiais estão disponíveis para todos os países selecionados. A partir da análise destes dados, comentaremos alguns pontos mais relevantes. Em primeiro lugar, observa-se que no comércio brasileiro com a região prevalece uma disparidade generalizada. O Brasil obteve superávit com todos os países, exceto com a Bolívia (em 2009 e 2010 também houve déficit com o Chile). Além disso, as exportações brasileiras para a América do Sul (US\$ 38,3 bilhões) chegaram a 35,4% de todas as exportações intra-regionais (US\$ 108,3 bilhões), enquanto as importações brasileiras (US\$ 21,5 bilhões) representaram 19,9% de todas as importações intra-regionais (os mesmos US\$ 108,3). Nota-se, desta forma, que o Brasil teve mais peso nas exportações regionais do que nas importações regionais.

Ao mesmo tempo, o valor exportado pelo Brasil para os países sul-americanos (US\$ 38,3 bilhões) representou somente 19,3% das exportações totais brasileiras (US\$ 197,9 bilhões), enquanto o valor importado pelo Brasil da região alcançou 11,8% (US\$ 21,5 bilhões) das compras totais brasileiras (US\$ 182,4 bilhões). Ou seja, que a região tem um peso limitado nas exportações do Brasil e menor ainda nas suas importações.

Outro ponto relevante é que os Estados Unidos exportaram muito mais para os demais países sul-americanos (US\$ 50,9 bilhões) do que o Brasil, enquanto a China vendeu para a América do Sul (exceto o Brasil) cerca de US\$ 32,8 bilhões. Por outro lado, o Brasil exportou para os Estados Unidos mais de 70% do valor que vendeu para todos os vizinhos. As vendas para a China chegaram a 43% do valor das exportações regionais. No caso das importações, a situação foi bastante distinta: o Brasil comprou mais dos Estados Unidos e da China do que da região.

Matriz de Comércio para os Países da América do Sul em 2008 - US\$ Mil

		Exportação													Importações Totais	
Destino	Origem	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela	América do Sul	Estados Unidos	China	Importações Totais	
Argentina			205.177	17.605.594	1.107.946	132.542	97.416	711.881	135.502	507.029	12.156	20.515.243	6.894.299	7.103.889	57.118.232	
Bolivia		606.380		1.135.506	447.069	101.829	22.820	40.747	347.626	16.785	63.287	2.782.049	483.853	372.190	4.694.169	
Brasil		13.258.685	385.235		4.164.371	648.934	47.198	614.368	894.109	986.611	538.549	21.538.060	26.996.553	21.738.943	182.404.095	
Chile		4.715.632	3.029.945	4.791.693		848.831	1.705.065	369.100	1.834.015	133.932	38.830	17.467.043	11.008.114	6.800.918	56.507.148	
Colômbia		808.150	245.080	2.295.057	733.830		842.942	17.175	702.181	14.048	850.007	6.508.470	11.476.624	4.529.050	39.583.323	
Ecuador		457.934	10.834	877.945	531.359	1.499.574		34.911	496.569	17.997	1.770.491	5.697.614	2.844.662	2.320.354	18.555.493	
Paraguai		1.085.598	54.484	2.487.532	114.411	6.027	1.760		1.504	106.933	694	3.858.943	-	2.346.393	8.451.598	
Peru		1.312.510	286.844	2.298.619	1.487.055	854.600	1.816.626	148.144		79.356	256.757	8.540.511	5.580.662	4.062.350	29.838.251	
Uruguai		1.762.231	3.259	1.644.098	117.769	18.884	5.144	777.420	19.192		558.432	4.906.429	530.142	908.284	8.685.481	
Venezuela		1.417.933	264.654	5.150.184	1.248.257	6.091.564	724.648	256.690	1.062.549	237.180		16.453.659	12.123.995	4.388.048	46.222.623	
América do Sul		25.425.053	4.485.512	38.286.228	9.952.067	10.202.785	5.263.619	2.970.466	5.493.247	2.099.871	4.089.203	108.268.021	77.938.904	54.570.420	452.060.413	
Estados Unidos		5.209.744	488.942	27.423.161	7.793.275	14.052.700	9.325.177	71.370	5.441.611	214.204	49.676.456	119.696.640			-	
China		6.390.190	93.321	16.403.019	9.851.066	442.951	389.483	93.128	3.719.600	171.460	4.509.099	42.063.317			-	
Exportação Total		70.019.541	6.952.680	197.940.662	69.084.659	37.625.408	20.295.541	4.389.910	30.425.283	5.948.840	95.138.317	537.820.841	-	-		

Fontes: BADECEL e Banco Central da Venezuela (BCV)

Os dados demonstram que os problemas e as soluções da integração da América do Sul estão estreitamente relacionados com a postura assumida pelo Brasil. Atualmente o país tem tirado grande proveito das relações comerciais com os países sul-americanos. Esses benefícios têm sido captados de forma assimétrica pelas grandes empresas brasileiras e pelas transnacionais instaladas no território brasileiro. Ainda assim, isso não tem sido suficiente para promover o desenvolvimento do Brasil, sendo suficiente apenas para contrabalancear os déficits brasileiros com o resto do mundo. Ao mesmo tempo, o país tem contribuído pouco para estimular o desenvolvimento dos seus vizinhos e essa postura aprofunda as grandes assimetrias e as resistências existentes. O compromisso brasileiro deveria ser muito maior.

Conforme explica Medeiros (2008, p.220),

“a ênfase de Prebisch no processo de industrialização revela que a simples existência de uma proximidade geográfica não constitui base econômica para a regionalização. Se o padrão de especialização comercial predominante entre países vizinhos for o de exportação de produtos primários voltados para a economia mundial, são escassas as possibilidades de integração. A inexistência de complementaridades na estrutura produtiva, a exigüidade do mercado regional em relação ao mercado mundial e o desenho da infraestrutura tornam muito limitadas as vantagens do comércio regional”⁷⁴

Voltamos a apontar o absoluto descontrole dos Estados Nacionais sul-americanos sobre o comércio exterior da região. O “livre jogo dos mercados” impera no comércio regional e, assim, é muito complexo estruturar um processo de integração industrialista nas áreas produtiva ou comercial⁷⁵. Para isso, seria necessário criar uma dinâmica interna entre os países sul-americanos, construir um caminho que integre as cadeias produtivas regionais e contribua para a sua maior complementaridade. Entendemos que embora as economias da América do Sul sejam altamente complementares, esta complementaridade tem sido profundamente desaproveitada. Quem tem construído a integração sul-americana são as empresas. Os Estados relativamente fortes, como o brasileiro na América do Sul, podem representar no cenário internacional as coalizões internas de poder que os constituem. Assim, podem financiar a integração via promoção das empresas nativas⁷⁶.

⁷⁴ “Cuando una economía de mayor tamaño crece rápidamente, pero confiere simultáneamente un tratamiento comercial preferencial a sus socios, esto induce, espontáneamente a través de sus importaciones, un tipo de regionalización, que será más importante cuanto más complementarias seas las estructuras productivas de los países involucrados” (Medeiros, 2010, p.88).

⁷⁵ De acordo com Alem e Cavalcanti (2005, p.54), “no início dos anos noventa, as multinacionais já eram responsáveis por cerca de 75% do comércio mundial total, dos quais mais de um terço correspondia ao comércio intrafirma”. Medeiros (2007, p.9) considera que “esta questão ganha novas dimensões com a explosão recente do comércio intra-firma quebrando a cadeia de valor adicionado e as oportunidades de desenvolvimento associadas classicamente ao processo de industrialização. Com efeito, esta transformação coloca em destaque os limites da exportação industrial como máquina de crescimento”.

⁷⁶ Apesar de não nos determos nessa importante análise, vale a colocação de Fiori (2007): “Braudel estabelece uma distinção fundamental entre os conceitos de ‘economia de mercado’ e de ‘capitalismo’”. Mais do que isso,

PARTE 3

CAPÍTULO 5

PRINCIPAIS MECANISMOS REGIONAIS DE FINANCIAMENTOS DE CURTO PRAZO

Este tipo de cooperação tem como objetivo criar instrumentos facilitadores do comércio intra-regional e de apoio financeiro aos países que enfrentam problemas de liquidez ou restrição externa do Balanço de Pagamentos. Como exemplo, Ocampo (2006) cita as caixas de compensação, uniões de pagamentos, acordos de crédito recíproco e fundos de reservas compartilhadas. Desde os anos sessenta e setenta, vêm sendo operadas na América do Sul duas grandes iniciativas neste sentido: o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e o Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR). Mais recentemente, em 2008, Brasil e Argentina têm impulsionado o Sistema de Moedas Locais (SML), no âmbito do Mercosul, e, em 2010, os países membros do grupo Alba adotaram o Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (Sucre). A seguir será analisado detalhadamente o papel de cada um destes mecanismos.

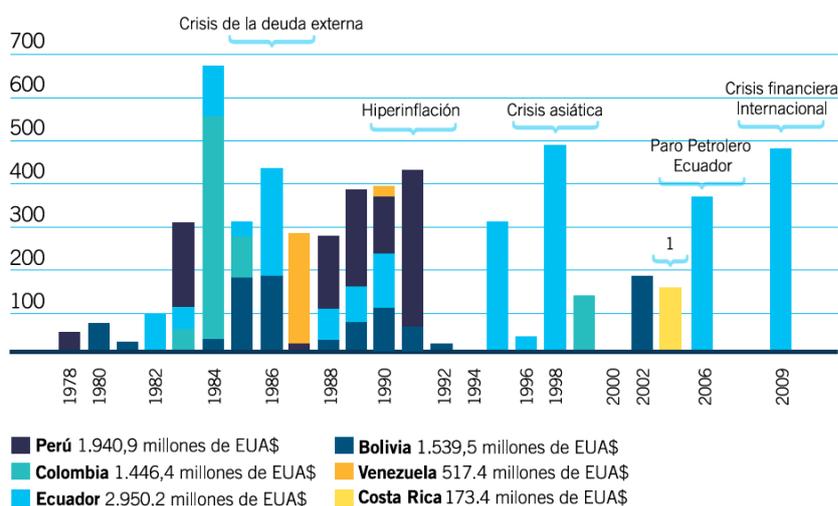
5.1) Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR)

O atual Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR) foi criado em 1978, com o nome de Fundo de Reserva Andino. Desde então, é a única experiência sul-americana de compartilhamento de reservas. Inicialmente era composto por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Os membros iniciais fizeram aportes de capital e criaram o fundo para ajudar-se mutuamente em momentos de dificuldades nos Balanços de Pagamentos. Ao longo dos anos, mudou de nome e incorporou Costa Rica e Uruguai. Sua sede é na cidade de Bogotá, na Colômbia. Tem como função “servir como fundo comum de reservas, que age em prol da estabilidade dos países membros, da melhoria de sua posição externa e do fortalecimento da solidariedade regional” (FLAR, 2010).

ele defende a tese de que o capitalismo é o ‘antimercado’, porque o mercado é o lugar das trocas e dos ganhos ‘normais’ e o capitalismo, o lugar da acumulação dos ‘grandes lucros’ e dos ‘grandes predadores’. Diz que ‘o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado’”.

A página web do Fundo⁷⁷ explica que seus objetivos são: a) apoiar o Balanço de Pagamentos dos países membros, outorgando créditos de longo e curto prazo e garantindo empréstimos a terceiros; b) contribuir para a harmonização das políticas cambiais, monetárias e financeiras dos países membros, ajudando-os a cumprir os compromissos adquiridos; e c) melhorar as condições dos investimentos das reservas internacionais realizadas pelos países membros. A fonte primária de recursos do FLAR advém de capital aportado pelos países membros, incluindo receitas obtidas do rendimento de empréstimos concedidos aos Bancos Centrais dos mesmos e receitas de investimentos e de serviços prestados a Bancos Centrais e instituições públicas. Em dezembro de 2009 os ativos ascendiam a US\$ 3,2 bilhões.

O FLAR tem permitido, principalmente em períodos de crise internacional, que os Bancos Centrais dos países membros tenham acesso a recursos financeiros com agilidade e menores custos. Segundo Titelman (2006), durante três décadas, entre 1973 e 2003, o FLAR liberou em média recursos financeiros equivalentes a 60% de tudo que o Fundo Monetário Internacional (FMI) emprestou às economias andinas. Desde 1978, concedeu créditos de US\$ 8,6 bilhões, que foram utilizados da seguinte maneira: Liquidez (48,2%), Balanço de pagamentos (44,9%), Contigência (5,1%) e Reestruturação de dívida (1,8%). O gráfico abaixo, disponível em FLAR (2010, p.12), especifica a liberação de recursos por país ao longo dos anos.



Observa-se que o maior volume de recursos foi colocado à disposição dos países exatamente nos momentos em que a América do Sul enfrentou maior restrição de acesso ao crédito, como na crise da dívida externa nos anos oitenta, nos períodos de hiperinflação e crise asiática nos anos noventa, durante a greve petrolífera no Equador em 2006 e na crise

⁷⁷ <http://www.flar.net>, acesso em 27 de dezembro de 2010. Informações extraídas do “Informe de Auditores Independentes, em 31 de dezembro de 2009” e do “Informe – Agosto de 2010”.

financeira de 2009. Os maiores beneficiários foram, em ordem decrescente: Equador, com US\$ 2,9 bilhões (34,4% do total)⁷⁸; Peru, US\$ 1,9 bilhão (22,6%), Bolívia, US\$ 1,5 bilhão (18%); Colômbia, US\$ 1,4 bilhão (16,9%); Venezuela, US\$ 517,4 milhões (6%); e Costa Rica, US\$ 173,4 milhões (2%).

Entre os fatores positivos do fundo é o fato de que, como entidade financeira, consegue obter uma classificação de risco muito melhor do que a alcançada por cada país membro de forma isolada. De fato, o *rating* de crédito da instituição é AA, o mais alto da América Latina. Entretanto, a principal limitação do FLAR é reunir quase que exclusivamente os países andinos, sem incorporar o Brasil e a Argentina, as duas maiores economias da região. Neste sentido, é conveniente reproduzir as palavras de Medeiros (2010, p.91) sobre a iniciativa asiática *Chian Mai*, fortemente apoiada pela China, que tem como finalidade exatamente facilitar apoio financeiro aos membros com problemas de liquidez:

“Esto se llevó a cabo al convertir las monedas nacionales en un pool de reservas, a través de una red de swaps bilaterales operados por los Bancos Centrales. Evidentemente la fuerza de estos acuerdos vino dada por la participación de China, Japón y Corea del Sur, con sus importantes reservas de dólares. Recientemente, China anunció un importante crédito en dólares para este pool de reservas a los efectos de fortalecer la liquidez externa de algunos de los países de Asia que experimentan importantes contracciones en sus mercados de exportación debido a la crisis financiera en los Estados Unidos”.

5.2) *Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR)*

Em 1960, no âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), foi criado o Acordo de Pagamentos e Créditos Recíprocos. Somente em 1982, depois da constituição da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) assumiu a nomenclatura atual. Desde o princípio, o sistema foi integrado por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e República Dominicana.

Segundo as informações divulgadas na página web da Aladi⁷⁹, o Convênio tem como finalidade estabelecer uma cooperação entre os Bancos Centrais com o objetivo de construir a integração financeira e monetária. Bruno Leal (2006, p.2) esclarece que

“o CCR é um mecanismo multilateral de compensação escritural e de garantias que funciona com base no cancelamento contábil periódico de créditos e débitos registrados pelos Bancos Centrais participantes do convênio. Os seus objetivos básicos são: estimular as relações financeiras entre os países da região, facilitar a expansão do comércio recíproco e sistematizar as consultas mútuas em assuntos

⁷⁸ Recentemente o Equador recebeu US\$ 450 milhões do FLAR para fazer frente a problemas de Balanço de Pagamentos.

⁷⁹ <http://www.aladi.org>, acesso em 27 de dezembro de 2010.

monetários, cambiais e de pagamentos”.

O CCR funciona da seguinte forma: os Bancos Centrais dos países signatários se comprometem a aceitar débitos (e créditos) provenientes de operações de importação (e exportação). Os débitos e os créditos de todos os países são compensados multilateralmente a cada quadrimestre, no último dia útil dos meses de abril, agosto e dezembro, de forma que só são efetivamente transferidos os saldos resultantes. A compensação multilateral dos pagamentos é centralizada no Banco de La Reserva del Peru, que recebe os registros, transmite os saldos e permite a redução das transferências de divisas entre os países participantes. Em 1991, foi introduzido ao CCR o Programa Automático de Pagamento (PAP), que permite aos países sem liquidez no momento da compensação jogar as suas dívidas para o quadrimestre seguinte, com os Bancos Centrais signatários do convênio compartilhando os riscos de *default*. Há, também, o sistema de garantias, que, na prática, transfere os riscos comerciais e políticos do financiamento do credor para os Bancos Centrais. Estes, em contrapartida, têm autonomia para definir a parcela de risco a que se submetem, podendo restringir as operações e a extensão das garantias oferecidas pelo Convênio (Pinto e Severo, 2010).

O CCR teve a sua função potencializada nos momentos de crise de liquidez internacional e escassez de divisas, sobretudo durante a década de oitenta. Chegou a representar 90,9% das importações intra-regionais em 1989. Na década de noventa, o novo ciclo de liquidez e as reformas nos sistemas financeiros dos países da região tornaram mais fácil e barato tomar empréstimos do que realizar operações via CCR, o que ajudou a debilitar o instrumento. Com o aumento dos fluxos internacionais de capitais a partir dos anos noventa, o convênio debilitou-se progressivamente e quase desapareceu. A participação do CCR nas importações intra-regionais foi reduzida de forma substancial devido ao processo de internacionalização do sistema financeiro na América do Sul, do maior acesso à liquidez internacional e ao fim da obrigatoriedade do uso do Convênio. Além disso, Carneiro (2009, p.14) observa duas dificuldades dos países operarem com o CCR:

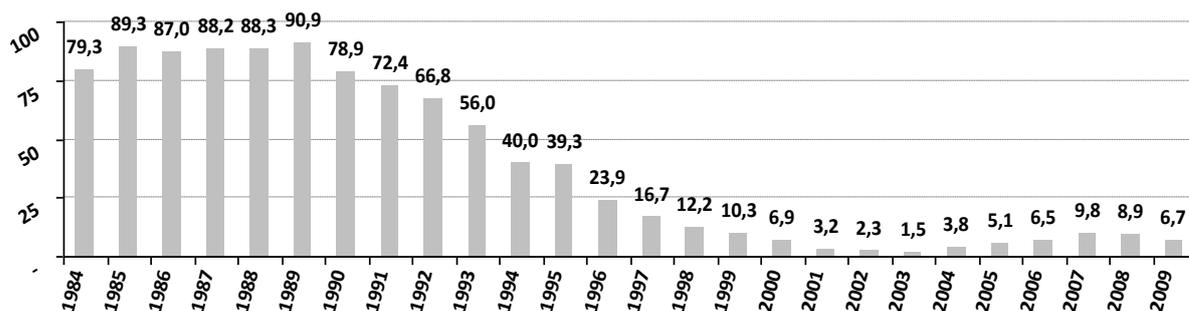
“a resistência dos Bancos Centrais de carregarem esses créditos e as taxas de juros. Para os países que financiam, se as taxas são menores do que as obtíveis pelas reservas há uma perda (custo de oportunidade). Para os que se financiam o financiamento só vale a pena num quadro de grande escassez de divisas ou quando a taxa paga é inferior à da remuneração das reservas, caso contrário o melhor é liquidar a operação”.

Além das restrições, proibições ou desestímulos dos organismos financeiros internacionais, nota-se que no geral os países só ativam iniciativas desse tipo quando há

extrema dificuldade para obter divisas. Por outro lado, os países, tendo recursos disponíveis, tenderão a preferir receber os pagamentos à vista ao invés de carregar dívidas alheias durante quatro ou oito meses. Este é o caso, sobretudo, dos países que têm elevados superávits no comércio regional, como o Brasil.

Além disso, frente à perda de poder de senhoriação do dólar, em 2000 foi determinada a redução da assunção de risco país e bancário pelo Banco Central do Brasil (Bacen), limitando as operações cursadas no CCR para pagamento e recebimento de até 360 dias e determinando a exigência de recolhimento antecipado dos pagamentos de importações superiores a US\$ 100 mil originadas fora do Mercosul, Chile e Bolívia. Com isso, o Brasil passou a utilizar menos o Convênio⁸⁰. O Banco Central da Argentina (BCRA) adotou uma prática similar (Brasil, 2006, p.18). Por este motivo, em 2003 as operações por meio do Convênio representavam apenas 1,5% das importações intra-regionais.

Participação do CCR nas importações intra-regionais entre 1984 e 2009 - Aladi



Apesar das restrições a que o CCR foi submetido durante os anos noventa, segundo Baumann (2009, p.6), “entre 1966 e 2004, o Convênio possibilitou que quase um quarto do comércio regional fosse feito sem transferência de divisas entre Bancos Centrais”⁸¹. Por sua vez, Guimarães (2008) lembra que

“o sistema quadrimestral de compensação multilateral de créditos funcionou com grande êxito e sem que houvesse nenhum caso de ‘default’ até os anos oitenta, quando foi progressivamente desativado pelos novos tecnocratas que vieram a ocupar os Bancos Centrais dos países da região, na esteira do período de governos neoliberais”⁸².

⁸⁰ No trabalho de Santana e Kasahara (2006, p.25) vê-se que a participação da CCR nas transações comerciais do Brasil com a região é decrescente de 1996 até 2003, quando caiu bruscamente de 20,6% para 2,9%.

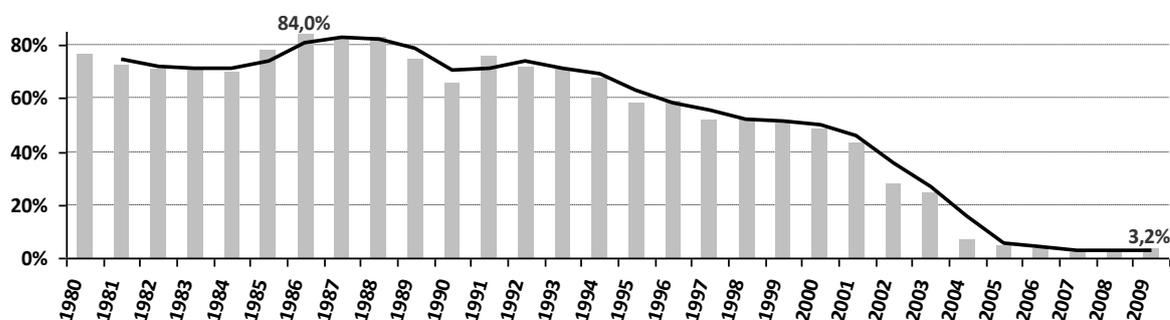
⁸¹ Wagner de Medeiros (2010, p.1) ressalta que “em uma visão histórica, nos primeiros 24 anos de existência do CCR, de 1966 a 1989, mais de dois terços do montante de US\$ 138,7 bilhões das importações intra-regionais, totalizando US\$ 106,1 bilhões, tiveram seus pagamentos canalizados para esse sistema de compensação e, desses, US\$ 81,2 bilhões foram efetivamente liquidados via compensação multilateral dos saldos, ou seja, sem o uso de divisas, proporcionando aos países integrantes do sistema expressiva economia de recursos da ordem de 75,6% do total que seria despendido sem o uso de convênios”.

⁸² Calixtre e Barros (2010b, p.458) lembram que “em 2001, iniciou-se o processo de concessão de empréstimo para que o Equador contratasse a empreiteira brasileira Norberto Odebrecht para a construção da hidrelétrica de San Francisco. As obras começaram em 2004, quando o montante de US\$ 243 milhões foi disponibilizado para a concretização do empreendimento. Em 2008, após problemas estruturais na obra serem comprovados, esta foi

A partir de 2003, houve duas mudanças que tiveram como resultado uma recuperação na utilização do Convênio: a flexibilização, por parte do Banco Central do Brasil (Bacen), das restrições referentes ao valor e ao prazo das operações via CCR e o uso intensivo do Convênio por parte da Venezuela. Em 2005, a participação do CCR nas importações intra-regionais foi de 5,1% e em 2008 já havia subido para 8,8%. Apesar da melhoria da utilização, o mecanismo continua sendo totalmente subutilizado. Em 2009, a tendência crescente da utilização do CCR apresentou desaceleração e caiu para 6,7%. A redução se deve, entre outros motivos, à forte diminuição das importações regionais e, em particular, das compras venezuelanas, como resultado da crise internacional e da queda dos preços internacionais do petróleo.

É importante entender que a menor utilização das moedas conversíveis por parte dos países conveniados não depende somente da participação do CCR nas importações, mas sim, essencialmente, do chamado “grau de compensação” das operações realizadas através do instrumento. Esse grau representa efetivamente quantos dólares os países deixaram de usar nas transações. Ou seja, se o grau de compensação for pequeno, as operações servem, única e exclusivamente, para financiar os países deficitários durante quatro ou oito meses.

Grau de compensação CCR-ALADI, entre 1980 e 2009



O gráfico abaixo explicita que embora tenha aumentado a utilização do CCR nos últimos anos, o grau de compensação diminuiu. Isso se deve, sobretudo, à concentração do fluxo total de recursos via Convênio nas importações venezuelanas e ao elevado desequilíbrio comercial da região. Para que o instrumento volte a ser mais do que apenas um mecanismo de financiamento de curto prazo, é preciso que outros países realizem novas operações pelo CCR e que haja menos assimetrias nas relações. Ainda que tenha perdido muito de sua importância durante a década de noventa, o instrumento teve um papel decisivo na crise da dívida dos anos

suspensa, assim como o pagamento do empréstimo contraído junto ao BNDES. Na ocasião, o presidente equatoriano Rafael Correa afirmou que o pagamento da obra entre Odebrecht e BNDES ser realizado no Brasil seria uma ‘grave irregularidade’”.

oitenta, uma vez que chegou a cobrir até 90,9% das importações intra-Aladi e a atingir um grau de compensação de 84%. Conforme se vê no gráfico, em 2009 o grau de compensação foi de apenas 3,2%.

Há pelo menos três argumentos favoráveis ao CCR como um elemento fundamental para a integração regional. O primeiro consiste em que o CCR expande o comércio e estimula a demanda por infraestrutura. O segundo é que a maior e melhor utilização do CCR pode acarretar na liberação de recursos financeiros para a aplicação em gastos de outra natureza, como investimentos na área social, na indústria ou na infraestrutura. O terceiro é que o CCR serve como garantia e blindagem tanto para exportadores quanto para importadores envolvidos. Caso a utilização do CCR fosse maior, claramente a economia de divisas e a integração comercial, industrial, financeira e de infraestrutura seriam muito mais robustas. As travas estão relacionadas com algumas restrições ainda vigentes e com limitações impostas pelo Acordo da Basiléia, que recomenda que os Bancos Centrais não fiquem expostos a esse tipo de mecanismo. Abaixo, nas três tabelas seguintes, elaboramos um exercício de como se dariam essas transações caso o CCR fosse obrigatoriamente utilizado em todas as operações comerciais intra-regionais em 2008, por todos os países membros, exceto México e República Dominicana.

Exportações e Importações dos países da América do Sul, em US\$ Mil, ano 2008

		Exportação										Importação América Sul
Destino	Origem	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela	
	I m p o r t a ç ã o	Argentina		205.177	17.605.594	1.107.946	132.542	97.416	711.881	135.502	507.029	12.156
Bolívia		606.380		1.135.506	447.069	101.829	22.820	40.747	347.626	16.785	63.287	2.782.049
Brasil		13.258.685	385.235		4.164.371	648.934	47.198	614.368	894.109	986.611	538.549	21.538.060
Chile		4.715.632	3.029.945	4.791.693		848.831	1.705.065	369.100	1.834.015	133.932	38.830	17.467.043
Colômbia		808.150	245.080	2.295.057	733.830		842.942	17.175	702.181	14.048	850.007	6.508.470
Equador		457.934	10.834	877.945	531.359	1.499.574		34.911	496.569	17.997	1.770.491	5.697.614
Paraguai		1.085.598	54.484	2.487.532	114.411	6.027	1.760		1.504	106.933	694	3.858.943
Peru		1.312.510	286.844	2.298.619	1.487.055	854.600	1.816.626	148.144		79.356	256.757	8.540.511
Uruguai		1.762.231	3.259	1.644.098	117.769	18.884	5.144	777.420	19.192		558.432	4.906.429
Venezuela		1.417.933	264.654	5.150.184	1.248.257	6.091.564	724.648	256.690	1.062.549	237.180		16.453.659
Export Am.Sul		25.425.053	4.485.512	38.286.228	9.952.067	10.202.785	5.263.619	2.970.436	5.493.247	2.099.871	4.089.203	108.268.021

Fontes: ALADI, Banco Central do Paraguai, Instituto Nacional de Estadística de Bolívia, Banco de Comercio Exterior da Venezuela (Bancoex)

Balança comercial intra-regional, em US\$ Mil, ano 2008

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
Exportação	25.425.053	4.485.512	38.286.228	9.952.067	10.202.785	5.263.619	2.970.436	5.493.247	2.099.871	4.089.203
Importação	21.752.730	2.780.647	24.219.712	14.517.197	6.435.322	5.640.929	3.858.488	8.398.771	4.176.558	16.321.210
Saldo	3.672.323	1.704.865	14.066.516	-4.565.130	3.767.463	-377.310	-888.052	-2.905.524	-2.076.687	-12.232.006

Operações que seriam feitas com o uso de Dólares depois de realizadas as compensações, em US\$ Mil

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
Com uso de US\$	3.672.323	1.704.865	14.066.516	4.565.130	3.767.463	377.310	888.052	2.905.524	2.076.687	12.232.006
	16,9%	61,3%	58,1%	31,4%	58,5%	6,7%	23,0%	34,6%	49,7%	74,9%

De acordo com o que pudemos analisar as grandes potencialidades do CCR ainda estão muito longe de serem plenamente utilizadas. Seguindo o exercício proposto, após a compensação de todas as operações, a utilização de dólares seria necessária para apenas 6,7% do valor importado pelo Equador; 23% para o Paraguai; 31,4% para o Chile; 34,6% para o Peru; 50% para o Uruguai; e 75% para Venezuela. Por sua vez, Bolívia, Colômbia e Brasil, como exportadores líquidos para os vizinhos, receberiam em dólares em torno de 60% das suas vendas (os 40% restantes seriam compensados). A Argentina, que também tem saldo positivo com a região, receberia 17% em dólares. Visivelmente, a compensação de todas as operações de comércio intra-regional levaria a uma redução significativa das transferências de divisas e da vulnerabilidade externa.

5.3) O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)

Em dezembro de 2006, durante a Reunião de Ministros da Fazenda do Mercosul, em Brasília, autoridades do Brasil e da Argentina assinaram uma Carta de Intenções definindo os delineamentos de um projeto piloto de sistema bilateral de pagamentos em moedas locais. Mais tarde, em junho de 2007, depois dos trabalhos do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Banco Central da República Argentina (BCRA), foi criado o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) entre os Estados Partes do bloco⁸³. Estabeleceu-se, então, que as condições de operação do SML, que tem um caráter facultativo, devem ser definidas por convênios bilaterais entre Bancos Centrais. Em setembro de 2008, o Bacen e o BCRA assinaram o primeiro Convênio do SML. O acordo permite a utilização do SML para pagamentos relativos a operações de qualquer natureza entre pessoas físicas ou jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede na Argentina ou no Brasil, exceto pagamentos de serviços e as despesas relacionadas com as operações, tais como frete e seguro.

Na prática, o Convênio funciona como um sistema bilateral de compensações e liquidação, cujos objetivos principais são: i) reduzir as transferências em divisas; ii) fomentar

⁸³ A utilização do mecanismo com os outros membros do bloco igualmente apresenta grande potencial, uma vez que a corrente de comércio do Brasil com Uruguai, Paraguai e Venezuela foi, respectivamente, de US\$ 3 bilhões, US\$ 3,1 bilhões e US\$ 4,5 bilhões, entre janeiro e novembro de 2010.

a integração financeira por meio do aumento das transações diretas real/peso, aumentando a eficiência e a liquidez desse mercado cambial; iii) reduzir os custos de importadores e exportadores com as transações financeiras, liberando-os das operações cambiais, de modo a promover, sobretudo, a participação das pequenas e médias empresas no comércio bilateral.

Por meio desse sistema, os importadores dos países signatários contratam instituições financeiras (somente as autorizadas a operar com o SML) para transferir em moeda local o valor equivalente ao preço do produto importado na moeda do exportador. Nesse processo, a taxa de câmbio real/peso é negociada diretamente entre o importador e a instituição financeira. A instituição financeira contratada, por sua vez, transfere ao banco central de seu país o equivalente em sua moeda nacional ao pagamento da operação na moeda do exportador, a uma taxa de câmbio real/peso calculada a partir do cruzamento da taxa de câmbio entre o real e o dólar e entre o peso e o dólar. Depois dos registros das operações de importação, os Bancos Centrais apresentam um ao outro as quantias a serem compensadas no dia seguinte. Feito isso, o devedor líquido do dia deve emitir ordem de pagamento em dólares para sua contraparte. Em seguida, os Bancos Centrais transferem às instituições financeiras indicadas pelos exportadores o valor em moeda local referente às vendas realizadas.

De outubro de 2008 a dezembro de 2010, conforme se observa na tabela abaixo, o sistema já foi utilizado para transações que totalizam R\$ 1,3 bilhão. Há duas observações bastante pertinentes. A primeira é que existe ampla margem para a expansão das atuais transações via SML, visto que a corrente de comércio entre esses dois países foi de US\$ 24 bilhões em 2009 e se aproximou dos US\$ 30 bilhões em 2010. A segunda é que o desequilíbrio na utilização do SML nas transações entre Brasil e Argentina supera o desequilíbrio do comércio binacional. Com o Sistema, para cada dólar importado, o Brasil exporta 85, o que pode indicar diferenças nos estímulos para uso do instrumento nos dois países. Isso acaba sendo bastante prejudicial, uma vez que diminui o grau de compensação e aumenta a necessidade de utilização de divisas.

Exportações e Importações do SML, Brasil e a Argentina (Fonte: Bacen)

Mês	Exportações		Importações	
	Operações	US\$ Milhões	Operações	US\$ Milhões
out/08	3	0,16	-	-
nov/08	12	2,09	3	0,07
dez/08	18	7,65	7	1,25
jan/09	26	7,25	1	0,07
fev/09	29	3,27	3	0,17
mar/09	42	9,64	10	0,47
abr/09	62	46,09	5	0,11
mai/09	67	29,18	5	0,20
jun/09	82	27,07	8	0,25
jul/09	109	26,19	6	0,21
ago/09	125	32,03	10	0,62
set/09	137	74,61	5	0,27
out/09	170	61,44	8	0,33
nov/09	176	72,64	7	0,30
dez/09	168	64,07	5	1,32
jan/10	198	68,89	3	0,18
fev/10	201	77,97	3	0,24
mar/10	253	95,61	2	0,13
abr/10	222	85,38	4	0,14
mai/10	249	68,86	4	3,43
jun/10	224	158,09	3	0,13
jul/10	267	81,90	4	0,30
ago/10	320	102,51	5	0,18
set/10	327	117,57	1	0,46
out/10	370	111,40	5	1,11
nov/10	415	156,45	1	0,02
dez/10	364	138,47	6	2,78
Total	4636	1726,48	124	14,71

Em outubro de 2009, Brasil e Uruguai reafirmaram o interesse de implantar o SML no menor prazo possível. Já houve avanços na definição dos marcos regulatórios e na realização dos testes do sistema de informática necessários para a implantação do Sistema⁸⁴. Em maio de 2010, o presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei para autorizar o Bacen a abrir uma linha de crédito (chamada margem de contingência) ao Banco Central do Uruguai, reciprocamente concedida, no valor de US\$ 40 milhões. O objetivo é evitar problemas como erros nos valores transmitidos, falhas tecnológicas ou ausência de pagamento dos resultados das compensações diárias. No caso do Banco Central da Argentina (BCRA) a margem de contingência é de US\$ 120 milhões.

Neste ponto, é importante ressaltar a importância da entrada da Venezuela para o avanço do Mercosul. O país detém imensas reservas de minerais, petróleo e gás, que lhe permitem crescente inserção no cenário energético mundial. Ao mesmo tempo, tem uma localização geográfica mais próxima às principais rotas do comércio internacional. Sob a ótica comercial, vale apontar que de janeiro a outubro de 2010, 80% dos animais vivos e produtos

⁸⁴ <http://www.bcb.gov.br/rex/sml/Carta-de-Intencoes-BCB-BCU.pdf>

do reino animal que a Venezuela adquiriu tiveram origem nos países do bloco. No caso de óleos animais ou vegetais, esse percentual chegou a 33%. Em madeira e carvão vegetal, a 23%, enquanto plástico e suas manufaturas superaram os 20%.

O país também importou de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai quase 15% dos metais comuns, produtos das indústrias alimentares e bebidas, produtos das indústrias químicas ou conexas e material de transporte. Não há dúvida de que o seu ingresso definitivo ao bloco permitirá incrementar ainda mais o intercâmbio com os quatro países, nesses e em outros setores. Atualmente, as principais importações venezuelanas do mundo são de máquinas e aparelhos elétricos (33% do total) e produtos das indústrias químicas (18%). Esses bens de maior valor agregado têm sido adquiridos, sobretudo, nos Estados Unidos, China e Alemanha. Mas é possível que, já em um primeiro momento, no âmbito do acordo regional, Argentina e Brasil consigam ampliar a sua participação.

É importante ressaltar que um estudo elaborado pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela (Camarabv, 2008), considerou que a entrada da Venezuela no Mercosul incrementaria o comércio intra-bloco em cerca de 20%. Além disso, como o país caribenho acumula resultados comerciais negativos com Argentina, Brasil e Paraguai, aumentariam as possibilidades para a utilização do CCR e do SML. Entre 2006 e 2010 (até o mês de junho) as importações venezuelanas com origem nos países do Mercosul tiveram um aumento sutil: as compras do Uruguai cresceram de 0,2% para 0,9% do total; as da Argentina, de 2,1% para 2,6%; e do Brasil, de 9,7% para 10%. As importações venezuelanas do Paraguai se mantiveram baixas, em torno de 0,3%.

5.4) Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (Sucre)

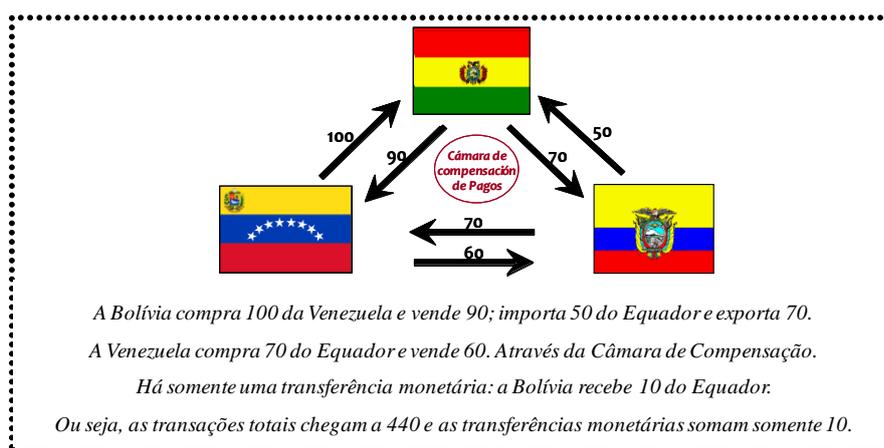
Nas primeiras semanas do ano 2010, os países que integram a *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (Alba)* concluíram as discussões para o lançamento do Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (Sucre). O mecanismo tem o mesmo nome da antiga moeda equatoriana, substituída pelo dólar no final dos anos noventa. Além disso, faz referência ao libertador Antônio José de Sucre, que teve destacada participação nas guerras independentistas contra o império espanhol. O Sucre é uma unidade monetária para o comércio entre os membros do bloco. Não é uma moeda, não circulará e somente será utilizado pelos Bancos Centrais como forma de contabilizar o intercâmbio comercial.

O importante é que, assim como o CCR, o Sucre terá a função de registrar e

compensar o intercâmbio comercial entre os países, servindo como alternativa à utilização do dólar. Para constituir esse sistema no âmbito da Alba, os governos de Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela criaram um Conselho Monetário Regional, que administrará três estruturas: a moeda virtual Sucre, a Câmara de Compensação de Pagamentos entre os Bancos Centrais e um Fundo de Reservas e Convergência Comercial. Além dos Bancos Centrais, o Banco da Alba⁸⁵ também participará ativamente neste processo. Antígua e Barbuda, Dominica, Honduras e São Vicente e Granadinas ainda realizam ações para entrar no sistema.

A seguir, o exemplo de uma transação do Sucre: a) exportador boliviano e importador venezuelano chegam a um acordo, determinando o preço de um produto em dólares; b) o importador venezuelano vai a um banco comercial na Venezuela e paga em Bolívares o valor correspondente ao produto; c) o banco comercial venezuelano entrega os Bolívares ao Banco Central da Venezuela (BCV), que os converte na quantidade equivalente de Sucres; d) através da Câmara de Compensação de Pagamentos, o Banco Central da Venezuela (BCV) “paga” ao Banco Central da Bolívia em Sucres; e) o Banco Central da Bolívia transfere a um banco comercial boliviano o valor correspondente em Bolivianos (dessa forma fecha-se o ciclo da operação, ainda sem a necessidade de gastar nenhum dólar); f) de seis em seis meses, é feito um balanço das compras e vendas de cada país dentro da Câmara de Compensação, de tal maneira que somente a diferença é paga em dólares.

Abaixo apresentamos uma demonstração gráfica de como se dá o funcionamento da Câmara de Compensação de Pagamentos.



Ao facilitar o comércio regional sem obrigatoriedade de utilização do dólar, o Sucre terá um papel de estimulador do comércio entre os países da Alba, que atualmente é muito

⁸⁵ Ainda existem muitas indefinições sobre o Banco da Alba. Em 2009, os países do bloco acordaram que a instituição teria sede em Caracas. O governo venezuelano disponibilizou US\$ 250 milhões para fomentar projetos de integração.

limitado. Segundo dados do Banco de Comércio Exterior da Venezuela (Bancoex), em 2008, o país importou do mundo cerca de US\$ 45,1 bilhões. Somados, Equador (1,2%), Bolívia (0,9%), Cuba (0,1%), República Dominicana (0,04%) e Nicarágua (0,03%) não alcançam sequer 2,3% do total das compras venezuelanas. As participações de Antigua e Barbuda, Dominica ou São Vicente e Granadinas são ainda menores. Esses números demonstram que a Venezuela gasta relativamente muito poucos dólares em suas compras desde os países da Alba. Por outro lado, quando se observam as compras dos países da Alba com origem na Venezuela a realidade é distinta. Ou seja, o Sucre terá um impacto muito maior para os outros países da Alba do que para a Venezuela.

Além disso, o êxito do Sucre depende especialmente do equilíbrio comercial entre os países da Alba. Porque, assim como nos casos do CCR e do SML, o instrumento teria muito pouca utilidade no caso de grandes desequilíbrios entre as exportações e as importações. Quer dizer, quanto mais elevados sejam os valores comercializados e quanto maior seja a complementaridade, mais útil estará sendo o Sucre. Igualmente importante é o Fundo de Reservas e Convergência Comercial dos países da Alba. O grande desafio é criar simetrias e impulsionar processos convergentes, coordenados e complementares de desenvolvimento econômico, orientando para dentro da região a produção, o financiamento e o avanço tecnológico. Neste sentido, estão entrelaçadas todas as recentes iniciativas, que incluem o Banco da Alba, o Fundo Econômico de Cooperação e de Investimentos Produtivos da Alba e as denominadas Empresas *Gran-Nacionales*, nas áreas de educação, cultura, saúde, turismo, comércio, finanças, telecomunicações, transporte, mineração, indústria e energia⁸⁶.

Em fevereiro de 2010, Venezuela e Cuba efetuaram a primeira transação através desse sistema, com um valor bastante pequeno, equivalente a US\$ 135 mil. Em julho do mesmo ano, Venezuela e Equador realizaram a segunda transação por uma quantia de US\$ 2,4 milhões. Foram, até o momento, as duas únicas operações. Como argumentamos acima, o êxito do Sucre depende especialmente de duas ações: 1) ampliar o baixíssimo comércio entre esses países; e 2) buscar um maior equilíbrio comercial. Os mesmos princípios que valem para o CCR e o SML.

⁸⁶ A palavra Gran-Nacional faz referência à Pátria Grande e às multinacionais. As principais Gran-nacionais da Alba na área produtiva são: empresas de insumos industriais, agro-alimentar, alumínio, cimento, madeira, aço inoxidável, linha branca e reparação de aeronaves. Na área comercial: importações e exportações e redes de armazenamento e comercialização. Na área de infraestrutura: transportes, linhas aéreas estatais autônomas, energia e telecomunicações. Na área de formação: estudos geológicos e desenho e execução de projetos (Alba, 2010). Além disso, existem planos comuns de alfabetização que transcendem os países da Alba, de formação universitária em medicina social e serviço social e de capacitação produtiva. Também há um Fundo Cultural para a produção e distribuição cinematográfica, para a formação de espaços de rádio e televisão, edição e distribuição de livros e publicações, e redes de livrarias.

Como a Venezuela, devido às elevadas exportações petrolíferas, obtém saldos comerciais positivos em suas relações com todos os membros da Alba (exceto a Bolívia), a capacidade de utilização do mecanismo de compensação está diretamente relacionada com os esforços venezuelanos para importar mais destes países. Segundo os dados do Sistema de Consulta de Estatísticas de Comércio Exterior do Instituto Nacional de Estatísticas da Venezuela (INE), entre janeiro e junho de 2010, esse país continuou importando relativamente muito pouco desses países. Sem embargo, em comparação com os anos anteriores, notam-se alguns movimentos interessantes. Ainda não é viável garantir que esses resultados representam uma tendência. Mas é possível comprovar que a Venezuela tem estimulado o comércio com os países do novo bloco. Vejamos na tabela a seguir algumas avaliações.

Entre janeiro e novembro de 2010, a Venezuela importou do mundo cerca de US\$ 28,4 bilhões. Mais de US\$ 8,7 bilhões (ou 30,6% do total) foi comprado dos Estados Unidos. Cerca de 11% foi da China; 9,4%, do Brasil; 4,6%, da Colômbia; e 4,4%, do México. Ou seja, 60% das compras venezuelanas tiveram origem nesses cinco países. Por outro lado, Argentina (2,7%), Bolívia (1,3%), Equador (2,7%), Paraguai (0,3%), e Uruguai (1,0%) somados alcançaram somente 8%. O Chile representou 1,7% e o Peru, 1,4%. A América do Sul acumulou 25,1%.

Importações venezuelanas entre 2006 e novembro de 2010 - em US\$ - INE e Bancoex						
		2006	2007	2008	2009	nov/10
Países da ALBA	Antigua e Barbuda	21.601.053	25.286	290.627	15.015	142.304
	Bolívia	318.797.688	331.951.404	388.367.495	340.087.868	371.315.629
	Cuba	30.429.683	31.867.980	35.785.537	255.871.691	185.852.530
	Equador	265.167.170	447.713.307	532.415.710	593.145.248	778.734.497
	Nicarágua	3.244.391	12.185.024	12.756.697	29.514.770	47.985.706
América do Sul	Argentina	650.704.773	1.117.828.724	1.083.735.830	833.778.594	765.777.368
	Brasil	2.973.076.724	4.333.701.723	4.072.241.970	3.131.428.455	2.659.269.244
	Chile	507.429.904	816.978.799	1.154.350.368	832.492.590	488.423.058
	Colômbia	3.060.636.421	5.660.935.919	6.764.656.734	4.317.440.163	1.303.696.240
	Paraguai	82.333.414	99.255.330	144.535.112	81.229.991	74.745.759
	Peru	391.781.358	699.533.084	915.958.740	508.887.474	408.800.622
	Uruguai	74.180.092	113.292.522	238.429.926	288.319.358	290.960.658
Demais	Estados Unidos	9.058.501.544	10.845.802.534	11.846.814.230	9.960.076.019	8.679.079.566
	China	2.206.998.633	4.024.852.088	4.221.152.572	3.793.230.867	3.117.516.286
	Mundo	30.558.606.700	42.485.377.287	45.128.151.551	36.907.141.983	28.400.664.546

No caso da Alba, entre 2006 e 2010, ocorreram fortes crescimentos das compras venezuelanas com origem no Equador (de 0,9% para 2,7% do total de importações), Cuba (de 0,1% para 0,7%), Nicarágua (de 0,01% para 0,2%) e Bolívia (de 1% para 1,3%). Nos cinco anos assinalados, os valores importados pela Venezuela desses países apresentaram os seguintes incrementos: Nicarágua, 1300%; Cuba, 500%; Dominica, 460%; Equador, 190% e

Bolívia, 16%. Em valores absolutos, as compras venezuelanas aumentaram de US\$ 639 milhões em 2006, quando ainda não existia o bloco, para mais de US\$ 1,4 bilhão em 2010. O aumento total acumulado entre 2006 e 2010 foi de 120%. A participação relativa das importações venezuelanas dos países da Alba no total de importações venezuelanas aumentou de 2,1% em 2006 para 3,3% em 2009 e 4,9% durante 2010. Isso representa muito, se tomamos em conta que as participações superaram com sobra a porcentagem de sócios comerciais tradicionais da Venezuela, como Alemanha (3,9%), Itália (2,5%), Espanha (2,3%), Panamá (2,2%), França (1,9%) e Japão (1,6%). Esse quadro demonstra uma situação nova e mais favorável para a utilização do Sucre.

Apesar dos avanços, permanecem sendo imensos os desafios, sobretudo devido à pouca diversificação industrial e produtiva dos países. Durante os seis primeiros meses de 2010, as compras venezuelanas com origem na Bolívia continuaram concentradas em pouquíssimos produtos. Dos 42 tipos de bens importados pela Venezuela, seis representaram 90,1% do total enquanto 33 corresponderam a menos de 1%. Somente os “desperdícios das indústrias alimentares e alimentos preparados para animais” representaram 66,1%. O caso do Equador não é muito diferente. Em primeiro lugar, o valor comprado pela Venezuela foi de US\$ 363,8 milhões, o dobro do que importou da Bolívia. Além disso, foram 65 os tipos de produtos comprados pela Venezuela. Os seis primeiros alcançaram 73% do total enquanto 49 tipos de bens representaram menos de 1%. A lista, relativamente mais diversificada, é liderada por instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, de medida, controle ou precisão; instrumentos e aparelhos médicos cirúrgicos; preparações de carne, peixe ou de crustáceos, moluscos ou demais invertebrados aquáticos; telas impregnadas, recobertas, revestidas ou estratificadas e artigos técnicos de matéria têxtil; gorduras e azeites animais ou vegetais; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal; manufaturas de fundição, de ferro ou de aço.

Ao esforçar-se para aumentar suas importações e ao aceitar o pagamento de suas exportações com Sucre (através da compensação e não através de dólares), a Venezuela está na verdade financiando os demais países. Essa é a postura que se espera, por exemplo, do Brasil no caso do CCR e do SML. Entretanto, além desses mecanismos de financiamento de curto prazo, é necessário aumentar a atuação dos países maiores no financiamento do desenvolvimento das economias menores. É necessário assumir, enfim, o papel de locomotiva do processo de integração, crescendo mais, importando mais e financiando mais os países mais frágeis. No próximo capítulo analisaremos os principais mecanismos regionais de financiamento do desenvolvimento.

CAPÍTULO 6
PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES REGIONAIS
DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Nos últimos dez anos houve um claro redirecionamento dos governos da América do Sul no sentido de retomar as propostas de desenvolvimento econômico e de integração regional. Diante desses esforços, fica evidente a necessidade de criar, fortalecer e resgatar instrumentos regionais de financiamento de longo prazo, que sejam efetivamente controlados pelos Estados Nacionais sul-americanos. A efetividade desses instrumentos requer que eles tenham algumas características distintas daquelas apresentadas pelas instituições multilaterais, sobretudo em relação ao poder decisório (poder do voto e de veto) de cada país membro, quanto à não exigência de contrapartidas macroeconômicas anti-desenvolvimentistas para a liberação dos recursos e quanto ao caráter necessariamente anti-cíclico dos empréstimos.

Padula (2010, p.200) aponta que

“As instituições financeiras que operam na região têm atuado como reprodutoras de um modelo de integração física e de integração regional que provém das instituições financeiras internacionais, notoriamente do BID, como mostra seu papel na IIRSA. Como “tomadoras” (emuladoras) de ideias dominantes, elas incorporaram e reproduzem a visão da IIRSA, na qual a integração de infraestrutura e o processo de integração regional como um todo são funcionais ao processo de liberalização econômica internacional. Cabe assim ressaltar que as instituições financeiras regionais (CAF e Fonplata) não têm desempenhado papel autônomo no campo ideológico e político, mas apenas reprodutor das relações pré-existentes”⁸⁷.

A seguir, apresentaremos os principais mecanismos regionais para o financiamento do desenvolvimento existentes, como a CAF e o Fonplata, e outros ainda em vias de criação, como o Banco do Sul. Também serão comentados alguns elementos novos neste cenário, como o BNDES, o Focem e instituições nacionais de desenvolvimento. Por fim, de maneira geral, será apresentado o BID e o seu papel na IIRSA.

⁸⁷ Apesar de a CAF ser uma instituição regional, o seu funcionamento é orientado por um pensamento mais burocrático, conservador e ortodoxo, e uma postura orientada pelo “mercado”. A seguinte declaração de um executivo da CAF, citada por Paim (2003, p.21), demonstra o posicionamento da instituição: “em nosso caráter de organismo financeiro propulsor da integração latino-americana, temos outorgado a mais alta prioridade para melhorar a capacidade exportadora das empresas públicas e privadas de seus países acionistas e ajudar a criar as vantagens competitivas que exige a globalização”.

6.1) Corporação Andina de Fomento (CAF)

A Corporação Andina de Fomento (CAF) foi criada em 1966, quase simultaneamente ao Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) da Aladi, entrando em funcionamento por volta de 1970. Esta instituição regional para o financiamento do desenvolvimento no longo prazo nasceu para fazer frente aos limites impostos pela restrição e o endividamento externo e pela falta de acesso a instrumentos de garantia. No início tinha como objetivo promover a integração da região Andina, mas teve seu horizonte e seu grau de autonomia ampliado. Atualmente possui 18 países como acionistas, anunciados por ordem de associação: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela (1970), México (1990), Brasil, Chile (1992), Trinidad e Tobago (1996), Panamá, Paraguai (1997), Jamaica (1999), Argentina, Uruguai (2001), Costa Rica, Espanha (2002), República Dominicana (2006) e Portugal (2009), além de 14 bancos privados da região⁸⁸.

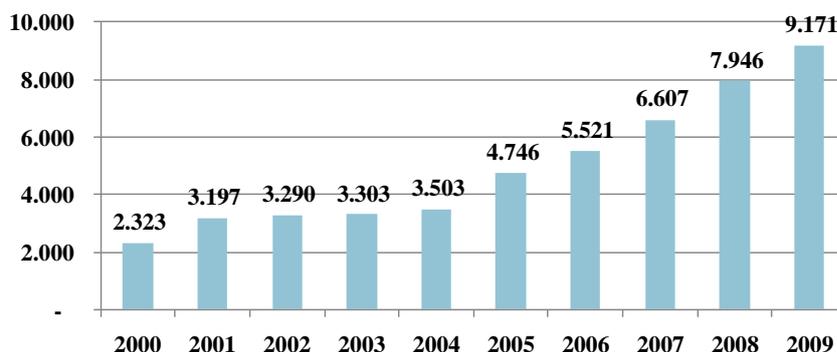
A CAF não somente é a principal fonte de financiamentos dos países andinos, mas também é a instituição mais importante quando se fala em financiamento destinado à infraestrutura de integração. Nos últimos anos, tem sido classificada como AA no mercado internacional, oferecendo serviços financeiros aos governos dos países acionistas e a entidades públicas, privadas e mistas da região: empréstimos, financiamentos, avais e garantias, assessoria, participações acionárias e fundos de cooperação.

Em infraestrutura de integração, a CAF financia 54 projetos em cinco linhas de ação: IIRSA, Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica, Programa Portos de Primeira, Programa Geosur (uma “Rede Geoespacial da América do Sul”)⁸⁹ e Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Integração Fronteiriça (PADIF). De acordo com Gunydas (2008), entre 2002 e 2006, a instituição concedeu somente para os países andinos cerca de US\$ 12 bilhões, aproximadamente 48% do total de fundos aprovados no mesmo período por agências multilaterais. Nos últimos anos este apoio aumentou. De acordo com o gráfico abaixo, elaborado com dados disponíveis em Informes Anuais da CAF entre os anos 2004 e 2009, constata-se a tendência crescente nas aprovações de recursos. O somatório dos dez anos analisados alcança o valor de US\$ 49,6 bilhões, uma média de quase US\$ 5 bilhões por ano.

⁸⁸ Padula (2010, p.204) considera que “é preciso cuidar para que não se acentue a inserção de países de fora da região, como China, Estados Unidos e da Europa, nas instituições financeiras regionais”.

⁸⁹ <http://www.geosur.info/geosur/iirsa/>. Desde o ano 2000, a CAF impulsiona o seu próprio Sistema de Informação Geográfica, chamado Condor.

Aprovações de recursos da CAF por ano (2000-2009), em US\$ milhões



Além disso, a seguir apresentamos um quadro referente às aprovações da CAF por país nos últimos cinco anos. É possível observar que quase 70% dos recursos foram destinados para Colômbia (20,5%), Peru (18,5%), Brasil (16,2%) e Equador (12,9%). Venezuela, Bolívia e Argentina embolsaram entre 6% e 9%, enquanto o Paraguai foi o país sul-americano que menos recebeu recursos, apenas US\$ 127 milhões, sendo mais de 80% desse montante aprovado somente em 2009.

Aprovações de recursos da CAF por país (2005-2009), em US\$ milhões

País	2005	2006	2007	2008	2009	2005-09
Argentina	257	580	204	411	649	2.100
Bolívia	523	397	275	560	511	2.266
Brasil	695	579	1.518	1.798	907	5.497
Colômbia	1.237	1.001	1.213	1.483	2.050	6.984
Costa Rica	2	25	128	120	10	285
Equador	815	1.024	1.089	604	873	4.405
México	5	10	-	10	65	91
Panamá	80	53	-	635	232	1.000
Paraguai	11	3	-	6	107	127
Perú	417	941	1.180	1.458	2.287	6.283
República Dominicana	-	-	-	75	129	204
Uruguay	70	20	115	601	590	1.396
Venezuela	627	842	816	72	627	2.984
Otros países	7	46	69	114	133	369
Total	4.746	5.521	6.607	7.946	9.171	33.991

Segundo dados do Informe Anual da CAF 2009⁹⁰, último disponível, durante o ano 2008 foi alcançada a cifra recorde de US\$ 10,2 bilhões na carteira de empréstimos e investimentos, destinados ao setor público e ao setor privado. Em 2009, um novo recorde: US\$ 11,8 bilhões⁹¹. A distribuição da carteira por país se assemelha à da aprovação de

⁹⁰ <http://www.caf.com>, acesso em 5 de janeiro de 2011. Os gráficos desta seção foram copiados dos Informes da CAF ou elaborados com base nos dados desses documentos.

⁹¹ Cada dia aumenta a importância da instituição como provedora de financiamentos de longo prazo. Sagasti e Prada (2006) demonstram como nos anos noventa os empréstimos de longo prazo da CAF representavam apenas

recursos, descrita no quadro acima. Vejamos abaixo como tem evoluído a aplicação da carteira por setor econômico.

Distribuição da carteira CAF por setor econômico (2005-2009)

	2005	2006	2007	2008	2009
Infraestructura agrícola	217	142	113	88	78
Explotación de minas y canteras	10	60	70	70	43
Industria manufacturera	169	193	279	416	261
Suministro de electricidad, gas y agua	932	985	1.079	2.004	2.968
Transporte, almacenamiento y comunicaciones	2.751	3.190	3.103	3.201	3.660
Banca comercial	493	431	1.512	1.457	1.500
Instituciones de desarrollo	275	312	249	210	225
Enseñanza, servicios sociales y de salud	1.702	1.671	1.945	1.740	1.698
Otras actividades	914	1.206	1.272	1.075	1.339
Total	7.462	8.191	9.622	10.259	11.772

Facilmente identificamos que a área de maior importância tem sido a de Transporte, armazenamento e comunicação, invariavelmente com cerca de 35% a 40% do total da carteira. Em 2009, a instituição aprovou recursos para projetos como o Plano Federal de Transporte de Energia na Argentina, a Via-dupla entre La Paz e Oruro, o Túnel II Centenário-La Línea na Colômbia, o Programa de Apoio aos Investimentos Públicos do Setor Elétrico no Equador, o Projeto Trem Elétrico Urbano de Lima no Peru, o Programa de Investimentos Públicos em Infraestrutura Viária no Uruguai e o Projeto Termoelétrico Termozulia III na Venezuela.

É difícil obter informações precisas sobre a participação da CAF como financiadora da IIRSA. Segundo o sistema de informação de projetos da Iniciativa⁹², a CAF participa de 22 projetos e libera cerca de US\$ 1,9 bilhão para 19 deles. Esse montante representa somente 2% do valor total dos 524 projetos da IIRSA. Porém, de acordo com informações da própria CAF, seriam 50 projetos que alcançariam US\$ 5,6 bilhões ou 6% do total. Esses projetos estão divididos geograficamente da seguinte forma: Bolívia, 12; Argentina, 11; Peru, 6; Equador e Uruguai, 5; Brasil e Venezuela, 4; Colômbia e Paraguai, 1. A instituição não está financiando projetos a partir do Chile, da Guiana e do Suriname⁹³.

50% do total. Em todos os anos recentes analisados, essa modalidade de empréstimos representou mais de 85% do total. A porcentagem teve uma queda sutil em 2008 e 2009, como reflexo da crise financeira internacional e a pequena elevação dos empréstimos de curto prazo.

⁹² Ver <http://www.iirsa.org/proyectos/principal.aspx?idioma=ES>, acesso em 5 de janeiro de 2011.

⁹³ Na América Central, a CAF financia um projeto na Costa Rica e três no Panamá, incluindo o Programa de Expansão do Canal. O valor financiado nesses quatro projetos chega a US\$ 600 milhões e os investimentos totais ascendem a US\$ 6 bilhões.

Projetos de integração física financiados pela CAF na América Latina (em US\$ Milhões)

	Recursos da CAF	Total do investimento
Eixo ANDINO Aporte de CAF Total inversión		
1 Colombia: Corredor Vial Buenaventura-Bogotá	447,0	1.116,6
2 Ecuador: Enlace Amazónico con Colombia y Perú (Carretera Troncal del Oriente)	93,8	152,7
3 Ecuador: Proyecto Puente Segmental sobre el Río Babahoyo	123,0	133,9
4 Perú: Rehabilitación del Ferrocarril Huancayo-Huancavelica	14,9	18,8
5 Venezuela: Enlace ferroviario de Caracas con la Red Nacional	360,0	1.932,0
6 Venezuela: Apoyo a la navegación comercial en el Eje Fluvial Orinoco-Apure	10,0	14,3
Eixo DEL ESCUDO GuAyANÉS		
7 Brasil: Interconexión Vial Venezuela-Brasil	86,0	168,0
8 Brasil: Interconexión Eléctrica Venezuela-Brasil	86,0	210,9
9 Venezuela: Estudios Ferrocarril Ciudad Guayana-Maturín-estado Sucre	2,6	2,6
10 Venezuela: Estudios Carretera Ciudad Guayana (Venezuela)-Georgetown (Guyana)	0,8	0,8
Eixo DEL AMAZONAS		
11 Ecuador: Conexión Trasandina Central	33,7	54,5
12 Ecuador: Corredor Trasandino del Sur	70,0	110,2
13 Ecuador: Puerto de transferencia internacional de carga en el Puerto de Manta	35,0	525,0
14 Perú: Corredor Vial Amazonas Norte	110,0	328,0
15 Perú: Preinversión región fronteriza con Ecuador	5,3	8,7
16 Perú: Corredor Amazonas Central (tramo Tingo María-Aguaytía-Pucallpa)	3,5	13,6
Eixo PERÚ - BRASIL - BOLIVIA		
17 Bolivia: Carretera Guayaramerín-Riberalta	42,0	45,5
18 Brasil: Programa Vial de Integración, estado de Rondônia	56,4	134,2
19 Perú: Corredor Vial Interoceánico Sur (tramos 2, 3 y 4) y garantías para estructuración privada	804,5	1.615,0
Eixo INTEROCEÁNICO CENTRAL		
20 Bolivia: Corredor Vial de Integración Bolivia-Chile	138,9	246,0
21 Bolivia: Doble Vía La Paz-Oruro	250,0	265,1
22 Bolivia: Corredor Vial de Integración Santa Cruz-Puerto Suárez (tramos 3, 4 y 5)	280,0	585,5
23 Bolivia: Corredor Vial de Integración Bolivia-Argentina	314,0	642,0
24 Bolivia: Corredor Vial de Integración Bolivia-Paraguay	135,0	285,6
25 Bolivia: Programa vial la "Y" de Integración	70,0	102,4
26 Bolivia: Rehabilitación carretera La Guardia-Comarapa	21,0	34,7
27 Bolivia / Brasil: Gasoducto Bolivia-Brasil	215,0	2.055,0
28 Bolivia: Programa de Apoyo al Sector Transporte PAST IV	22,4	32,3
29 Bolivia: Gasoducto Transredes	88,0	262,8
30 Perú: Corredor Vial de Integración Bolivia-Perú	48,9	176,6
Eixo MERCOSUR - CHILE		
31 Argentina / Brasil: Centro Fronterizo Paso de los Libres-Uruguiana	10,0	10,0
32 Argentina: Corredor Buenos Aires-Santiago (variante vial Laguna La Picasa)	10,0	10,0
33 Argentina: Corredor Buenos Aires-Santiago (variante ferroviaria Laguna La Picasa)	35,0	50,0
34 Argentina: Corredor Buenos Aires-Santiago (accesos al Paso Pehuenche, RN40 y RN 145)	106,7	188,1
35 Argentina: Interconexión Eléctrica Rincón Santa María-Rodríguez	400,0	635,0
36 Argentina: Interconexión Eléctrica Comahue-Cuyo	200,0	414,0
37 Argentina: Programa de Obras Viales de Integración entre Argentina y Paraguay	110,0	182,0
38 Brasil: Programa de Integración Regional-Fase I. Estado de Santa Catarina	32,6	65,5
39 Uruguay: Megaconcesión de las principales vías de conexión con Argentina y Brasil	25,0	136,5
40 Uruguay: Programa de Infraestructura Vial Fase II y III	140,0	615,4
41 Uruguay: Programa de Inversión Pública en Infraestructura Vial	100,0	141,7
42 Uruguay: Programa de Fortalecimiento del Sistema Eléctrico Nacional	150,0	621,0
43 Uruguay: Proyecto Central Térmica Punta del Tigre	28,0	165,4
Eixo DE CAPRICORNIO		
44 Argentina: Pavimentación RN81	90,2	126,2
45 Argentina: Acceso al Paso de Jama (Argentina-Chile)	54,0	54,0
46 Argentina: Estudios para rehabilitación Ferrocarril Jujuy-La Quiaca	1,0	1,0
47 Bolivia: Programa Carretera Tarija-Bermejo	74,8	200,0
48 Paraguay: Rehabilitación y pavimentación de los corredores de integración RN10 y RN11	19,5	41,9
Eixo DE LA HIDROVÍA PARAGUAY - PARANÁ		
49 Estudios para el mejoramiento de la navegabilidad, gestión institucional y esquema financiero de operación de la Hidrovía (Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay)	0,9	1,1
50 Argentina: Programa de obras Ferroviarias de Integración entre Argentina y Paraguay	100,0	166,0
Total	5.655,4	15.098,1

Mapa da América do Sul com a distribuição dos 50 projetos da CAF



A partir de janeiro de 2010, o Brasil passou a ser membro especial da CAF e elevou a sua participação acionária na entidade de US\$ 185 milhões para US\$ 467 milhões⁹⁴. Atualmente a carteira da CAF no país atinge US\$ 1,7 bilhão, cerca de 16% do total financiado pela instituição. Desta forma, o Brasil é o país não-andino que mais tem recebido recursos. Além disso, é o maior beneficiário em licitações para compra de bens e serviços. Através deste mecanismo, empresas brasileiras forneceram mais de US\$ 3 bilhões para projetos

⁹⁴ Em 2003, Darc Costa, então vice-presidente do BNDES, havia afirmado que “a CAF tem uma regra que diz que ela pode aplicar, no país sócio, quatro vezes o montante do seu capital para obras de infraestrutura naquele país. E até oito vezes, desde que as obras promovam a integração da região. Então, a primeira coisa que fizemos foi aumentar nossa participação na CAF, que hoje é de 2,5% do capital, ou US\$ 50 milhões, para 20%. Ou seja, vamos para US\$ 400 milhões nos próximos quatro anos. Em paralelo, vamos co-financiar obras com a CAF” (França, 2003).

financiados pela CAF.

Em seu Informe Anual, o presidente-executivo da instituição declarou que

“Durante 2009, CAF jugó un importante rol anti-cíclico, fundamentalmente como respuesta a la crisis financiera internacional. Ello se manifestó en un nuevo récord en el nivel de aprobaciones, así como en el apoyo significativo a los países accionistas a través de operaciones de rápido desembolso y líneas de crédito contingente. Adicionalmente, la Corporación reforzó su respaldo a los sistemas financieros público y privado de la región, al tiempo que apoyó los programas de inversión de los gobiernos enmarcados dentro de las estrategias anti-crisis de cada país”.

6.2) Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (Fonplata)

O primeiro passo para o nascimento do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) ocorreu em 1969, quando Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado da Bacia do Prata. No entanto, os cinco países criaram o Fonplata somente alguns anos depois, em 1977, escolhendo como sede a cidade de Sucre, na Bolívia. Em 2002, a sede foi transferida para Santa Cruz de la Sierra, no mesmo país. Desde 1989, a entidade também tem um escritório em Assunção, no Paraguai.

Seu objetivo fundamental é financiar a realização de estudos, projetos, programas e obras que promovam o desenvolvimento sustentável e a integração física da Bacia do Prata. Entre as suas principais funções estão: a) conceder empréstimos, fianças e avais; b) apoiar financeiramente a realização de estudos de pré-investimento, com o propósito de identificar oportunidades de investimento ou projetos de interesse para a Bacia, assim como a contratação de assistência e assessoramento técnico; c) exercer a função de órgão agente ou assessor do Comitê Intergovernamental Coordenador dos países da Bacia do Prata.

A estrutura de capital do fundo, desagregada por países membros, pode ser apresentada da seguinte forma: Argentina e Brasil (ambos com 33,3%), Bolívia, Paraguai e Uruguai (cada um com 11,1%), totalizando US\$ 450 milhões. Atualmente o organismo prioriza os projetos que estejam orientados a: Infraestrutura física que complemente os sistemas regionais existentes; Investimento social em educação, saúde, dotação de infraestrutura básica, provisão de água potável; Produção agropecuária e industrial e promoção de exportações; Projetos de caráter ambiental, conservação da natureza, tratamento de águas contaminadas e recicladas, fomento à conservação de bacias hidrográficas e controle da erosão do solo.

Além disso, visando dar cumprimento aos requerimentos de seus países membros, o Fonplata oferece os seguintes produtos financeiros: financiamento de estudos de pré-

investimento, financiamento de projetos de investimento e cooperações técnicas reembolsáveis. Constam em informes disponíveis em seu site⁹⁵, que entre 1977 e 2007, o fundo comprometeu US\$ 750 milhões em operações de financiamento e US\$ 5 milhões em operações de cooperação técnica. A tabela abaixo especifica a quantidade desembolsada por país entre os anos 2006 e 2008.

**Recursos desembolsados para projetos de infraestrutura por país
(2006-2008), em US\$ Mil**

Países	Desembolsos			Participação (%)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Argentina	19.499	26.299	14.743	52,5	53,10	41,8
Bolívia	0	4.503	2.030	0	9,10	5,8
Brasil	11.303	15.542	17.306	30,4	31,40	49,1
Paraguai	6.127	3.003	1.00	16,5	6,10	2,8
Uruguai	0	0	0	0	0,00	0,00
OCT	192,4	166	159	0,6	0,3	0,5
Total	37.120	49.514	35.239	100	100	100

Nota-se que durante o ano 2008, foram desembolsados US\$ 35,2 milhões para os países membros, sendo que 49,1% foram destinados ao Brasil e 41,8% à Argentina. A Bolívia recebeu 6%, muito menos do que no ano anterior, e o Paraguai, 3%. Em 2009, o valor desembolsado aumentou para US\$ 45,8 milhões. A distribuição foi mais concentrada ainda no Brasil, que recebeu 60%. Houve uma grande queda da Argentina, para 12%, compensada pelos aumentos da Bolívia (18%) e do Paraguai (10%). O Uruguai continuou sem receber recursos desde 2006.

Com relação à IIRSA, o FONPLATA tem participado do Comitê de Coordenação Técnica (CCT), junto ao BID e à CAF. Além disso, integra o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, o Comitê da Bacia do Prata e o projeto Aquífero Guarani. Também apóia projetos de infraestrutura física, cujos valores se aproximam dos US\$ 300 milhões. Os seus desembolsos estão muito mais relacionados com um estágio anterior à execução dos projetos, como identificação, elaboração de base de dados, estudos setoriais e medição dos impactos. Neste sentido, o fundo ainda contribui com a promoção e a difusão dos projetos, sendo coordenador do site da IIRSA e de sua nova base de dados.

⁹⁵ <http://www.fonplata.org>, acesso em 5 de janeiro de 2011.

6.3 – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Embora o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não seja uma instituição sul-americana, analisaremos de forma breve o papel que tem cumprido no financiamento da integração regional. Este banco nasceu em 1959, com o respaldo dos países que constituem a Organização dos Estados Americanos (OEA) e desde então se transformou em uma importante fonte de crédito. A parceria inicial para a criação do BID incluiu 19 países da América Latina e os Estados Unidos. Os membros originais foram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Estados Unidos.

Hoje em dia o banco atua em 26 países da América Latina e do Caribe. Os estatutos permitem que também possam ser admitidos países extra-regionais que sejam membros do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Suíça. Por este motivo, o organismo é composto por 47 países, incluindo as oito maiores economias do mundo: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. Além dos membros originais, a ordem de associação foi a seguinte: Trinidad e Tobago (1967), Barbados, Jamaica (1969), Canadá (1972), Guiana (1976) e Suriname (1980). Entre 1976 e 1986, ingressaram os países membros de fora do Hemisfério Ocidental: 16 Estados europeus mais Japão e Israel. Na década de 1990, entraram Belize (1992), Croácia e Eslovênia (1993). Recentemente, se deram as entradas da Coreia (2005) e a China (2009).

Segundo o seu Convênio Constitutivo, o banco possui as seguintes funções: a) promover o investimento de capitais públicos e privados para fins de desenvolvimento; b) utilizar seu próprio capital, os fundos que obtenha nos mercados financeiros e os demais recursos de que disponha para financiar o desenvolvimento dos países membros; c) estimular os investimentos privados em projetos, empresas e atividades que contribuam para o desenvolvimento econômico, e complementar os investimentos privados; d) cooperar com os países membros na orientação da sua política de desenvolvimento, para uma melhor utilização de seus recursos, de forma compatível com os objetivos de uma maior complementação de suas economias e da promoção do crescimento ordenado de seu comércio exterior; e e) prestar assistência técnica para o preparo, financiamento e execução de planos e projetos de desenvolvimento. Desde a sua criação, há 50 anos, o BID aprovou cerca de US\$ 168 bilhões para projetos, mobilizando mais de US\$ 370 bilhões em investimentos.

Atualmente, o banco é de propriedade de seus 47 estados membros, dos quais 26 são

membros mutuários da América Latina e do Caribe, com 50,02% do poder de voto na Diretoria⁹⁶. O poder de voto de cada país membro é determinado por sua subscrição de recursos ao capital ordinário da instituição. Para ser membro não regional, o país deve ser membro do Fundo Monetário Internacional. A partir de 1999, iniciou um processo de classificação para supervisionar a distribuição dos empréstimos. Assim, os países foram divididos em Grupos 1 e 2, de acordo com o seu PIB per capita em 1997. O BID tem canalizado 35% do volume dos seus empréstimos aos países que possuíam a menor renda per capita (Grupo 2): Belize, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Suriname. Os demais 65% são canalizados para o Grupo 1: Argentina, Bahamas, Barbados, Brasil, Chile, México, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Além desses grupos, a instituição tem um mandato para dedicar pelo menos metade de suas operações e 40% de seus recursos a programas que promovam a equidade social e sejam voltados para as populações carentes.

No caso da infraestrutura, o BID é a única instituição que conta entre os seus membros com todos os países que fazem parte da IIRSA, tendo representações em todas as capitais, exceto na Venezuela, em Guiana e no Suriname. Segundo dados de sua página web⁹⁷, o banco participa de 28 dos 514 projetos da IIRSA, com financiamentos de US\$ 2,9 bilhões (3% do total liberado para todos os projetos). As informações são um pouco diferentes das do sistema de projetos da IIRSA, onde consta que o BID participa de 30 projetos e libera recursos para 26. Alguns como Padula (2008) observam a grande influência do BID no Comitê que seleciona e estabelece o grau de prioridade dos projetos da IIRSA. Como as decisões do banco estão diretamente associadas à participação acionária de cada país, a posição dos Estados Unidos é majoritária. O país detém 30% das ações, enquanto o Japão controla 5% e o Canadá, 4%. Brasil e Argentina possuem 10,75% das ações cada um.

No Brasil, destacam-se três projetos: conclusão da duplicação do trecho Belo Horizonte–São Paulo, conclusão da duplicação do trecho São Paulo–Curitiba e duplicação do trecho Palhoça–Osório (BR-101). Outros grandes projetos financiados pelo BID são a instalação de uma planta de regaseificação GNL no Uruguai e a duplicação da estrada entre Paso de los Libres e Gualeguaychú, na Argentina.

⁹⁶ Vinte e dois dos 48 países membros do BID são não mutuários, o que significa que entram com capital e têm poder de voto na Assembléia de Governadores do Banco e Diretoria Executiva segundo suas subscrições de capital. Os membros não mutuários são Estados Unidos, Canadá, Japão, Israel, Coreia do Sul, China e 16 países europeus: Alemanha, Áustria, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.

6.4) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Em 1952, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), cujo objetivo fundamental era financiar empreendimentos nos setores industrial, agrícola e de infraestrutura. Posteriormente, em 1982, o banco ampliou seu âmbito de ação e tornou-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Apesar de ser uma instituição 100% brasileira, recentemente tem contribuído de forma crescente com o processo de integração da América do Sul.

De acordo com Pinheiro Guimarães (2008),

“O Brasil é um dos poucos, senão o único país da região, que dispõe de um forte banco de desenvolvimento, cujos ativos são de US\$ 87 bilhões, maiores que os do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de US\$ 66 bilhões. Pode emprestar recursos para a execução de obras de infraestrutura em condições competitivas com as do mercado internacional e sem condicionar tais empréstimos a ‘compromissos’ de política externa ou à execução de ‘reformas’ econômicas internas”.

Em 2003, no primeiro ano do governo do presidente Lula, foi realizado no Rio de Janeiro o I Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES-CAF. Em 2005, as duas instituições assinaram um acordo de atuação conjunta na América do Sul, visando o fortalecimento da integração regional. Além disso, houve aproximações do Banco com o Fonplata. Nos últimos anos, tem sido visível o esforço do BNDES para financiar projetos de infraestrutura em países sul-americanos⁹⁸.

Segundo Mantega (2007, p. 36), o governo brasileiro determinou que a integração da América do Sul fosse incorporada como estratégia do Banco. Afirma que

“o BNDES canalizou sua experiência de mais de 50 anos no financiamento de grandes projetos industriais e de infraestrutura, e de 15 anos no financiamento do comércio exterior brasileiro, ao apoio das exportações de bens e de serviços brasileiros a outros países sul-americanos, quer isoladamente, quer para a implantação de projetos de infraestrutura”.

Os financiamentos a países sul-americanos estão obrigatoriamente associados à prestação de serviços técnicos e de engenharia de empresas brasileiras, assim como com a exportação de bens produzidos no Brasil. O Estatuto do BNDES, em seu artigo 9º, determina que o apoio a investimentos diretos no exterior deve beneficiar exclusivamente empresas de capital nacional (Alem e Cavalcanti, 2005, p.71). Assim, o BNDES concede créditos aos países vizinhos com a condição de que eles contratem empresas brasileiras para realizarem

⁹⁷ <http://www.iadb.org>, acesso em 10 de janeiro de 2011.

obras de infraestrutura em seus territórios. Neste momento, as principais construtoras do Brasil, como Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, OAS, Odebrecht e Queiroz Galvão estão operando sob esse sistema na América do Sul. Os financiamentos se estendem às importações de insumos e bens industriais brasileiros, fazendo com que cerca de 60% do que é usado nas obras seja produzido no Brasil⁹⁹.

Ao mesmo tempo em que contribuem com o desenvolvimento da infraestrutura dos países da região, estes financiamentos vêm estimulando a expansão internacional de empresas brasileiras, sobretudo nos setores construção civil, siderúrgico, petrolífero, petroquímico, alimentício, máquinas e aviação civil. Os financiamentos são compensados no âmbito do CCR, o que representa – conforme analisado no capítulo anterior – uma importante forma de garantia para as empresas e praticamente a eliminação dos riscos. Além disso, Borges (2008, p. 5) recorda que as empresas “contam com seguro de crédito à exportação e com garantias adicionais oferecidas por instituições financeiras de primeira linha”.

Com as recentes capitalizações, o BNDES se consolidou como um dos maiores bancos de fomento do mundo. De acordo com Gandra (2009), a linha de crédito criada em 2005 para apoio a operações de internacionalização de empresas brasileiras havia desembolsado quase R\$ 12 bilhões até 2009, englobando os setores de agroindústria, bens de capital, construção e engenharia, eletroeletrônica, energia, serviços técnicos diversos e tecnologia da informação. Além disso, os desembolsos relacionados com o programa BNDES-Exim na região têm sido fortemente ampliados¹⁰⁰. No caso de obras de engenharia executadas na América do Sul, os aportes do Banco aumentaram de US\$ 42 milhões em 2002 para uma estimativa de US\$ 1,3 bilhão em 2010. Nos últimos anos, o valor superou os US\$ 5 bilhões. A carteira do BNDES para a América do Sul, de projetos aprovados, em análise pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig)¹⁰¹ e em perspectiva, supera os US\$ 15,6 bilhões. O quadro abaixo demonstra a evolução dos desembolsos até o ano 2009.

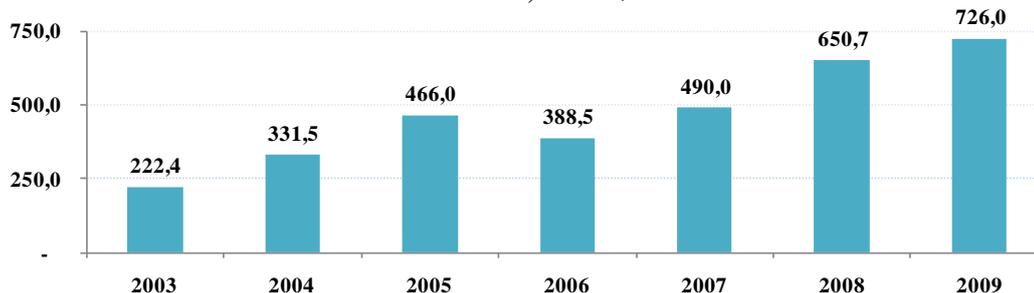
⁹⁸ <http://www.bndes.gov.br>, acesso em 6 de janeiro de 2011. Em agosto de 2009, o banco inaugurou um escritório no Uruguai, país que sedia a Aladi.

⁹⁹ Em contradição com essa política, o BNDES tem utilizado recursos públicos para financiar o fortalecimento de empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil. São os casos da Anglo American, Carrefour, Enron, Fiat, Brenco, Cargill, Renault, Nippon Steel, Kimberly Clark, TIM, GVT Holland e JetBlue (Lopes, 2009).

¹⁰⁰ Os itens financiáveis são produtos de alto valor agregado, como manufaturados e bens de capital.

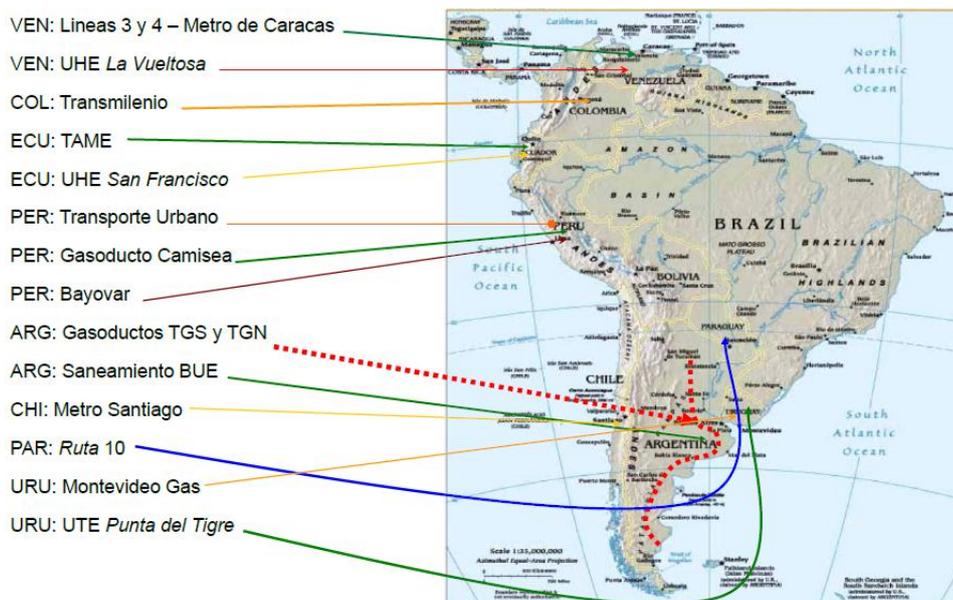
¹⁰¹ Constituído por funcionários da Casa Civil, do Tesouro Nacional e dos Ministérios de Planejamento; Fazenda; Relações Exteriores; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; e Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O COFIG cumpre o papel de examinar e aprovar as operações de crédito (Santana & Kasahara, 2006, pp.18-19).

Desembolsos do BNDES para a América Latina entre 2003 e 2009, em US\$ Milhões



Vemos que os valores desembolsados pelo Exim-Infraestrutura aumentaram de US\$ 228,5 milhões em 2004 para US\$ 918,9 milhões em 2008 e que quase a totalidade desses recursos foi destinada para o setor de engenharia e construção. Entre os principais projetos financiados estão: expansão da capacidade de transporte de gás natural na Argentina e no Uruguai; ampliação do metrô de Santiago, no Chile; sistema de transporte coletivo de Bogotá, na Colômbia; barragens e canais de irrigação que atravessam a Cordilheira dos Andes, no Equador; recuperação de rodovia no Paraguai; construção de rodovias na Bolívia; usina hidrelétrica, linhas de metrô, pontes e modernização agrícola na Venezuela; além de obras no Peru. Os maiores desembolsos entre 2007 e 2009 foram para Argentina (55,6% do total), República Dominicana (19,9%), Chile (10%) e Venezuela (9,8%)¹⁰². O mapa abaixo demonstra a localização de 14 projetos beneficiados por exportações brasileiras financiadas pelo BNDES (2010, p.24).

Alguns projetos beneficiados por exportações brasileiras financiadas



No entanto, de acordo com o MRE (2011), existem mais de 80 financiamentos brasileiros aprovados para projetos de infraestrutura na América do Sul, totalizando cerca de US\$ 10 bilhões. Entre os projetos já aprovados, destacam-se:

Argentina	Construção e ampliação da rede de gasodutos na Argentina, aprox. US\$ 1,9 bilhão (Odebrecht, Confab); Exportação de 20 Aeronaves EMB 190 para Austral / Aerolineas, US\$ 646 milhões (Embraer);
Bolívia	Rodovia San Ignacio de Moxos-Villa Tunari, US\$ 332 milhões (OAS – a licitar); Projeto Hacia el Norte - Rurrenabaque-El-Chorro, US\$ 199 milhões; Rodovia TarijaBermejo, US\$ 179 milhões (Queiroz Galvão).
Chile	Ampliação do metrô de Santiago, US\$ 209 milhões (Alstom); Apoio ao Projeto Transantiago (exportação de ônibus), aprox. US\$ 350 milhões (Mercedes-
Colômbia	Exportação de 127 ônibus para transporte coletivo urbano, US\$ 26,8 milhões (San Marino).
Guiana	Ponte sobre o rio Tacutu, US\$ 17,1 milhões
Paraguai	Construção da segunda ponte sobre o rio Paraná, US\$ 200 milhões.
Peru	Ponte Assis Brasil-Iñapari, US\$ 17,1 milhões.
Uruguai	Rede de Distribuição de Gás de Montevideú, US\$ 7 milhões (OAS).
Venezuela	Construção e ampliação do Metrô de Caracas, aprox. US\$ 943 milhões (Odebrecht); Construção da Hidrelétrica La Vuelta, US\$ 121 milhões (Alstom); Construção da Siderúrgica Nacional, US\$ 865 milhões (Andrade Gutierrez) Construção do Estaleiro Norte-Oriental, US\$ 635 milhões (Andrade Gutierrez) Projeto Tuy 4 de irrigação e distribuição de água, US\$ 1,3 bilhão (Camargo Corrêa)

Calixtre e Barros (2010, p.24) apresentam argumentos relacionados com o que consideram um “dilema brasileiro” no caso dos financiamentos da integração regional. As alternativas do Brasil seriam: levar o processo adiante de forma unilateral, tendo o BNDES como principal instrumento de financiamento dos mega-projetos executados nos países vizinhos com a exportação de bens e serviços por grandes empresas brasileiras (o que em algumas situações funciona como fator de instabilidade nas relações com os vizinhos); ou optar definitivamente pela criação de instituição de desenvolvimento econômico e social dos países sul-americanos, como é o Banco do Sul. A proposta dos autores nos leva à reflexão sobre a importância do Brasil ter a sensibilidade de, ao mesmo tempo em que aproveita o momento ímpar do processo de integração, sinalizar aos países sul-americanos que o projeto

¹⁰² No ano 2010, foram aprovados os financiamentos para a construção de uma siderúrgica e um estaleiro na Venezuela. Em 2009, foi anunciada a venda de vinte aeronaves da Embraer para a Aerolíneas Argentinas, por US\$ 700 milhões. Em torno de 85% do valor será financiado pelo BNDES, com operação via CCR.

deles e o projeto brasileiro se complementam.

Neste ponto, é válida a seguinte colocação de Guimarães (2009):

“O Brasil não acredita ser possível desenvolver-se isoladamente sem que toda a região se desenvolva econômica e socialmente e se assegure razoável grau de estabilidade política e segurança. Assim, a solidariedade nos esforços de desenvolvimento e de integração é uma idéia central na estratégia brasileira na América do Sul, assim como a ideia de que este processo é entre parceiros iguais e soberanos, sem hegemônias nem lideranças”.

Fiori (2009) igualmente avalia que

“se o Brasil quiser liderar a integração soberana da América do Sul no mundo, terá que inventar uma nova forma de expansão econômica e política continental e mundial, sem ‘destino manifesto’ nem vocação missionária, e sem o imperialismo bélico das duas grandes potências anglo-saxônicas”.

O cenário de crise internacional a partir do ano 2008 aumentou o debate sobre a constituição de um Banco de Comércio Exterior do Brasil. O Senado Federal e a Câmara de Deputados já vinham analisando a necessidade de criar um Eximbank, uma agência pública de crédito que centralizasse o apoio à produção nacional de bens de capital e serviços para a exportação (o pré-embarque) e as operações derivadas destas vendas ao exterior, as garantias e os seguros (o pós-embarque). Durante muitos anos, o BNDES-Exim foi o grande responsável pelos financiamentos pré-embarque no Brasil. A carteira do banco nesse segmento chegou a cerca de US\$ 15 bilhões (Romero, 2009).

O Banco do Brasil, como agente financeiro intermediário do Programa de Financiamento às Exportações (Proex)¹⁰³ e do BNDES-Exim, e a Caixa Econômica Federal também têm intensificado a sua atuação nesta área (DCI, 2009). Apesar deste forte apoio, os seguros ainda são oferecidos por diversas instituições, entre elas o próprio BNDES e o Banco do Brasil, mas prevalece o papel da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE), uma associação de empresas privadas de seguros brasileiras (Bradesco Seguros, Minas Brasil, Sul América e Unibanco Seguros), além do Banco do Brasil e da *Compaigne Française d'Assurance pour le Commerce Exterieur (Coface)*, a maior seguradora de crédito à exportação do mundo (Brasil, 2006).

Em maio de 2010, o Governo Federal anunciou um conjunto de medidas para estimular o setor exportador. Entre as ações, estão a criação da Agência de Crédito à Exportação do Brasil S.A (Exim-Brasil) e o Fundo Garantidor de Comércio Exterior (FGCE). O Exim Brasil será uma agência subsidiária do BNDES exclusivamente orientada à concessão de créditos para as exportações brasileiras de bens e serviços de alto valor agregado. O novo órgão aproveitará a estrutura existente na área de Comércio Exterior do banco, assim como a

sua carteira de operações, que chega a US\$ 13 bilhões. Ao mesmo tempo, o BNDES administrará o FGCE, instrumento de natureza privada que terá um patrimônio inicial de R\$ 2 bilhões. O fundo será responsável pelas garantias das operações do Exim-Brasil. A área de Crédito do banco terá a responsabilidade de fazer as análises de risco das operações.

Brasil (2006) defende a criação de um fundo de garantias para projetos de infraestrutura da América do Sul, proposta que não deve ser entendida como concorrente ou substituta do mecanismo CCR. O autor considera que

“o potencial de maiores financiamentos depende de seguros de crédito, que por sua vez são influenciados pelas garantias obtidas. Quanto maior as garantias, menor os prêmios cobrados pelos seguros e, logo, maior a possibilidade de financiamento. No caso dos países sul-americanos, uma das restrições ao volume de financiamentos está associada à ausência de um sistema regional de garantias de crédito”.

Além das bem sucedidas experiências asiáticas e européias com Bancos de Comércio Exterior¹⁰⁴, também existem iniciativas mais recentes dos países sul-americanos, todas com impactos relativamente menores. Na Argentina, destaca-se o *Banco de Inversión y Comercio Exterior (Bice)*¹⁰⁵, com um patrimônio de US\$ 350 milhões. A instituição é pública e concede créditos de médio e longo prazo para projetos de investimento produtivo e o comércio exterior. Na Colômbia, esta função é exercida pelo *Banco de Comercio Exterior de Colombia (Bancoldex)*¹⁰⁶. A instituição é 100% estatal, controlada pelos Ministérios de Fazenda, e de Comércio, Indústria e Turismo. Detém um patrimônio de aproximadamente US\$ 600 milhões, utilizado para apoiar o setor exportador, realizar convênios de estímulo ao desenvolvimento regional e programas de formação empresarial, especialmente com pequenas e médias empresas. Na Venezuela, existe o *Banco de Comercio Exterior (Bancoex)*¹⁰⁷, que promove as exportações não-petrolíferas. O banco faz parte dos Ministérios de Finanças e Relações Exteriores. Todos os casos anteriores limitam seu apoio ao financiamento das exportações, sem incluir em seus serviços os seguros e as garantias.

No caso da América Latina, desde 1978, existe o Banco Latino-Americano de

¹⁰³ O Proex é articulado através do COFIG.

¹⁰⁴ A Consultoria DLC aponta que “o primeiro programa de seguro e crédito à exportação foi oferecido pela *Federal of Switzerland*, uma empresa privada em 1906. Treze anos mais tarde, a Grã-Bretanha lançou o primeiro programa público de crédito à exportação. Com o sucesso dos dois primeiros, vários países europeus lançaram os seus próprios programas de apoio e financiamento às exportações, incluindo a Bélgica (1921), Dinamarca (1922), Holanda (1923), Finlândia (1925), Alemanha (1926), Áustria e Itália (1927), França e Espanha (1928) e Noruega (1929). Nos anos trinta, foi a vez de Japão (1930) e Estados Unidos (1934). Em 1937, o México criou o Banco Mexicano de Comercio Exterior (Bancomext). A África do Sul inaugurou a sua agência em 1956, no mesmo ano em que a Índia constituiu o Export Risks Insurance Corporation”.

¹⁰⁵ <http://www.bice.com.ar>, acesso em 11 de janeiro de 2011.

¹⁰⁶ <http://www.bancoldex.com>, acesso em 11 de janeiro de 2011.

¹⁰⁷ <http://www.bancoex.gov.ve>, acesso em 11 de janeiro de 2011.

Exportações (Bladex)¹⁰⁸, com sede no Panamá. Em 2009, mudou sua razão social para Banco Latinoamericano de Comercio Exterior, mantendo a sigla. O patrimônio se aproxima dos US\$ 3 bilhões e a propriedade está distribuída entre agências governamentais e Bancos Centrais de 23 países da região. As fontes de recursos do Bladex são: depósitos dos Bancos Centrais e locais da região, linhas de crédito de bancos internacionais e o mercado de capitais. Chama a atenção o seguinte parágrafo do “Reporte Anual Bladex 2008”¹⁰⁹, no qual se anuncia um “acordo de colaboração com o *China Development Bank*, através do qual as duas instituições trabalharão em conjunto para identificar e financiar projetos de infraestrutura na região que contem com a participação de empresas chinesas”.

Finalmente, vale fazer referência dentro deste tópico ao papel exercido por algumas instituições financeiras nacionais (regionais ou estaduais) que tem como principal finalidade promover o desenvolvimento econômico. No Brasil, são os casos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)¹¹⁰, da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia)¹¹¹, do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes)¹¹², do Banco da Amazônia¹¹³, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)¹¹⁴ e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)¹¹⁵, entre outros.

No geral, os demais países sul-americanos também possuem pelo menos uma grande instituição pública com esse caráter. No Chile, existe a Corporación de Fomento a la Producción (Corfo)¹¹⁶; no Equador, o Banco Nacional de Fomento (BNF)¹¹⁷; no Peru, a Corporación Financiera de Desarrollo (Cofide)¹¹⁸; no Uruguai, a Corporación Nacional para el Desarrollo (CND)¹¹⁹; no Paraguai, o Banco Nacional de Fomento (BNF)¹²⁰; e na Venezuela, o Banco de Desarrollo Económico y Social (Bandes)¹²¹ e o Fondo de Desenvolvimento Nacional (Fonden)¹²². O Banco de la Nación Argentina¹²³, ainda que não seja um banco de desenvolvimento, apoia os setores produtivos e promove o comércio

¹⁰⁸ <http://www.blx.com>, acesso em 11 de janeiro de 2011.

¹⁰⁹ http://www.blx.com/annual_reports/2008/blx_08_espanol.html, acesso em 11 de janeiro de 2011.

¹¹⁰ www.bdmg.mg.gov.br, acesso em 11 de janeiro de 2011.

¹¹¹ www.desenbahia.ba.gov.br, acesso em 12 de janeiro de 2011.

¹¹² www.bandes.com.br, acesso em 12 de janeiro de 2011.

¹¹³ www.bancoamazonia.com.br, acesso em 12 de janeiro de 2011.

¹¹⁴ www.bnb.gov.br, acesso em 12 de janeiro de 2011.

¹¹⁵ www.brde.com.br, acesso em 12 de janeiro de 2011.

¹¹⁶ www.corfo.cl, acesso em 12 de janeiro de 2011.

¹¹⁷ www.bnf.fin.ec, acesso em 12 de janeiro de 2011.

¹¹⁸ www.cofide.com.pe, acesso em 8 de janeiro de 2011.

¹¹⁹ www.cnd.org.uy, acesso em 8 de janeiro de 2011.

¹²⁰ www.bnf.gov.py, acesso em 8 de janeiro de 2011.

¹²¹ www.bandes.gov.ve, acesso em 8 de janeiro de 2011.

¹²² www.fonden.gov.ve, acesso em 8 de janeiro de 2011.

¹²³ www.bna.com.ar, acesso em 8 de janeiro de 2011.

exterior, especialmente no financiamento e garantias de exportações. Entre estas instituições, pode ser incluído o Caribbean Development Bank (CDB)¹²⁴, criado em 1969, com sede em Barbados. Além de três membros sul-americanos (Colômbia, Guiana e Venezuela), o CDB tem outros 23 integrantes, entre eles a China e o Reino Unido.

6.5) Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)

Em 2005, na Cúpula de Assunção, os membros do Mercosul aprovaram a criação do Fundo de Convergência Estrutural (Focem), que tem como objetivo financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, sobretudo nas economias menores e regiões menos desenvolvidas¹²⁵.

De acordo com Calixtre e Barros (2010b, p.462),

“Para o Brasil, protagonista das principais ações integracionistas, a América do Sul tornou-se, ao mesmo tempo, espaço de legitimação de seu novo ativismo internacional e área ampliada de acumulação de capital. Esse movimento conjunto, que não está imune a tensões, tem nas instituições regionais seu instrumento mais adequado para a resolução de controvérsias e assimetrias”.

Na opinião de Guimarães (2009),

“Em um processo de integração em que as assimetrias entre as partes são significativas tornam-se indispensáveis programas específicos e ambiciosos para promover sua redução. É indispensável a existência de um processo de transferência de renda sob a forma de investimentos entre os Estados participantes do esquema de integração. Esse processo é ainda embrionário no Mercosul. O Brasil deve estar disposto a conceder tratamento mais vantajoso sem reciprocidade a todos os seus vizinhos, em especial àqueles de menor desenvolvimento relativo, aos países mediterrâneos e aos países de menor PIB per capita”.

O fundo adotará os seguintes os programas: a) Convergência Estrutural, para contribuir com o desenvolvimento e ajuste estrutural das economias e regiões menos desenvolvidas, incluindo a melhora dos sistemas de integração fronteiriça e de comunicação em geral; b) Desenvolvimento da Competitividade, para contribuir com a competitividade no âmbito do Mercosul, incluindo processos de reorganização produtiva e trabalhista que facilitem o aumento do comércio intra-Mercosul e projetos de integração de cadeias produtivas e de fortalecimento da institucionalidade pública e privada nos aspectos vinculados à qualidade da produção (padrões técnicos, certificação, avaliação da conformidade, sanidade animal e vegetal, etc.), assim como pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos produtivos; c) Coesão Social, para contribuir com o desenvolvimento social, em particular nas zonas de fronteira, incluindo projetos de interesse comunitário em áreas da

¹²⁴ www.caribank.org, acesso em 8 de janeiro de 2011.

¹²⁵ www.mercosur.int/focem/index.php?c=2118&i=2&id=, acesso em 30 de dezembro de 2010.

saúde humana, da redução da pobreza e do desemprego¹²⁶; d) Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração, que visa melhorar a estrutura institucional do Mercosul e facilitar o seu desenvolvimento.

O montante total anual da contribuição dos Estados membros ao Focem é bastante reduzido, de US\$ 100 milhões. Este valor será integrado conforme as seguintes porcentagens, estabelecidas segundo a média histórica das economias: Brasil (70%), Argentina (27%), Uruguai (2%) e Paraguai (1%). Os recursos destinados ao financiamento dos projetos dos programas a, b e c, serão distribuídos entre os Estados-Partes, de acordo com as seguintes porcentagens: aos projetos apresentados pelo Paraguai, 48%; pelo Uruguai, 32%; pela Argentina e pelo Brasil, 10%. Devido ao pouco tempo transcorrido desde a sua criação, ainda não é possível fazer um balanço do Focem.

Medeiros (2008, p. 248) considera que o fundo “não apenas é tímido em recursos, como se volta essencialmente à modernização, sem qualquer ênfase no processo de mudança estrutural que aponte na direção de maior complementaridade e comércio estratégico”. Existem, no entanto, alguns indícios de que o fundo ganharia maior peso nos próximos anos. Se entre 2006 e 2009, foram financiados 25 projetos em um total de US\$ 200 milhões, em agosto de 2010 foram aprovados US\$ 800 milhões para nove projetos novos. Entre outras iniciativas estão a rede de linhas de transporte de energia desde a represa de Itaipú à localidade de Villa Hayes, perto de Assunção, uma rodovia no Paraguai e obras de infraestrutura elétrica na Argentina.

6.6) Banco do Sul

A ideia de constituir o Banco do Sul foi apresentada em 2004, pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, no âmbito da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa). De acordo com Furtado (2008, p.173), “a proposta de criação deste banco se insere em um contexto de mudanças na conjuntura financeira regional em busca do resgate da soberania, do financiamento autônomo e justo e do rompimento do círculo vicioso do endividamento”. O autor sustenta que a relevância das instituições financeiras multinacionais na América do Sul foi decrescente na última década e recorda dos casos de pagamento adiantado de dívidas por

¹²⁶ É importante ressaltar a crescente participação da sociedade no processo de implantação do Mercosul, através de diversos canais e estruturas. Como vimos anteriormente, o bloco Alba conta com algumas experiências exitosas nesse sentido. No âmbito da Unasul, a participação cidadã é um dos princípios que regem a integração e consta do artigo 18 do seu Tratado Constitutivo. Estabelece a necessidade de observância à “interação ampla,

Brasil, Argentina (ambos em 2005), Uruguai (2006) e Venezuela (2007).

Vimos que durante os primeiros anos do novo século, a ascensão de governantes nacionalistas e progressistas provocou, entre outras ações, a contestação dos tradicionais mecanismos de financiamento para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Historicamente, nota-se que a liberação de empréstimos por parte das instituições financeiras extra-regionais, controladas pelos países desenvolvidos, esteve associada – e exigiu como contrapartida – à adoção de políticas neoliberais e anti-desenvolvimentistas. Portanto, o atual objetivo dos países sul-americanos seria criar uma alternativa financeira para fazer frente ao crônico problema da restrição externa.

Um dos principais argumentos favoráveis à criação do Banco do Sul sustenta que grande parcela das reservas internacionais dos países sul-americanos esta depositada em bancos europeus ou dos Estados Unidos. Tendo em vista o caráter da nova instituição em benefício dos países da região, uma das propostas é que o banco concentre parte desses recursos e os utilize para desenvolver a América do Sul. Medeiros (2008, p. 249) considera que

“na medida em que estas instituições permitam maior autonomia financeira dos países da região junto às instituições multilaterais e viabilizem financiamentos aos setores/países de menor desenvolvimento afirmando-se como importantes bancos de fomento regional, podem abrir novas e significativas possibilidades de cooperação e alargamento do processo de desenvolvimento ao nível regional”.

Ainda que a ideia original fosse criar o Banco do Sul como um prestador de última instância, como um FMI sul-americano ou como um FLAR fortalecido, em 2007, os presidentes de Argentina e Venezuela uniram-se com o propósito de constituí-lo como uma instituição sul-americana de fomento ao desenvolvimento, orientada para o financiamento de setores estratégicos, para o avanço científico tecnológico e o combate à pobreza¹²⁷. Posteriormente, Bolívia, Equador e Paraguai foram incorporados ao grupo. Depois foi a vez do Brasil e, enfim, do Uruguai.

Somente em setembro de 2009 foi assinado o Convênio Constitutivo do Banco do Sul. Uma de suas determinações é que a instituição tenha capital subscrito de US\$ 10 bilhões e capital global autorizado de US\$ 20 bilhões, a serem disponibilizados de forma proporcional pelos membros. Os aportes seriam os seguintes: Brasil, Venezuela e Argentina, as três maiores economias, depositarão US\$ 2 bilhões cada; Equador e Uruguai, US\$ 400 milhões;

democrática, transparente, pluralista, diversa e independente com os diversos atores sociais, estabelecendo canais efetivos de informação, consulta e seguimento nas diferentes instâncias da Unasul” (MRE, 2011).

¹²⁷ Furtado (2008, p.179) lembra que um dos elementos propostos era analisar a possibilidade de criação de um Fundo de Estabilização, que poderia surgir a partir do fortalecimento do FLAR.

Bolívia e Paraguai, US\$ 100 milhões. Este grupo contribuiria com US\$ 7 bilhões. Os US\$ 3 bilhões restantes seriam obtidos através de contribuições de US\$ 970 milhões de Chile, Colômbia e Peru; e US\$ 45 milhões de Guiana e Suriname. Anexamos abaixo uma tabela elaborada por Calixtre e Barros (2010, pp.22-23) que demonstra os aportes por país.

Apesar de Chile, Colômbia e Peru constarem no quadro, até o momento se destaca a ausência desses três países. Todos mantêm um claro alinhamento com a política dos Estados Unidos na região. As eleições presidenciais garantiram o fortalecimento da linha dura neoliberal nos dois primeiros países em 2010: Sebastián Piñera substituiu Michele Bachelet no Chile, enquanto Manuel Santos ocupou a função de Álvaro Uribe. Alan García enfrentará eleições em 2011¹²⁸.

Composição de aportes de capital do Banco do Sul¹²⁹

Países fundadores			
Grupo	País	Aportes por país (US\$ milhões)	Prazo de capitalização
1	Argentina	2.000	5 anos
	Brasil		
	Venezuela		
3	Equador	400	10 anos
	Uruguai		
4	Bolívia	100	
	Paraguai		
Total (subscrito)		7.000	
Demais países da Unasul			
Grupo	País	Aportes por país (US\$ milhões)	Prazo de capitalização
2	Colômbia	970	5 anos
	Chile		
	Peru		
5	Guiana	45	10 anos
	Suriname		
Total (subscrito)		3.000	
Total de capital autorizado		20.000	

O banco, que ainda não entrou em operação, terá sede em Caracas e sucursais em Buenos Aires e La Paz. Porém ainda não estão bem definidas as funções da instituição,

¹²⁸ Esses três países possuem uma agenda bastante autônoma em relação aos vizinhos. Em 2008, em Nova Iorque, anunciaram junto com outros países da América Central e do Norte a iniciativa “Caminhos para a Prosperidade”, como suposta estratégia de aumentar a abertura comercial. Chile e Peru já têm Tratados de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos. Atualmente, Colômbia e Peru propõem um TLC com a Coreia do Sul. O Chile assinou TLCs com Austrália (entrou em vigor em 2010) e Turquia, adiantando as negociações com Índia, Malásia e Vietnã. O Peru iniciou conversas com o Japão e manifestou a intenção de buscar TLCs com Índia, Marrocos, Rússia e África do Sul. Vale comentar, ainda, que as negociações iniciadas no âmbito da CAN com a União Européia (UE) acabaram se transformando em acordos bilaterais da UE com Colômbia e Peru. Em 2010, entraram em vigor os TLCs entre Peru e Chile e Colômbia e Chile (CAF, 2010, p.24).

mesmo que exista a expectativa de atuar em duas frentes: estímulo à desconstrução das assimetrias entre os países membros e financiamento de projetos nacionais e regionais de desenvolvimento, com ênfase na “concessão de créditos para cooperativas e pequenas e médias empresas, e não multinacionais sul-americanas” (Furtado, 2008, p.180). Pela ótica do âmbito de ação, seria mais como um BNDES regional e menos como um FMI regional. De tal maneira que ainda estaria por criar-se um organismo próprio, sul-americano, com atribuições similares às atualmente exercidas pelo FLAR (com desempenho limitado do ponto de vista financeiro) e pelo FMI (com inconvenientes exigências e contrapartidas políticas).

A instituição poderá obter classificação de risco muito melhor do que os seus países membros, diminuindo os efeitos negativos dos problemas cambiais de cada país isoladamente. Biancarelli (2007, p. 22) apresenta três dúvidas a respeito do Banco do Sul: quanto ao formato institucional e os poderes de voto e veto, recomenda “evitar que a relação julgada inadequada entre órgãos como o BID e as nações tomadoras se repita em um âmbito regional”; quanto à capilaridade e institucionalização necessárias para realizar os financiamentos e repassar os recursos em condições de prazo e de custos determinadas; quanto à função que pode desempenhar a instituição na formação de um mercado regional de títulos da dívida.

De acordo com o que vimos anteriormente, o futuro desta instituição esta estreitamente associado às opções brasileiras de seguir por um caminho estreito com o BNDES como motor de uma integração cada vez mais liderada pelo Brasil ou um caminho comum, amplo e de maior equilíbrio com o Banco do Sul. Apesar dos países sul-americanos estarem demonstrando que conseguirão livrar-se dos efeitos da crise econômica de 2008 e 2009, é muito propício debater a construção de um mecanismo regional com musculatura suficiente para acelerar o processo de integração industrialista.

¹²⁹ Os autores afirmam que “entre os membros fundadores, o grupo 1 abarca os países de grande porte, o grupo 3, os de médio porte, e o grupo 4, os de pequeno porte; entre os membros não fundadores, porém pertencentes à Unasul, o grupo 2 contém os países médios e o grupo 4, os países pequenos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As nossas considerações finais, que não são definitivas, bem poderiam servir de esboço e linha de pensamento para um estudo mais aprofundado sobre o tema. Mas, apesar do caráter não conclusivo dessas palavras, julgamos oportuno e conveniente apontar alguns elementos identificados ao longo do trabalho.

Realizamos um recorrido geral sobre o processo de integração da América do Sul. Inicialmente, antes de entrar no tema dos mecanismos regionais de financiamento de curto e de longo prazo, tratamos de apresentar um quadro descritivo da evolução recente dos esforços de integração. A descrição desse processo se estendeu desde a crise dos anos trinta, o período pós-II Guerra, os acordos de Bretton Woods e o surgimento do pensamento estruturalista desenvolvimentista latino-americano até o atual cenário pós-neoliberalismo fundamentalista dos anos noventa.

A seguir, buscamos expor uma visão geral e panorâmica da conjuntura da América do Sul nas áreas de integração de infraestrutura, possibilidades de complementação produtiva e criação de um mercado comum. Em todas as seções, tratamos permanentemente de tangenciar o assunto dos financiamentos e a função que poderia estar sendo desempenhada pelo Brasil, como maior economia da região. Apesar de alguns esforços, nota-se a escassa integração de infraestrutura, tanto na área de transportes como de energia e comunicação. Realizamos uma análise crítica da gestão de instituições como o BID e a CAF na direção da IIRSA e projetamos uma nova situação, mais favorável à integração industrialista, a partir do fortalecimento da Unasul e do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan).

O tema da articulação das cadeias produtivas foi abordado através de um exercício que revela altas potencialidades de complementação industrial entre os países sul-americanos e, ao mesmo tempo, demonstra o mau aproveitamento destas possibilidades. Isso ocorre como resultado da ausência de planificação e controle dos países sobre o comércio exterior, que no geral responde aos interesses de exportação e importação de filiais de empresas estrangeiras. Nesta mesma seção, se analisou o papel desempenhado pelo Brasil, especialmente através do BNDES, como financiador de investimentos na América do Sul, buscando promover a internacionalização de empresas brasileiras. Quanto à construção de um mercado comum, o processo esbarra novamente nas grandes assimetrias entre os países, na postura dúbia assumida pelo Brasil e nos sucessivos superávits comerciais que obtém nas relações com os vizinhos.

Vimos que, apesar de possuir mais de 50% do PIB e da população e cerca de 50% do território da região, o país não tem exercido a função de locomotiva do desenvolvimento e nem do processo de desconstrução das grandes assimetrias existentes. O Brasil tem um PIB per capita menor do que o da Venezuela, o do Chile e o do Uruguai. Além disso, nas últimas décadas tem crescido menos que a média da região. Do ponto de vista comercial, acumula superávits com todos os demais, exceto com a Bolívia e o Chile. Os desequilíbrios nas relações comerciais com o Equador e a Venezuela são tão grandes que chegam a ameaçar o espírito da integração sob a ideia de “ganhar-ganhar”. Neste momento, parece importante assumir a forte penetração da China como uma ameaça não apenas à hegemonia dos Estados Unidos, mas também e principalmente ao processo de integração.

Do ponto de vista financeiro, o CCR continua sendo pouquíssimo utilizado pelo Brasil e o país sequer faz parte do FLAR. Ao mesmo tempo, a crescente presença do BNDES tem se chocado com a proposta da maioria dos demais países de promover o Banco do Sul, o que gera certo nível de desconforto. Chamamos a atenção para a proposta de Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR), promovida recentemente no âmbito da Unasul e dos bancos centrais da região.

Ao longo do texto, nota-se claramente que até os dias atuais o modelo de integração comercialista, “de mercado” ou neoliberal tem prevalecido sobre o modelo de integração industrialista e desenvolvimentista. A integração que atualmente existe, a real, a que avança, é movida pelo “mercado” e cresce junto com os interesses das empresas tanto no campo comercial, como nos de infraestrutura e industrial. Neste sentido, existe um colossal descompasso entre a integração que é e a integração que poderia ser.

Nos últimos anos tem havido um evidente esforço por parte da maioria dos governos sul-americanos para que a integração trilhe outros caminhos não somente submetidos ao âmbito do comércio, dos “mercados” e das empresas. Além disso, ganha importância a ideia de não contar exclusivamente com fontes multilaterais de financiamento, que, além de ter um caráter cíclico, costumam exigir contrapartidas associadas à adoção de políticas de abertura econômica e de restrição ao desenvolvimento. Neste cenário, crescem as necessidades de transformar o Banco do Sul definitivamente em uma realidade; de fortalecer e ampliar o Mercosul quantitativa e qualitativamente, com a entrada da Venezuela e a ampliação da participação popular e dos setores sociais organizados; e de potencializar a Unasul e seus três eixos (infraestrutura, finanças e defesa). Nota-se uma orientação, não apenas retórica, no sentido do desenvolvimento sócio-econômico, da complementação das cadeias produtivas, da intensificação do comércio dentro do sistema econômico sul-americano e da integração física.

Consideramos que a viabilidade de um processo de integração regional industrialista e desenvolvimentista depende fundamentalmente da possibilidade dos Estados Nacionais da América do Sul retomarem o controle (ou, na maior parte dos casos, assumirem o controle que nunca tiveram plenamente) sobre o processo nas suas frentes mais determinantes: a infraestrutura, a complementação produtiva, o comércio, os financiamentos e as políticas macroeconômicas. Não se trata, evidentemente, da adoção de iniciativas iguais em todos os países, mas sim da aplicação de medidas convergentes e em sintonia com as dos demais.

Alguns dos pontos mais relevantes seriam: uma postura preferencialmente orientada ao desenvolvimento econômico, à industrialização e à integração regional; a adoção de políticas monetárias que estimulem o crescimento econômico e não a alta remuneração de capitais especulativos, que drenam recursos da área produtiva e sobrevalorizam as moedas locais; a prioridade à adoção de metas de crescimento e de emprego antes e sobre as metas de inflação e de superávit fiscal; o objetivo de pagar a histórica dívida social com a maioria da população, historicamente excluída, não apenas durante as décadas de neoliberalismo; o estabelecimento de algum nível de controle de câmbio, de capitais e da remessa de lucros ao exterior, como forma de diminuir a fragilidade financeira dos países; a priorização das instituições de financiamento regionais, do comércio compensado e da utilização de moedas locais, com a consequente redução da dependência com relação às agências multilaterais e às moedas internacionalmente conversíveis.

Os próximos anos serão muito importantes e a Unasul terá um papel fundamental. A marcha do processo de integração da América do Sul dependerá consideravelmente da conservação e do fortalecimento de governos populares e desenvolvimentistas no Brasil, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, no Equador, no Paraguai e na Venezuela. Neste cenário, ganham relevância as eleições presidenciais na Argentina e no Peru, em 2011, e na Venezuela e nos Estados Unidos, em 2012. O envolvimento político e a participação ativa dos setores organizados das sociedades sul-americanas são fundamentais para pressionar e dirigir estes processos democratizantes e integracionistas no sentido de uma aliança regional que beneficie as maiorias em todos esses países.

ANEXO ESTATÍSTICO

Exportações dos países da América do Sul de Produtos alimentícios e animais vivos, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
de	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
para	Argentina	67.154	464.044	88.157	4.667	83.986	70.594	31.475	6.314	25.353	63	
	Bolívia	195.388	44.751	38.399	9.463	3.264	24.963	4.186	31.245	1.198	333	
	Brasil	2.914.278	31.900	287.946	2.636	24.244	538.447	346.446	27.398	500.012	401	
	Chile	1.338.895	39.452	194.121	63.417	101.916	400.371	352.496	62.356	68.583	486	
	China	137.300	-	118.132	2.972	2.620	2.335.101	36	828.061	31.748	179	
	Colômbia	325.758	90.363	169.658	178.176	1.335.615	11.604	11.604	91.073	2.415	32.408	
	Ecuador	150.394	2.091	152.168	110.850	1.042.937	202.279	17.932	82.144	2.649	3.365	
	EUA	791.320	43.606	2.310.351	1.083.623	1.042.937	88.403.561	42.323	813.932	134.003	51.056	
	Paraguai	92.653	1.373	168.430	1.039	766	6.024	-	2	6.440	-	
	Peru	557.088	70.613	223.346	84.538	46.203	287.057	104.802	72.462	72.462	1.440	
	Uruguai	269.591	505	161.685	556	3.952	22.267	70.463	4.634	197.429	69	
	Venezuela	478.602	120.522	587.832	1.248.429	139.679	1.359.047	32.143	61.283	2.008.049	70.915	
	Outros países	16.746.827	100.336	5.425.543	2.306.581	2.912.883	81.821.796	618.610	2.437.896	2.008.049	70.915	
	TOTAL	23.998.094	567.915	9.671.026	4.918.771	4.540.626	88.403.561	1.632.516	4.446.338	3.050.341	160.715	

Importações dos países da América do Sul de Produtos alimentícios e animais vivos, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
de	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
desde	Argentina	231.899	3.324.538	1.693.659	467.809	243.976	959.215	103.548	756.132	294.211	144.919	
	Bolívia	20.067	32.654	47.598	97.934	14.514	41.429	1.479	85.861	704	216.103	
	Brasil	471.283	29.383	227.945	180.771	36.064	2.368.864	189.297	63.797	162.834	149.424	
	Chile	92.794	42.061	48.028	192.944	166.237	3.230.860	20.061	204.017	23.752	166.755	
	China	29.578	2.077	281.750	35.453	10.580	5.148.744	2.278	16.856	3.545	27.188	
	Colômbia	5.319	10.202	75.869	141.093	141.093	1.324.868	1.031	105.552	487	583.907	
	Ecuador	124.115	4.186	117.818	191.525	242.417	1.319.344	1.550	56.590	5.713	50.992	
	EUA	78.604	29.128	474.659	1.548.961	242.417	9.366	9.366	349.627	10.863	328.680	
	Paraguai	5.761	3.659	351.426	5.818	5.115	47.195	178.636	16.767	16.767	8.543	
	Peru	7.921	27.242	65.064	105.608	111.457	1.023.383	6	4.372	4.372	27.288	
	Uruguai	26.123	1.381	84.173	2.682	3.351	140.042	6.598	78.893	70	13.368	
	Venezuela	153	705	995	14.112	4.998	106.567	-	2.227	70	-	
	Outros países	211.131	14.967	557.084	492.142	435.212	54.612.714	12.767	417.539	63.864	573.795	
	TOTAL	1.072.849	396.890	7.007.268	3.335.759	1.415.014	70.323.225	347.981	2.315.727	587.182	2.290.962	

de para		Exportações de PRODUTOS ALIMENTÍCIOS Y ANIMALES VIVOS, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil										
		Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*
Argentina		11,8%	1,2%	0,9%	0,1%	1,8%	0,1%	1,9%	0,1%	0,8%	0,0%	
Bolivia		0,8%	0,1%	0,4%	0,2%	0,1%	0,0%	0,3%	0,7%	0,0%	0,2%	
Brasil		12,1%	5,6%	3,0%	0,1%	0,5%	0,6%	21,2%	0,6%	16,4%	0,2%	
Chile		5,6%	6,9%	0,5%	1,3%	2,2%	0,5%	21,6%	1,4%	2,2%	0,3%	
China		0,6%	0,0%	0,3%	3,6%	0,1%	2,6%	0,0%	18,6%	1,0%	0,1%	
Colômbia		1,4%	15,9%	0,4%	1,8%	3,9%	1,5%	0,7%	2,0%	0,1%	20,2%	
Ecuador		0,6%	0,4%	0,1%	1,6%	2,3%	0,2%	1,1%	1,8%	0,1%	2,1%	
Estados Unidos		3,3%	7,7%	5,8%	23,9%	22,0%	23,0%	2,6%	18,3%	4,4%	31,8%	
Paraguai		0,4%	0,2%	0,4%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	
Peru		2,3%	12,4%	0,1%	2,3%	1,7%	1,0%	6,4%	0,0%	2,4%	0,9%	
Uruguay		1,1%	0,1%	0,4%	0,2%	0,0%	0,1%	4,3%	0,1%		0,0%	
Venezuela		2,0%	21,2%	5,6%	6,1%	25,4%	3,1%	2,0%	1,4%	6,5%		
Outros países		69,8%	17,7%	84,8%	56,1%	46,9%	64,2%	37,9%	54,8%	65,8%	44,1%	
TOTAL		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
América do Sul		26,3%	74,7%	9,1%	16,4%	31,0%	12,8%	59,5%	8,2%	28,7%	24,0%	

de desde		Importações de PRODUTOS ALIMENTÍCIOS Y ANIMALES VIVOS, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil										
		Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*
Argentina		1,9%	58,4%	47,4%	45,2%	14,0%	17,2%	1,4%	29,8%	32,7%	50,1%	6,3%
Bolivia		43,9%	7,4%	0,5%	1,3%	2,9%	1,0%	0,1%	0,4%	3,7%	0,1%	9,4%
Brasil		8,6%	10,6%	4,4%	6,1%	5,4%	2,5%	3,4%	54,4%	2,8%	27,7%	6,5%
Chile		2,8%	0,5%	4,0%	1,3%	5,8%	11,7%	4,6%	5,8%	8,8%	4,0%	7,3%
China		0,5%	2,6%	0,1%	2,0%	1,1%	0,7%	7,3%	0,7%	0,7%	0,6%	1,2%
Colômbia		11,6%	1,1%	0,4%	3,1%	5,7%	10,0%	1,9%	0,3%	4,6%	0,1%	25,5%
Ecuador		7,3%	7,3%	8,7%	12,7%	46,4%	17,1%	1,9%	0,4%	2,4%	1,0%	2,2%
Estados Unidos		0,5%	0,9%	5,6%	9,4%	0,2%	0,4%	0,1%	2,7%	15,1%	1,9%	14,3%
Paraguai		0,7%	6,9%	0,5%	1,7%	3,2%	7,9%	1,5%	0,0%	7,7%	2,9%	0,4%
Peru		2,4%	0,3%	7,6%	2,2%	0,1%	0,2%	0,2%	1,9%	3,4%	0,7%	1,2%
Uruguay		0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%	0,2%	0,0%	0,1%	0,0%	0,6%
Venezuela		19,7%	3,8%	20,9%	14,9%	14,8%	30,8%	77,7%	3,7%	18,0%	10,9%	25,0%
Outros países		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
TOTAL		70,2%	88,4%	66,4%	71,2%	37,7%	51,4%	15,0%	93,0%	66,1%	86,7%	59,4%

de para		Exportações dos países da América do Sul de Bebidas e fumo, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
Argentina			55	35.482	6.135	-	2	4.638	2.439	48	485	158	
Bolívia		4.711		9.327	4.801	596	18	589	4.561	18	-	100	
Brasil		57.398	-		52.360	-	797	8.169	187	1	5.847	2	
Chile		20.524	841	3.859		178	303	13.173	1.396	8.617	-	2.285	
China		46.724	-	367.444	51.402	-	-	148.366	-	9	88	-	
Colômbia		8.748	-	3.191	39.226		1.176	2.982	198	430	28	10.346	
Ecuador		3.248	-	2.406	8.182	26.783		3.132	-	728	39	132	
EUA		197.253	77	324.992	200.968	13.711	1.916		1.683	2.586	877	1.571	
Paraguai		69.918	-	66.591	9.079	-	-	8.146		-	19.182	-	
Peru		15.952	-	943	21.329	8.348	625	4.074	824		38	359	
Uruguai		22.869		6.027	7.288	-	3	2.914	155	1		19	
Venezuela		11.332		12.552	33.819	16.006	10	2.864	-	680	115		
Outros países		609.579	1.135	2.019.834	1.016.589	28.868	31.473	5.564.207	13.688	4.954	11.744	39.813	
TOTAL		1.068.256	2.108	2.852.648	1.451.178	94.490	36.323	5.763.254	25.131	18.072	38.443	54.785	

de desde		Importações dos países da América do Sul da América do Sul de Bebidas e fumo, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
Argentina			5.228	59.101	14.978	8.475	3.160	237.442	79.058	18.901	19.938	3.569	
Bolívia		6		-	1.113	-	-	79	-	2	-	-	
Brasil		36.298	3.630		4.565	2.547	3.259	354.033	58.092	1.444	4.019	15.297	
Chile		6.437	639	54.957		38.236	7.917	245.401	9.382	44.716	688	24.839	
China		62	34	525	17	798	16	51.424	634	622	4	96	
Colômbia		5	724	-	214		31.734	17.491	-	9.896	-	9.575	
Ecuador		4	88	2	146	1.172		16.956	-	770	4	10	
EUA		5.434	1.212	4.607	7.130	2.785	4.403		6.248	4.449	430	3.286	
Paraguai		2.637	39	53	1.251	38	-	2.195		850	4.943	-	
Peru		41	21	-	5.776	137	1.243	2.877	5		-	30	
Uruguai		517		6.381	2	62	40	1.337	17.622	28		101	
Venezuela		254		-	8.524	484	123	8.115	-	-	6		
Outros países		51.434	16.575	260.044	80.813	74.169	35.178	17.151.401	36.190	35.519	19.487	191.830	
TOTAL		103.129	28.190	385.670	124.529	128.903	87.073	18.088.751	207.231	117.197	49.519	248.633	

de para		Exportações de BEBIDAS Y TABACO, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
Argentina		0,0%	2,6%	1,2%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	9,7%	0,3%	1,3%	0,3%
Bolívia		0,4%	0,0%	0,3%	0,3%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	18,1%	0,1%	0,0%	0,2%
Brasil		5,4%	0,0%	0,0%	3,6%	0,0%	2,2%	0,1%	0,1%	0,7%	0,0%	15,2%	0,0%
Chile		1,9%	39,9%	0,1%	0,0%	0,2%	0,8%	0,2%	0,2%	5,6%	47,7%	0,0%	4,2%
China		4,4%	0,0%	12,9%	3,5%	0,0%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%
Colômbia		0,8%	0,0%	0,1%	2,7%	0,0%	3,2%	0,1%	0,1%	0,8%	2,4%	0,1%	18,9%
Ecuador		0,3%	0,0%	0,1%	0,6%	28,3%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	4,0%	0,1%	0,2%
Estados Unidos		18,5%	3,7%	11,4%	13,8%	14,5%	5,3%	0,0%	0,0%	6,7%	14,3%	2,3%	2,9%
Paraguay		6,5%	0,0%	2,3%	0,6%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	49,9%	0,0%
Peru		1,5%	0,0%	0,0%	1,5%	8,8%	1,7%	0,1%	0,1%	3,3%	0,0%	0,1%	0,7%
Uruguay		2,1%	0,0%	0,2%	0,5%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%
Venezuela		1,1%	0,0%	0,4%	2,3%	16,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,8%	0,3%	0,0%
Outros países		57,1%	53,8%	70,8%	70,1%	30,6%	86,6%	96,5%	100,0%	54,5%	27,4%	30,5%	72,7%
TOTAL		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
América do Sul		20,1%	42,5%	4,9%	12,6%	54,9%	8,1%	0,9%	0,9%	38,8%	58,2%	66,9%	24,5%

de para		Importações de BEBIDAS Y TABACO, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil										
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Estados Unidos	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*
Argentina		0,0%	18,5%	15,3%	12,0%	6,6%	3,6%	1,3%	38,1%	16,1%	40,3%	1,4%
Bolívia		0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Brasil		35,2%	12,9%	0,0%	3,7%	2,0%	3,7%	2,0%	28,0%	1,2%	8,1%	6,2%
Chile		6,2%	2,3%	14,2%	0,0%	29,7%	9,1%	1,4%	4,5%	38,2%	1,4%	10,0%
China		0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,6%	0,0%	0,3%	0,3%	0,5%	0,0%	0,0%
Colômbia		0,0%	2,6%	0,0%	0,2%	0,0%	36,4%	0,1%	0,0%	8,4%	0,0%	3,9%
Ecuador		0,0%	0,3%	0,0%	0,1%	0,9%	0,0%	0,1%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%
Estados Unidos		5,3%	4,3%	1,2%	5,7%	2,2%	5,1%	0,0%	3,0%	3,8%	0,9%	1,3%
Paraguay		2,6%	0,1%	0,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	10,0%	0,0%
Peru		0,0%	0,1%	0,0%	4,6%	0,1%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Uruguay		0,5%	0,0%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Venezuela		0,2%	0,0%	0,0%	6,8%	0,4%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros países		49,9%	58,8%	67,4%	64,9%	57,5%	40,4%	94,8%	17,5%	30,3%	39,4%	77,2%
TOTAL		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
América do Sul		44,8%	36,8%	31,2%	29,4%	39,7%	54,5%	4,9%	79,2%	65,4%	59,8%	21,5%

de		Exportações dos países da América do Sul dos países da América do Sul de Materiais crus não comestíveis, exceto combustíveis, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
para	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*			
Argentina	8.210	40.761	769.357	64.739	1.016	1.621	143.529	543.173	11.772	14.027	11			
Bolívia	187.715	13.783	36.246	1.384	83	254	1.632	591	7.739	2	3			
Brasil	97.300	8.703	23.294	1.200.607	36.138	4.621	595.698	133.979	129.313	11.583	14.314			
Chile	3.716.429	52.551	11.444.416	4.281.160	2.009	5.281	211.385	2.475	992.899	8.136	1.285			
China	8.116	5.062	66.673	64.821		9.873	381.166	64	12.106	2.339	5.929			
Colômbia	1.812	44	9.070	9.851	9.095		67.943	18	21.694	167	976			
Ecuador	71.273	52.572	1.805.770	711.600	985.919	481.563		12.076	270.565	11.263	41.012			
EUA	19.324	9.429	44.138	905	1	-	3.886		20	31	151			
Paraguai	45.865	142.379	25.470	136.554	4.400	7.546	241.032	4.841		507	511			
Peru	43.490	1.855	25.285	10.006	-	102	20.364	650.549	7.919		-			
Uruguai	11.984	3.662	85.568	122.073	253.430	1.023	137.701	8.024	2.529	8.387				
Venezuela	2.523.548	1.373.993	23.332.877	14.501.835	498.486	273.578	54.598.565	423.780	4.845.359	655.650	200.940			
Outros países	6.735.066	1.704.794	37.668.164	21.105.535	1.883.566	820.067	76.551.317	1.787.026	9.017.310	829.417	279.156			

de		Importações dos países da América do Sul da América do Sul de Materiais crus não comestíveis, exceto combustíveis, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
desde	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*			
Argentina	36.440	8.866	206.203	129.094	11.429	2.870	87.234	21.269	27.275	45.234	3.588			
Bolívia	1.061.351	35.709	16.053	4.381	9.384	1.794	52.706	9.102	106.066	2.111	2.369			
Brasil	56.198	744	1.297.900	30.732	78.718	11.859	2.226.530	39.052	16.327	24.731	76.802			
Chile	21.460	1.512	46.773	28.428	68.667	8.643	1.019.614	965	116.935	12.500	33.709			
China	964	300	7.921	1.616	21.005	7.442	1.969.056	207	27.319	3.541	11.842			
Colômbia	2.049	5.981	772.471	8.606	10.504	11.230	700.045	-	4.899	7	49.881			
Ecuador	115.609	698	109.034	168.757	345.142	67.954	229.065	-	5.343	659	10			
EUA	1.354.352	8.817	187.840	2.810	15.643	25.762	282.089	1.272	251.373	14.449	124.233			
Paraguai	20.536	181	72.863	15.294	6.118	423	13.136	30	542	8.249	1.533			
Peru	507.762	16.771	3.078.143	401.472	329.720	105.562	27.557.200	19.529	190.174	134.992	214.923			
Uruguai	181	199	72.863	2.042	17.281	1.945	189.068	27	722	1	372			
Venezuela	3.186.846	79.688	5.941.723	1.797.372	913.752	245.484	34.341.499	92.476	752.930	254.754	520.650			

de para	Exportações de MATERIALES CRUDOS NO COMESTIBLES, EXCEPTO LOS COMBUSTIBLES, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil										
	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*
Argentina		2,4%	2,0%	0,3%	0,1%	0,2%	0,2%	30,4%	0,1%	1,7%	0,0%
Bolivia	0,1%		0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Brasil	2,8%	0,8%		5,7%	1,9%	0,6%	0,8%	7,5%	1,4%	1,4%	5,1%
Chile	1,4%	0,5%	0,1%		0,1%	0,6%	0,3%	0,1%	11,0%	1,0%	0,5%
China	55,2%	3,1%	30,4%	20,3%	4,9%	4,2%	26,3%	0,4%	30,1%	14,1%	5,0%
Colômbia	0,1%	0,3%	0,2%	0,3%		1,2%	0,5%	0,0%	0,1%	0,3%	2,1%
Ecuador	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%		0,1%	0,0%	0,2%	0,0%	0,3%
Estados Unidos	1,1%	3,1%	4,8%	3,4%	52,3%	58,7%		0,7%	3,0%	1,4%	14,7%
Paraguay	0,3%	0,6%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	0,1%
Peru	0,7%	8,4%	0,1%	0,6%	0,2%	0,9%	0,3%	0,3%		0,1%	0,2%
Uruguay	0,6%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,4%	0,1%		0,0%
Venezuela	0,2%	0,2%	0,2%	0,6%	13,5%	0,1%	0,2%	0,4%	0,0%	1,0%	
Outros países	37,5%	80,6%	61,9%	68,7%	26,5%	33,4%	71,3%	23,7%	53,7%	79,0%	72,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
América do Sul	6,3%	13,2%	2,9%	7,6%	16,3%	3,7%	2,4%	75,2%	13,2%	5,4%	8,3%

de desde	Importações de MATERIALES CRUDOS NO COMESTIBLES, EXCEPTO LOS COMBUSTIBLES, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil										
	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*
Argentina		11,1%	3,5%	7,2%	1,3%	1,2%	0,3%	23,0%	3,6%	17,8%	0,7%
Bolivia	1,1%		0,3%	0,2%	1,0%	0,7%	0,2%	9,8%	14,1%	0,8%	0,5%
Brasil	33,3%	44,8%		1,7%	8,6%	4,8%	6,5%	42,2%	2,2%	9,7%	14,8%
Chile	1,8%	1,9%	21,8%		7,5%	3,5%	3,0%	1,0%	15,5%	4,9%	6,5%
China	0,7%	0,9%	2,3%	1,6%	2,3%	3,0%	5,7%	0,2%	3,6%	1,4%	2,3%
Colômbia	0,0%	0,1%	0,8%	0,1%		4,6%	2,0%	0,0%	0,7%	0,0%	9,6%
Ecuador	0,1%	0,4%	0,1%	0,5%	1,1%		0,7%	0,0%	0,7%	0,3%	0,0%
Estados Unidos	3,6%	7,5%	13,0%	9,4%	37,8%	27,7%		1,4%	33,4%	5,7%	23,9%
Paraguay	42,5%	0,9%	1,8%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%		0,8%	3,2%	0,3%
Peru	0,3%	11,1%	3,2%	55,9%	1,7%	10,5%	0,8%	0,0%		3,3%	0,3%
Uruguay	0,6%	0,0%	0,2%	0,9%	0,7%	0,2%	0,0%	1,1%	0,1%		0,1%
Venezuela	0,0%	0,2%	1,2%	0,1%	1,9%	0,8%	0,6%	0,0%	0,1%	0,0%	
Outros países	15,9%	21,0%	51,8%	22,3%	36,1%	43,0%	80,2%	21,1%	25,3%	53,0%	41,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
América do Sul	79,8%	70,5%	32,9%	66,7%	23,8%	26,3%	14,0%	77,3%	37,7%	39,9%	32,6%

Exportações dos países da América do Sul de Combustíveis e lubrificantes e minerais e produtos conexos, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil													
de	para	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
	Argentina			745.473	94.237	50.923	-	835.093	5	31.127	46.493	378.418	
	Bolívia	13.570		56.463	144.221	92	-	3.945	-	16.232	20	20	
	Brasil	1.763.093	286.564		2.847	272.067	-	2.246.803	-	19.773	16.125	437.856	
	Chile	1.129.385	2.945.913	1.503.993		521.858	1.530.872	3.583.804	-	301.535	41	82.275	
	China	723.918	1.216	1.703.175	2	65.506	344.302	598.070	-	57.535	20	60.586	
	Colômbia	1.725	37.377	1.897	20.268		4.133	1.005.511	-	29.871	22	72.234	
	Ecuador	9.079	-	862	35.898	59.546		529.922	-	66.539	49	41.387	
	EUA	1.543.191	136.757	4.917.784	6.473	9.993.646	7.468.043		-	1.428.356	2	30.093.382	
	Paraguay	225.728	32.365	296.435	3.946	-		12.935		77	15.856	-	
	Peru	18.758	5.006	383.596	161.802	128.019	1.572.896	1.200.241	-		172	388.565	
	Uruguay	235.657	-	246.288	1.715	73	-	46.485	-	2.649		110	
	Venezuela	691	-	1.774	-	150.429	125.970	563.283	-	15.836	37	-	
	Outros países	2.317.866	44.532	13.375.069	479.207	6.053.184	1.758.663	65.608.445	-	817.354	114.535	27.670.702	
	TOTAL	7.982.661	3.489.730	23.232.809	950.616	17.295.343	12.804.879	76.234.537	5	2.786.884	193.372	59.225.535	

Importações da América do Sul da América do Sul de Combustíveis e lubrificantes e minerais e produtos conexos, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil													
de	desde	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
	Argentina		88.968	1.975.275	1.466.193	2.482	9.973	2.229.855	458.512	41.170	902.741	1.272	
	Bolívia	80.628		2.980.713	832		1	166.750	30.788	1.631	-	-	
	Brasil	241.496	44.396		1.720.147	1.883	2.349	9.069.176	187.711	364.638	206.575	1.543	
	Chile	91.505	145.920	5.347		281	63.858	35	3.858	167.616	1.005	18	
	China	70.250	1.206	730.803	46.940	6.075	8.637	2.173.925	52	17.318	223	7.204	
	Colômbia	62.504	95	475.197	1.753.424		55.313	8.784.422	-	427.801	120	7.919	
	Ecuador	-	-	-	1.431.687	6.443		7.608.800	-	1.507.163	-	179	
	EUA	531.925	10.676	2.947.618	3.983.790	1.090.431	361.057		22.722	1.322.803	11.813	78.770	
	Paraguay	306.585	12.847	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Peru	12	12.429	-	297.818	4.004	26.421	1.297.972	-	-	-	57	
	Uruguay	42.153	19	20.510	47	31	63	1.096	10.059	215		16	
	Venezuela	5.042	236.309	367.097	4.386	71.433	1.488.922	50.008.979	387.089	172.671	559.371		
	Outros países	2.939.119	3.872	26.616.698	5.447.515	643.224	534.867	419.086.441	298.538	1.465.762	957.084	131.752	
	TOTAL	4.371.219	556.737	36.119.258	16.152.779	1.826.287	2.551.461	500.427.451	1.399.329	5.488.788	2.638.932	228.730	

de para		Exportações de COMBUSTÍVEIS Y LUBRICANTES MINERALES Y PRODUCTOS CONEXOS, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*		
Argentina		0,0%	0,0%	3,2%	9,9%	0,3%	0,0%	1,1%	100,0%	1,1%	24,0%	0,6%		
Bolívia		0,2%	0,0%	0,2%	15,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%		
Brasil		22,1%	8,2%	0,0%	0,3%	1,6%	0,0%	2,9%	0,0%	0,7%	8,3%	0,7%		
Chile		14,1%	84,4%	6,5%	0,0%	3,0%	12,0%	4,7%	0,0%	10,8%	0,0%	0,1%		
China		9,1%	0,0%	7,3%	0,0%	0,4%	2,7%	0,8%	0,0%	2,1%	0,0%	0,1%		
Colômbia		0,0%	1,1%	0,0%	2,1%	0,0%	0,0%	1,3%	0,0%	1,1%	0,0%	0,1%		
Ecuador		0,1%	0,0%	0,0%	3,8%	0,3%	0,0%	0,7%	0,0%	2,4%	0,0%	0,1%		
Estados Unidos		19,3%	3,9%	21,2%	0,7%	57,8%	58,3%	0,0%	0,0%	51,3%	0,0%	50,8%		
Paraguay		2,8%	0,9%	1,3%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,2%	0,0%		
Peru		0,2%	0,1%	1,7%	17,0%	0,7%	12,3%	1,6%	0,0%	0,0%	0,1%	0,7%		
Uruguay		3,0%	0,0%	1,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%		
Venezuela		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	1,0%	0,7%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%		
Outros países		29,0%	1,3%	57,6%	50,4%	35,0%	13,7%	86,1%	0,0%	29,3%	59,2%	46,7%		
TOTAL		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
América do Sul		42,6%	94,8%	13,9%	48,9%	6,8%	25,3%	13,2%	100,0%	17,4%	40,8%	2,4%		

de para		Importações de MATERIALES CRUDOS NO COMESTÍVEIS, EXCEPTO LOS COMBUSTÍVEIS, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*		
Argentina		1,1%	11,1%	3,5%	7,2%	1,3%	1,2%	0,3%	23,0%	3,6%	17,8%	0,7%		
Bolívia		33,3%	44,8%	0,3%	0,2%	1,0%	0,7%	0,2%	9,8%	14,1%	0,8%	0,5%		
Brasil		1,8%	1,9%	21,8%	1,7%	8,6%	4,8%	6,5%	42,2%	2,2%	9,7%	14,8%		
Chile		0,7%	0,9%	2,3%	1,6%	7,5%	3,5%	3,0%	1,0%	15,5%	4,9%	6,5%		
China		0,0%	0,1%	0,8%	0,1%	2,3%	3,0%	5,7%	0,2%	3,6%	1,4%	2,3%		
Colômbia		0,1%	0,4%	0,1%	0,5%	1,1%	4,6%	2,0%	0,0%	0,7%	0,0%	9,6%		
Ecuador		3,6%	7,5%	13,0%	9,4%	37,8%	27,7%	0,7%	0,0%	0,7%	0,3%	0,0%		
Estados Unidos		42,5%	0,9%	1,8%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	33,4%	5,7%	23,9%		
Paraguay		0,3%	11,1%	3,2%	55,9%	1,7%	10,5%	0,8%	0,0%	0,8%	3,2%	0,3%		
Peru		0,6%	0,0%	0,2%	0,9%	0,7%	0,2%	0,0%	1,1%	0,1%	3,3%	0,3%		
Uruguay		0,0%	0,2%	1,2%	0,1%	1,9%	0,8%	0,6%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%		
Venezuela		15,9%	21,0%	51,8%	22,3%	36,1%	43,0%	80,2%	21,1%	25,3%	53,0%	41,3%		
Outros países		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
TOTAL		79,8%	70,5%	32,9%	66,7%	23,8%	26,3%	14,0%	77,3%	37,7%	39,9%	32,6%		
América do Sul														

de para	Exportações dos países da América do Sul de Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*		
Argentina	60.380	13.259	2.229	2.067	3.574	2.362	43.426	-	9.790	-			
Bolívia	3.164	2.425	8	970	-	23	1.539	420	6	-			
Brasil	76.880	1.449	2.573	29.856	11	24.563	23.269	109	11.839	-			
Chile	213.604	8.476	4.262	9.529	25.152	13.720	199	71.031	1.578	-			
China	1.470.371	-	833.215	16.453	34	152.455	82.589	8.443	201	-			
Colômbia	123.087	102.192	26.050	4.362	21.640	110.190	4.364	2.938	45	1.974			
Ecuador	122.718	5.645	2.208	2.984	739	6.181	14.769	345	-	-			
EUA	96.786	-	33.529	3.621	15.223	6.127	1.909	26.400	1.221	206			
Paraguai	5.778	130	7.490	4	-	267	-	-	105	-			
Peru	301.485	30.278	8.477	8.775	19.910	16.775	35.341	-	59	-			
Uruguai	17.098	-	24.284	813	-	194	38.467	-	-	-			
Venezuela	154.512	51.879	62.751	1.174	38.687	215.507	209.197	539	93	-			
Outros países	4.296.403	16.048	1.943.749	91.990	285.793	125.525	137.673	272.154	30.841	52			
TOTAL	6.881.886	276.477	2.961.699	134.986	384.382	279.970	592.742	382.379	55.778	2.182			

de desde	Importações dos países da América do Sul de Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*		
Argentina	3.415	91.015	36.194	83.168	123.791	94.745	5.911	321.832	15.150	43.227			
Bolívia	-	8.698	4.844	112.355	29.457	11.485	136	30.396	-	98.363			
Brasil	12.884	52	4.348	28.947	2.129	33.249	6.059	9.937	23.575	4.876			
Chile	2.628	1	3.040	5.189	3.481	3.544	12	9.876	1.127	542			
China	403	4	1.472	1.353	46	46.243	30	524	1.617	3.689			
Colômbia	2.084	803	49.873	15.070	745	19.613	-	1.569	-	7.310			
Ecuador	4.182	-	64	20.697	31.604	4.605	-	43.317	390	44.395			
EUA	1.837	99	26.673	5.022	6.117	6.117	1	21.817	199	61.444			
Paraguai	1.876	1.658	26.043	251	9.426	1.795	-	6.452	2.935	70.528			
Peru	-	444	108	88.322	377	6.375	-	-	-	2.291			
Uruguai	10.461	11	11.518	2.748	79	1.277	94	61	-	24			
Venezuela	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-			
Outros países	33.144	1.170	554.922	43.104	28.067	5.253	667	9.916	16.305	24.205			
TOTAL	69.499	7.657	773.437	220.705	407.121	180.822	5.426.921	455.697	61.298	360.894			

de para	Exportações de ACEITES Y MANTECAS DE ORIGEN ANIMAL Y VEGETAL, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Estados	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*		
Argentina	0,0%	21,8%	0,4%	1,7%	0,5%	1,3%	0,1%	7,3%	0,0%	17,6%	0,0%		
Bolivia	1,1%	0,5%	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%		
Brasil	3,1%	3,1%	0,1%	1,9%	7,8%	0,0%	0,5%	3,9%	0,0%	21,2%	0,0%		
Chile	21,4%	0,0%	28,1%	12,2%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	18,6%	2,8%	0,0%		
China	1,8%	37,0%	0,9%	3,2%	0,0%	0,0%	3,3%	13,9%	2,2%	0,4%	0,0%		
Colômbia	1,8%	2,0%	0,1%	2,2%	0,2%	7,7%	2,4%	0,7%	0,8%	0,1%	88,2%		
Ecuador	1,4%	0,0%	1,1%	2,7%	4,0%	2,2%	0,1%	2,5%	0,1%	0,0%	0,0%		
Estados Unidos	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	6,9%	2,2%	9,4%		
Paraguay	4,4%	11,0%	0,3%	6,5%	0,4%	7,1%	0,4%	6,0%	0,0%	0,2%	0,0%		
Peru	0,2%	0,0%	0,8%	0,6%	0,0%	0,1%	0,4%	6,0%	0,0%	0,1%	0,0%		
Uruguay	2,2%	18,8%	2,1%	0,9%	10,1%	27,7%	4,7%	35,3%	0,1%	0,2%	0,0%		
Venezuela	62,4%	5,8%	65,6%	68,1%	74,4%	44,8%	88,2%	23,2%	71,2%	55,3%	2,4%		
Outros países	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
TOTAL	14,8%	94,2%	5,1%	17,0%	21,7%	53,0%	8,5%	62,5%	19,7%	42,2%	88,2%		
América do Sul													

de desde	Importações de ACEITES Y MANTECAS DE ORIGEN ANIMAL Y VEGETAL, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*		
Argentina	0,0%	44,6%	11,8%	16,4%	20,4%	68,5%	1,7%	45,8%	70,6%	24,7%	12,0%		
Bolivia	18,5%	0,7%	1,1%	2,2%	27,6%	16,3%	0,2%	1,1%	6,7%	0,0%	27,3%		
Brasil	3,8%	0,0%	0,4%	2,0%	7,1%	1,2%	0,6%	46,9%	2,2%	38,5%	1,4%		
Chile	0,6%	0,1%	0,2%	0,0%	1,3%	1,9%	0,1%	0,1%	2,2%	1,8%	0,2%		
China	3,0%	10,5%	6,4%	6,8%	0,3%	0,0%	0,9%	0,2%	0,1%	2,6%	1,0%		
Colômbia	6,0%	0,0%	0,0%	9,4%	7,8%	0,4%	0,4%	0,0%	0,3%	0,0%	2,0%		
Ecuador	2,6%	1,3%	3,4%	2,3%	27,8%	3,4%	0,1%	0,0%	9,5%	0,6%	12,3%		
Estados Unidos	2,7%	21,7%	3,4%	0,1%	0,1%	5,2%	0,0%	0,0%	4,8%	0,3%	17,0%		
Paraguay	0,0%	5,8%	0,0%	40,0%	0,7%	0,2%	0,1%	0,0%	1,4%	4,8%	19,5%		
Peru	15,1%	0,1%	1,5%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,6%		
Uruguay	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		
Venezuela	47,7%	15,3%	71,7%	19,5%	6,9%	2,9%	95,9%	5,2%	2,2%	26,6%	6,7%		
Outros países	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
TOTAL	49,1%	83,4%	24,6%	78,1%	65,0%	93,7%	3,3%	94,6%	92,9%	70,4%	75,2%		
América do Sul													

de para		Exportações dos países da América do Sul de Produtos químicos e produtos conexos, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
Argentina		2.066	2.310.638	113.087	46.824	1.748	1.883.601	6.437	28.258	66.304	5.538		
Bolívia		137.310	168.019	76.654	40.800	12.624	35.605	18.984	87.888	12.195	3.074		
Brasil		1.781.452	212	435.587	159.257	7.843	7.302.856	19.463	51.468	141.568	29.956		
Chile		562.120	3.312	452.707	113.227	3.225	1.495.872	5.261	150.291	25.113	27.291		
China		75.493	773	183.714	173.531	1.465	9.193.340	980	14.941	2.767	597		
Colômbia		83.723	77	319.146	89.204	76.029	2.324.179	499	97.449	3.748	208.634		
Ecuador		36.701	749	117.185	78.850	416.527	548.609	2.020	95.407	12.998	26.972		
EUA		1.102.715	19.817	2.378.288	375.032	165.150	172.086	1.341	47.411	5.532	345.735		
Paraguai		217.507	7.747	588.338	14.386	2.323	85.135		393	37.339	113		
Peru		86.954	7.080	198.959	213.415	314.240	1.055.715	1.147		3.542	26.721		
Uruguay		374.532	-	222.275	7.515	12.708	278.171	5.183	1.374		1.621		
Venezuela		123.792	56	365.695	71.839	656.044	2.037.109	1.090	52.236	13.838			
Outros países		1.132.216	41.478	6.841.452	1.538.900	932.848	155.939.178	12.204	227.063	69.131	300.750		
TOTAL		5.714.515	83.367	14.146.416	3.188.000	2.875.980	182.179.370	74.609	854.179	394.075	977.002		

de desde		Importações dos países da América do Sul de Produtos químicos e produtos conexos, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
Argentina		139.034	1.822.371	603.595	106.973	54.976	1.253.667	212.860	99.872	355.257	73.154		
Bolívia		1.530	161	3.495	64	845	5.206	8.649	7.049	-	-		
Brasil		2.413.712	152.565	497.298	297.692	118.497	2.356.815	625.230	218.834	216.881	239.964		
Chile		120.838	68.042	459.049	90.615	95.254	379.850	13.927	215.542	6.832	25.188		
China		1.514.317	61.753	2.489.286	467.195	211.980	11.476.890	186.288	336.963	167.819	80.252		
Colômbia		48.539	48.160	171.779	131.207	488.033	203.632	3.157	351.493	2.758	458.979		
Ecuador		1.149	8.043	9.319	3.083	69.525	4.927	122	31.802	282	20.065		
EUA		2.073.356	57.205	7.294.995	1.582.121	622.237		76.644	1.107.033	177.694	1.302.225		
Paraguai		8.573	17.470	20.170	7.142	1.929	1.353		2.794	3.290	594		
Peru		36.896	96.912	51.023	144.291	100.219	56.780	508		2.272	25.223		
Uruguay		67.949	12.647	166.877	28.444	39.503	7.348	36.399	10.881		45.241		
Venezuela		6.780	5.097	91.784	199.154	836.162	826.649	122	51.007	1.482			
Outros países		4.244.043	182.775	22.766.238	2.558.390	1.101.819	165.912.124	203.219	1.523.566	543.188	1.657.261		
TOTAL		10.537.682	849.703	35.343.052	6.295.224	3.671.454	182.435.241	1.367.125	3.956.836	1.477.755	3.928.146		

de		Exportações de PRODUCTOS QUIMICOS, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	Estados	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
para	Argentina	2,4%	2,5%	16,3%	3,5%	1,6%	0,5%	1,0%	8,6%	3,3%	16,8%	0,6%	
	Bolívia	31,2%	0,3%	1,2%	2,4%	1,4%	3,3%	0,0%	25,4%	10,3%	3,1%	0,3%	
	Brasil	9,8%	4,0%	3,2%	13,7%	5,5%	2,1%	4,0%	26,1%	6,0%	35,9%	3,1%	
	Chile	1,3%	0,9%	1,3%	5,4%	3,9%	0,8%	0,8%	7,1%	17,6%	6,4%	2,8%	
	China	1,5%	0,1%	2,3%	2,8%	0,6%	0,4%	5,0%	1,3%	1,7%	0,7%	0,1%	
	Colômbia	0,6%	0,9%	0,8%	2,5%	14,5%	20,0%	1,3%	0,7%	11,4%	1,0%	21,4%	
	Ecuador	19,3%	23,8%	16,8%	11,8%	5,7%	45,2%	0,3%	2,7%	11,2%	3,3%	2,8%	
	Estados Unidos	3,8%	9,3%	4,2%	0,5%	0,1%	0,0%	0,0%	1,8%	5,6%	1,4%	35,4%	
	Paraguai	1,5%	8,5%	1,4%	6,7%	10,9%	8,8%	0,6%	1,5%	0,0%	9,5%	0,0%	
	Peru	6,6%	0,0%	1,6%	0,2%	0,4%	0,1%	0,2%	6,9%	0,2%	0,9%	2,7%	
	Uruguay	2,2%	0,1%	2,6%	2,3%	22,8%	6,7%	1,1%	1,5%	6,1%	3,5%	0,2%	
	Venezuela	19,8%	49,8%	48,4%	48,3%	32,4%	12,2%	85,6%	16,4%	26,6%	17,5%	30,8%	
	Outros países	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	TOTAL	59,6%	25,5%	33,5%	34,5%	61,3%	42,2%	9,4%	80,5%	66,1%	80,4%	33,8%	
	América do Sul												

de		Importações de PRODUCTOS QUIMICOS, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
desde	Argentina	0,0%	16,4%	5,2%	9,6%	1,5%	1,5%	0,7%	15,6%	2,5%	24,0%	1,9%	
	Bolívia	22,9%	18,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,2%	0,0%	0,0%	
	Brasil	1,1%	8,0%	1,3%	7,9%	4,1%	3,2%	1,3%	45,7%	5,5%	14,7%	6,1%	
	Chile	14,4%	7,3%	7,0%	8,5%	6,4%	5,8%	6,3%	1,0%	5,4%	0,5%	0,6%	
	China	0,5%	5,7%	0,5%	2,1%	13,3%	13,3%	0,1%	0,2%	8,9%	0,2%	11,7%	
	Colômbia	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	0,0%	0,5%	
	Ecuador	19,7%	6,7%	20,6%	25,1%	33,6%	16,9%	0,0%	5,6%	28,0%	12,0%	33,2%	
	Estados Unidos	0,1%	2,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,0%	
	Paraguai	0,4%	11,4%	0,1%	2,3%	1,3%	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,6%	
	Peru	0,6%	1,5%	0,5%	0,5%	0,3%	1,1%	0,0%	2,7%	0,3%	0,2%	1,2%	
	Uruguay	0,1%	0,6%	0,3%	3,2%	4,6%	22,8%	0,5%	0,0%	1,3%	0,1%	0,1%	
	Venezuela	40,3%	21,5%	64,4%	40,6%	46,0%	30,0%	90,9%	14,9%	38,5%	36,8%	42,2%	
	Outros países	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	TOTAL	25,7%	64,5%	7,9%	25,7%	14,0%	47,3%	2,8%	65,9%	25,0%	39,9%	22,6%	
	América do Sul												

Exportações dos países da América do Sul de Artigos manufaturados, classificados segundo o material, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
de	para	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*
	Argentina		9.669	3.246.208	436.329	13.751	886	381.084	42.337	30.594	127.114	6.248
	Bolívia	121.412		417.294	68.497	34.445	5.380	26.406	4.844	142.122	903	1.881
	Brasil	1.062.341	24.800		2.058.778	122.003	2.423	1.967.070	68.561	649.162	151.816	41.619
	Chile	468.002	9.323	854.010		58.280	13.604	582.574	6.597	183.766	15.261	11.667
	China	174.617	38.771	1.062.555	4.951.930	259.217	4.288	5.333.620	1.710	93.372	18.725	57.344
	Colômbia	95.020	8.384	730.982	206.246		173.715	969.719	10	351.874	3.486	493.185
	Ecuador	74.493	1.465	202.811	128.584	399.370		407.455	62	145.316	176	143.921
	EUA	940.357	128.188	6.408.221	3.434.883	609.307	45.242		4.268	1.354.518	44.483	833.214
	Paraguai	218.552	944	432.978	33.221	1.704	898	29.535		306	21.608	528
	Peru	75.466	12.600	476.637	275.376	169.940	88.983	466.244	717		1.597	99.033
	Uruguai	286.224	477	277.707	33.270	1.186	327	35.185	6.665	1.643		341
	Venezuela	178.806	74.946	645.525	287.825	1.709.422	119.295	815.585	766	266.149	3.924	
	Outros países	2.205.075	123.777	16.384.257	16.104.577	1.399.367	71.425	133.360.484	27.211	2.124.359	420.898	2.072.114
	TOTAL	5.900.365	433.344	31.139.185	28.019.516	4.777.992	526.466	144.374.961	163.748	5.343.181	809.991	3.761.095

Importações da América do Sul de Artigos manufaturados, classificados segundo o material, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
desde	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*
Argentina		123.044	1.027.083	494.047	78.938	81.861	859.861	217.867	102.541	278.206	53.749
Bolívia	4.777		27.988	9.218	8.468	1.621	127.824	1.012	11.937	535	1.314
Brasil	3.403.611	324.050		964.620	742.357	215.077	6.878.419	423.791	543.117	283.572	469.693
Chile	450.420	59.850	2.099.333		217.231	134.365	3.446.046	36.342	274.467	35.878	152.744
China	822.776	115.322	3.583.715	1.428.304	984.234	603.184	47.299.010	132.010	1.047.374	98.486	318.348
Colômbia	16.441	35.010	136.174	60.583		432.585	817.773	1.812	209.319	1.089	580.135
Ecuador	934	6.520	2.424	9.946	170.611		46.671	971	86.623	634	36.007
EUA	459.044	50.218	2.383.488	698.882	990.913	344.294		21.170	510.394	25.488	716.996
Paraguai	53.842	4.237	65.695	7.336	2	89	18.327		662	9.345	231
Peru	33.585	144.881	696.764	175.383	369.252	142.056	2.113.534	427		1.702	132.481
Uruguai	134.755	1.133	153.722	17.256	5.031	212	38.583	25.327	2.263		1.960
Venezuela	8.558	8.829	93.359	18.734	680.962	155.335	1.269.576	929	87.663	475	
Outros países	2.515.635	98.411	10.472.646	2.689.701	2.503.824	1.039.431	179.431.449	115.874	2.093.819	209.328	1.441.598
TOTAL	7.904.378	971.505	20.742.391	6.574.010	6.751.823	3.150.110	242.347.073	977.532	4.970.179	944.738	3.905.256

de		Exportações de ARTÍCULOS MANUFACTURADOS, CLASIFICADOS PRINCIPALMENTE SEGUN EL MATERIAL, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
para	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	Estados	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*		
Argentina		2,2%	10,4%	1,6%	0,3%	0,2%	0,3%	25,9%	0,6%	15,7%	0,2%		
Bolivia	2,1%		1,3%	0,2%	0,7%	1,0%	0,0%	3,0%	2,7%	0,1%	0,1%		
Brasil	18,0%	5,7%		7,3%	2,6%	0,5%	1,4%	41,9%	12,1%	18,7%	1,1%		
Chile	7,9%	2,2%	2,7%		1,2%	2,6%	0,4%	4,0%	3,4%	1,9%	0,3%		
China	3,0%	8,9%	3,4%	17,7%	5,4%	0,8%	3,7%	1,0%	1,7%	2,3%	1,5%		
Colombia	1,6%	1,9%	2,3%	0,7%		33,0%	0,7%	0,0%	6,6%	0,4%	13,1%		
Ecuador	1,3%	0,3%	0,7%	0,5%	8,4%		0,3%	0,0%	2,7%	0,0%	3,8%		
Estados Unidos	15,9%	29,6%	20,6%	12,3%	12,8%	8,6%		2,6%	25,4%	5,5%	22,2%		
Paraguay	3,7%	0,2%	1,4%	0,1%	0,0%	0,2%	0,0%		0,0%	2,7%	0,0%		
Peru	1,3%	2,9%	1,5%	1,0%	3,6%	16,9%	0,3%	0,4%		0,2%	2,6%		
Uruguay	4,9%	0,1%	0,9%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	4,1%	0,0%		0,0%		
Venezuela	3,0%	17,3%	2,1%	1,0%	35,8%	22,7%	0,6%	0,5%	5,0%	0,5%			
Outros países	37,4%	28,6%	52,6%	57,5%	29,3%	13,6%	92,4%	16,6%	39,8%	52,0%	55,1%		
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
América do Sul	43,7%	32,9%	23,4%	12,6%	52,5%	77,0%	3,9%	79,7%	33,1%	40,2%	21,2%		

de		Importações de ARTÍCULOS MANUFACTURADOS, CLASIFICADOS PRINCIPALMENTE SEGUN EL MATERIAL, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
desde	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*		
Argentina		12,7%	5,0%	7,5%	1,2%	2,6%	0,4%	22,3%	2,1%	29,4%	1,4%		
Bolivia	0,1%		0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,0%		
Brasil	43,1%	33,4%		14,7%	11,0%	6,8%	2,8%	43,4%	10,9%	30,0%	12,0%		
Chile	5,7%	6,2%	10,1%		3,2%	4,3%	1,4%	3,7%	5,5%	3,8%	3,9%		
China	10,4%	11,9%	17,3%	21,7%	14,6%	19,1%	19,5%	13,5%	21,1%	10,4%	8,2%		
Colombia	0,2%	3,6%	0,7%	0,9%		13,7%	0,3%	0,2%	4,2%	0,1%	14,9%		
Ecuador	0,0%	0,7%	0,0%	0,2%	2,5%		0,0%	0,1%	1,7%	0,1%	0,9%		
Estados Unidos	5,8%	5,2%	11,5%	10,6%	14,7%	10,9%		2,2%	10,3%	2,7%	18,4%		
Paraguay	0,7%	0,4%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	1,0%	0,0%		
Peru	0,4%	14,9%	3,4%	2,7%	5,5%	4,5%	0,9%	0,0%		0,2%	3,4%		
Uruguay	1,7%	0,1%	0,7%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%	2,6%	0,0%		0,1%		
Venezuela	0,1%	0,9%	0,5%	0,3%	10,1%	4,9%	0,5%	0,1%	1,8%	0,1%			
Outros países	31,8%	10,1%	50,5%	40,9%	37,1%	33,0%	74,0%	11,9%	42,1%	22,2%	36,9%		
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
América do Sul	52,0%	72,8%	20,7%	26,7%	33,7%	36,9%	6,4%	72,5%	26,5%	64,7%	36,6%		

		Exportações dos países da América do Sul de Máquinas e equipamentos e material de transporte, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
de	para	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
	Argentina	96.444	19.189	9.251.436	123.576	1.389	3.556	4.102.259	3.521	4.469	143.082	5.071	
	Bolívia	5.145.950	21.757	310.818	92.106	6.890	295	250.167	2.839	17.493	1.057	2.566	
	Brasil	754.274	7.875	1.546.528	83.347	10.086	6.873	21.184.519	2.885	5.252	19.694	45.899	
	Chile	29.426	9	655.681	25.728	39.762	21.704	5.299.656	156	21.250	3.628	5.262	
	China	125.074	494	873.043	88.201	5.714	1.477	32.513.691	316	1.609	441	1.523	
	Colômbia	40.221	292	462.196	50.886	304.477	328.286	4.981.557	303	15.124	1.319	313.614	
	Ecuador	359.458	12.228	7.687.209	122.788	275.641	18.009	1.651.126	89	32.270	1.330	58.670	
	EUA	184.035	1.031	730.565	27.919	369	17	1.048.632	4.075	47.828	5.802	249.776	
	Paraguai	156.314	9.493	1.052.533	220.752	68.875	24.642	2.891.537	238	87	3.159	1	
	Peru	378.688	251	583.181	23.210	2.601	28	391.964	2.681	228	453	4.851	
	Uruguai	394.673	438	1.645.672	91.713	840.162	200.107	6.810.050	517	52.580	5.762	1.183	
	Venezuela	2.093.543	14.463	16.859.474	225.534	336.549	29.932	559.942.558	16.287	38.310	32.151	336.236	
	Outros países	9.758.100	87.520	41.658.336	1.175.760	1.892.515	634.926	641.067.716	33.907	236.500	217.878	1.024.652	
	TOTAL												

		Importações dos países da América do Sul de Máquinas e equipamentos e material de transporte, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
de	desde	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
	Argentina	366	95.008	5.079.638	394.369	124.203	40.669	231.293	142.229	154.708	216.740	286.201	
	Bolívia	9.343.963	280.193	236	217	179	153	1.968	1.350	338	7	306	
	Brasil	78.669	19.263	73.231	1.625.328	869.125	469.252	6.806.137	750.713	1.100.611	599.469	1.909.265	
	Chile	3.470.323	163.028	10.955.420	2.403.982	2.065.819	973.292	150.469.483	1.492.074	1.955.131	436.943	1.185.586	
	China	1.338	6.983	6.823	41.815	75.745	48.158	69.713	15.347	111.109	15.078	90.326	
	Colômbia	2.619	216	165	737	278.641	362.970	144.535	390	83.918	488	909.464	
	Ecuador	3.125.946	297.334	11.116.777	3.534.540	4.163.083	1.014.223	20.973	25	14.648	16	101.508	
	EUA	6.026	1.707	41.192	103	690	33	999	230.883	1.732.073	241.842	5.729.123	
	Paraguai	5.553	12.974	1.837	17.104	17.317	27.313	26.677	185	1.951	1.850	8	
	Peru	141.964	1.088	24.224	11.549	6.264	1.771	5.064	5.845	572	48	10.449	
	Uruguai	4.130	1.442	5.024	5.892	53.126	40.954	103.590	8	13.516	16	3.305	
	Venezuela	9.931.776	835.464	37.404.868	9.081.429	7.975.435	2.907.180	569.047.734	82.891	4.847.697	815.195	5.691.431	
	Outros países	26.112.673	1.714.700	64.709.435	17.117.065	15.629.627	5.885.968	726.928.166	3.461.940	10.016.272	2.327.692	15.916.972	
	TOTAL												

Exportações de MAQUINARIA Y MATERIAL DE TRANSPORTE, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
de	para	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	Estados	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*
	Argentina		21,9%	22,2%	10,5%	0,1%	0,6%	0,6%	10,4%	1,9%	65,7%	0,5%
	Bolívia	1,0%		0,7%	7,8%	0,4%	0,0%	0,0%	8,4%	7,4%	0,5%	0,3%
	Brasil	52,7%	24,9%		7,1%	0,5%	1,1%	3,3%	8,5%	2,2%	9,0%	4,5%
	Chile	7,7%	9,0%	3,7%		2,1%	3,4%	0,8%	0,5%	9,0%	1,7%	0,5%
	China	0,3%	0,0%	1,6%	2,2%	0,3%	0,2%	5,1%	0,9%	0,7%	0,2%	0,1%
	Colômbia	1,3%	0,6%	2,1%	7,5%		51,7%	0,8%	0,9%	6,4%	0,6%	30,6%
	Ecuador	0,4%	0,3%	1,1%	4,3%	16,1%		0,3%	0,3%	13,6%	0,6%	5,7%
	Estados Unidos	3,7%	14,0%	18,5%	10,4%	14,6%	2,8%		12,0%	20,2%	2,7%	24,4%
	Paraguai	1,9%	1,2%	1,8%	2,4%	0,0%	0,0%	0,2%		0,0%	1,4%	0,0%
	Peru	1,6%	10,8%	2,5%	18,8%	3,6%	3,9%	0,5%	0,7%		0,2%	0,5%
	Uruguay	3,9%	0,3%	1,4%	2,0%	0,1%	0,0%	0,1%	7,9%	0,1%		0,1%
	Venezuela	4,0%	0,5%	4,0%	7,8%	44,4%	31,5%	1,1%	1,5%	22,2%	2,6%	
	Outros países	21,5%	16,5%	40,5%	19,2%	17,8%	4,7%	87,3%	48,0%	16,2%	14,8%	32,8%
	TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	América do Sul	74,6%	69,5%	39,5%	68,2%	67,4%	92,2%	7,6%	39,0%	62,9%	82,4%	42,7%

Importações de MAQUINARIA Y MATERIAL DE TRANSPORTE, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil												
de	desde	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*
	Argentina		5,5%	7,8%	2,3%	0,8%	0,7%	0,0%	4,1%	1,5%	9,3%	1,8%
	Bolívia	0,0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Brasil	35,8%	16,3%		9,5%	5,6%	8,0%	0,9%	21,7%	11,0%	25,8%	12,0%
	Chile	0,3%	1,1%	0,1%		0,5%	0,8%	0,0%	0,4%	1,1%	0,6%	0,6%
	China	13,3%	9,5%	16,9%	14,0%	13,2%	16,5%	20,7%	43,1%	19,5%	18,8%	7,4%
	Colômbia	0,0%	0,4%	0,0%	0,2%		6,2%	0,0%	0,0%	0,8%	0,0%	5,7%
	Ecuador	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%		0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,6%
	Estados Unidos	12,0%	17,3%	17,2%	20,6%	26,6%	17,2%		6,7%	17,3%	10,4%	36,0%
	Paraguai	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%	0,1%	0,0%
	Peru	0,0%	0,8%	0,0%	0,1%	0,1%	0,5%	0,0%	0,0%		0,0%	0,1%
	Uruguay	0,5%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%		0,0%
	Venezuela	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,3%	0,7%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	
	Outros países	38,0%	48,7%	57,8%	53,1%	51,0%	49,4%	78,3%	23,8%	48,4%	35,0%	35,8%
	TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	América do Sul	36,7%	24,4%	8,1%	12,3%	9,1%	16,8%	1,0%	26,5%	14,8%	35,8%	20,8%

de para		Exportações dos países da América do Sul de Artigos manufaturados diversos, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
Argentina		5.668	767.631	58.333	11.694	2.042	701.893	39.068	22.914	74.373	767		
Bolívia		26.171	89.097	13.979	8.463	982	65.837	3.203	44.463	1.404	193		
Brasil		269.424	4.612	19.781	16.426	384	2.354.694	19.578	11.629	128.127	1.082		
Chile		131.483	5.987	207.431	40.399	3.005	734.386	520	42.270	11.592	838		
China		15.901	1	302	506	692	4.646.438	41	235	110	532		
Colômbia		36.898	1.059	112.374	15.567	49.913	884.029	133	101.316	646	27.956		
Ecuador		19.267	497	23.523	172.084	27.075	240.402	21	52.099	589	4.039		
EUA		98.931	94.738	57.391	429.182	3.695	869.721	11.017	619	3.213	35.680		
Paraguai		51.791	1.431	5.616	582	1	460.990	234	744	526	1.582		
Peru		54.186	9.240	47.805	74.559	22.129	340.357	3.257	610.717	7.595	56.125		
Uruguay		134.037	138	6.081	1.755	35	158.711	4.953	279.766	54.391	194		
Venezuela		63.541	13.118	27.520	1.178.879	35.569	1.203.729	5.523	2.036.493	293.583	129.012		
Outros países		263.959	24.978	119.715	529.927	34.476	138.334.974	80.226					
TOTAL		1.165.589	161.467	395.613	2.464.456	176.303	150.126.440						

de desde		Importações dos países da América do Sul de Artigos manufaturados diversos, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
Argentina		24.861	272.535	131.630	34.331	18.975	114.204	48.140	55.824	122.360	41.000		
Bolívia		5.007	3.250	6.094	220	573	97.073	1.476	2.812	17	330		
Brasil		699.690	44.366	199.336	101.518	54.536	1.144.631	145.260	97.464	96.300	105.800		
Chile		52.210	20.690	2.308.074	15.187	25.241	76.402	5.642	38.206	4.978	13.292		
China		1.174.581	69.961	3.560.101	947.060	505.158	133.464.917	657.385	660.242	196.068	570.359		
Colômbia		16.825	8.644	46.993	48.382	190.594	590.033	1.052	87.271	742	453.443		
Ecuador		3.521	432	3.880	720.054	181.874	35.886	2	18.158	96	11.987		
EUA		502.218	35.613	1.835.048	552.830	181.874	35.886	35.994	280.911	47.082	713.582		
Paraguai		43.298	2.998	24.950	223	181	4.036	335	335	3.897	897		
Peru		26.532	44.111	12.692	118.693	53.602	925.347	785	915	916	192.560		
Uruguay		82.684	1.743	13.949	2.839	1.836	18.943	4.858	915		9.787		
Venezuela		90	344	736	17.307	3.314	11.922	95	2.749	43			
Outros países		1.355.907	86.798	5.488.135	1.176.059	365.868	174.846.362	245.848	553.600	116.906	1.010.858		
TOTAL		3.962.563	329.592	11.365.268	4.484.372	1.401.752	311.329.756	1.146.537	1.798.497	589.405	3.123.895		

de para	Exportações de ARTÍCULOS MANUFACTURADOS DIVERSOS, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	Estados	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
Argentina	2,2%	3,5%	13,8%	14,7%	0,5%	1,2%	0,5%	48,7%	1,1%	25,3%	0,6%	
Bolívia	23,1%	2,9%	1,6%	3,5%	0,3%	0,6%	0,0%	4,0%	2,2%	0,5%	0,1%	
Brasil	11,3%	3,7%	3,7%	5,0%	0,7%	0,2%	1,6%	24,4%	0,6%	43,6%	0,8%	
Chile	1,4%	0,0%	0,5%	0,1%	0,0%	0,4%	3,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,4%	
China	3,2%	0,7%	2,0%	3,9%		28,3%	0,6%	0,2%	5,0%	0,2%	21,7%	
Ecuador	1,7%	0,3%	0,9%	5,9%	7,0%		0,2%	0,0%	2,6%	0,2%	3,1%	
Estados Unidos	8,5%	58,7%	20,1%	14,5%	17,4%	15,4%		4,6%	42,7%	3,8%	27,7%	
Paraguay	4,4%	0,9%	2,7%	1,4%	0,0%	0,0%	0,3%		0,0%	1,1%	0,0%	
Peru	4,6%	5,7%	1,7%	12,1%	3,0%	12,6%	0,2%	0,3%		0,2%	1,2%	
Uruguay	11,5%	0,1%	1,7%	1,5%	0,1%	0,0%	0,1%	4,1%	0,0%		0,2%	
Venezuela	5,5%	8,1%	3,8%	7,0%	47,8%	20,2%	0,8%	6,2%	30,0%	2,6%		
Outros países	22,6%	15,5%	47,3%	30,3%	21,5%	19,6%	92,1%	6,9%	13,7%	18,5%	43,5%	
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
América do Sul	67,5%	25,9%	32,1%	55,2%	61,1%	64,7%	4,8%	88,5%	43,5%	77,7%	28,4%	

de desde	Importações de ARTÍCULOS MANUFACTURADOS DIVERSOS, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em US\$ mil											
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Ecuador	EUA	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	
Argentina	0,1%	7,5%	2,4%	2,9%	1,1%	1,4%	0,0%	4,2%	3,1%	20,8%	1,3%	
Bolívia	17,7%	13,5%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,0%	0,0%	
Brasil	1,3%	2,7%	0,2%	4,4%	3,2%	3,9%	0,4%	12,7%	5,4%	16,3%	3,4%	
Chile	29,6%	21,2%	31,3%	51,5%	30,1%	1,8%	0,0%	0,5%	2,1%	0,8%	0,4%	
China	0,4%	2,6%	0,2%	1,0%		36,0%	42,9%	57,3%	36,7%	33,3%	18,3%	
Colômbia	0,1%	0,4%	0,0%	0,1%	1,5%	13,6%	0,2%	0,1%	4,9%	0,1%	14,5%	
Ecuador	12,7%	10,8%	16,1%	12,3%	22,9%	13,0%	0,0%	0,0%	1,0%	0,0%	0,4%	
Estados Unidos	1,1%	0,9%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,1%	0,0%	8,0%	22,8%	
Paraguay	0,7%	13,4%	0,1%	1,0%	3,8%	3,8%	0,3%	0,1%		0,2%	0,0%	
Peru	2,1%	0,5%	1,1%	0,3%	0,1%	0,1%	0,0%	0,4%	0,1%	0,2%	6,2%	
Uruguay	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,6%	0,2%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,3%	
Venezuela	34,2%	26,3%	48,3%	26,2%	36,2%	26,1%	56,2%	21,4%	30,8%	19,8%	32,4%	
Outros países	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
TOTAL	23,5%	41,6%	4,2%	10,0%	10,8%	24,9%	1,0%	18,1%	16,9%	38,9%	26,5%	

Exportações da América do Sul para o mundo por setor, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em %

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*
0 - Produtos alimentícios e animais vivos	34,3%	8,2%	18,9%	14,0%	13,1%	22,4%	37,2%	14,6%	51,3%	0,2%
1 - Bebidas e fumo	1,5%	0,0%	1,4%	2,1%	0,3%	0,2%	0,6%	0,1%	0,6%	0,1%
2 - Materiais crus não comestíveis, excepto combustíveis	9,6%	24,5%	19,0%	30,6%	5,0%	4,0%	40,7%	29,6%	13,9%	0,4%
3 - Combustíveis e lubrificantes e minerais e produtos conexos	11,4%	50,2%	11,7%	1,4%	46,0%	63,1%	0,0%	9,2%	3,3%	90,2%
4 - Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	9,8%	4,0%	1,5%	0,2%	1,0%	1,4%	13,5%	1,3%	0,9%	0,0%
5 - Produtos químicos e produtos conexos	8,2%	1,2%	7,1%	4,6%	7,6%	1,9%	1,7%	2,8%	6,6%	1,5%
6 - Artigos manufaturados, classificados principalmente segundo o material	8,4%	6,2%	15,7%	40,6%	12,7%	2,6%	3,7%	17,6%	13,6%	5,7%
7 - Máquinas e equipamentos e material de transporte	13,9%	1,3%	21,0%	1,7%	5,0%	3,1%	0,8%	0,8%	3,7%	1,6%
8 - Artigos manufaturados diversos	1,7%	2,3%	2,8%	0,6%	6,5%	0,9%	1,8%	6,7%	4,9%	0,2%
9 - Mercadorias e operações não classificadas em outra seção da CUCI	1,2%	2,1%	0,6%	4,3%	2,8%	0,5%	0,0%	17,4%	1,1%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Importações da América do Sul do mundo por setor, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em %

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*
0 - Produtos alimentícios e animais vivos	1,9%	8,0%	3,8%	6,6%	8,4%	7,6%	3,9%	7,7%	6,6%	7,5%
1 - Bebidas e fumo	0,2%	0,6%	0,2%	0,2%	0,3%	0,5%	2,3%	0,4%	0,6%	0,8%
2 - Materiais crus não comestíveis, excepto combustíveis	5,5%	1,6%	3,3%	3,2%	2,3%	1,3%	1,0%	2,5%	2,9%	1,7%
3 - Combustíveis e lubrificantes e minerais e produtos conexos	7,6%	11,2%	19,8%	28,5%	4,6%	13,7%	15,5%	18,4%	29,5%	0,7%
4 - Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	0,1%	0,2%	0,4%	0,4%	1,0%	1,0%	0,1%	1,5%	0,7%	1,2%
5 - Produtos químicos e produtos conexos	18,4%	17,1%	19,4%	11,1%	18,4%	19,7%	15,2%	13,2%	16,5%	12,9%
6 - Artigos manufaturados, classificados principalmente segundo o material	13,8%	19,5%	11,4%	11,6%	17,0%	16,9%	10,8%	16,6%	10,6%	12,8%
7 - Máquinas e equipamentos e material de transporte	45,5%	34,4%	35,5%	30,2%	39,4%	31,7%	38,4%	33,5%	26,1%	52,1%
8 - Artigos manufaturados diversos	6,9%	6,6%	6,2%	7,9%	7,9%	7,5%	12,7%	6,0%	6,6%	10,2%
9 - Mercadorias e operações não classificadas em outra seção da CUCI	0,2%	1,0%	0,0%	0,2%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Saldo da América do Sul por setores CUCI, 2008, BADECEL

	Argentina			Bolívia			Brasil			Chile			Colômbia		
	Export FOB	Import CIF	Saldo	Export FOB	Import CIF	Saldo	Export FOB	Import CIF	Saldo	Export FOB	Import CIF	Saldo	Export FOB	Import CIF	Saldo
0	23.998.094	1.072.849	22.925.245	567.915	396.890	171.025	37.476.396	7.007.268	30.469.128	9.671.026	3.744.318	5.926.708	4.918.771	3.335.759	1.583.012
1	1.068.256	103.129	965.127	2.108	28.190	-26.082	2.852.648	385.670	2.466.978	1.451.178	124.529	1.326.649	94.490	128.903	-34.413
2	6.735.066	3.186.846	3.548.220	1.704.794	79.688	1.625.106	37.668.164	5.941.723	31.726.441	21.105.535	1.797.372	19.308.163	1.883.566	913.752	969.814
3	7.982.661	4.371.219	3.611.442	3.489.730	556.737	2.932.993	23.232.809	36.119.258	-12.886.449	950.616	16.152.779	-15.202.163	17.295.343	1.826.287	15.469.056
4	6.881.886	69.499	6.812.387	276.477	7.657	268.820	2.961.699	773.437	2.188.262	134.986	220.705	-85.719	384.382	407.121	-22.739
5	5.714.515	10.537.682	-4.823.167	83.367	849.703	-766.336	14.146.416	35.343.052	-21.196.636	3.188.000	6.295.224	-3.107.224	2.875.980	7.294.589	-4.418.609
6	5.900.365	7.904.378	-2.004.013	433.344	971.505	-538.161	31.139.185	20.742.391	10.396.794	28.019.516	6.574.010	21.445.506	4.777.992	6.751.823	-1.973.831
7	9.758.100	26.112.673	-16.354.573	87.520	1.714.700	-1.627.180	41.658.336	64.709.435	-23.051.099	1.175.760	17.117.065	-15.941.305	1.892.515	15.629.627	-13.737.112
8	1.165.589	3.962.563	-2.796.974	161.467	329.592	-168.125	5.551.815	11.365.268	-5.813.453	395.613	4.484.372	-4.088.759	2.464.456	3.142.082	-677.626
9	815.009	99.904	715.105	145.958	47.887	98.071	1.253.194	16.278	1.236.916	2.992.429	133.238	2.859.191	1.037.913	190.353	847.560
TOTAL	70.019.541	57.420.742	12.598.799	6.952.680	4.982.549	1.970.131	197.940.662	182.403.780	15.536.882	69.084.659	56.643.612	12.441.047	37.625.408	39.620.296	-1.994.888

Saldo da América do Sul por setores CUCI, 2008, BADECEL, continuação

Equador			Paraguai			Peru			Uruguai			Venezuela*			América do Sul		
Export FOB	Import CIF	Saldo	Export FOB	Import CIF	Saldo												
4.540.626	1.415.014	3.125.612	1.632.516	347.981	1.284.535	4.446.338	2.315.727	2.130.611	3.050.341	587.182	2.463.159	160.715	2.290.962	-2.130.247	90.462.738	22.513.950	67.948.788
36.323	87.073	-50.750	25.131	207.231	-182.100	18.072	117.197	-99.125	38.443	49.519	-11.076	54.785	248.633	-193.848	5.641.434	1.480.074	4.161.360
820.067	245.484	574.583	1.787.026	92.476	1.694.550	9.017.310	752.930	8.264.380	829.417	254.754	574.663	279.156	520.650	-241.494	81.830.101	13.785.675	68.044.426
12.804.879	2.551.461	10.253.418	5	1.399.329	-1.399.324	2.786.884	5.488.788	-2.701.904	193.372	2.638.932	-2.445.560	59.225.535	228.730	58.996.805	127.961.834	71.333.520	56.628.314
279.970	180.822	99.148	592.742	12.910	579.832	382.379	455.697	-73.318	55.778	61.298	-5.520	2.182	360.894	-358.712	11.952.481	2.550.040	9.402.441
380.718	3.671.454	-3.290.736	74.609	1.367.125	-1.292.516	854.179	3.956.836	-3.102.657	394.075	1.477.755	-1.083.680	977.002	3.928.146	-2.951.144	28.688.861	74.721.566	-46.032.705
526.466	3.150.110	-2.623.644	163.748	977.532	-813.784	5.343.181	4.970.179	373.002	809.991	944.738	-134.747	3.761.095	3.905.256	-144.161	80.874.883	56.891.922	23.982.961
634.926	5.885.968	-5.251.042	33.907	3.461.940	-3.428.033	236.500	10.016.272	-9.779.772	217.878	2.327.692	-2.109.814	1.024.652	15.916.972	-14.892.320	56.720.094	162.892.344	-106.172.250
176.303	1.401.752	-1.225.449	80.226	1.146.537	-1.066.311	2.036.493	1.798.487	238.006	293.583	589.405	-295.822	129.012	3.123.895	-2.994.883	12.454.557	31.343.953	-18.889.396
95.263	6.582	88.681	0	3.614	-3.614	5.303.947	8.622	5.295.325	65.962	456	65.506	78.357	33.499	44.858	11.788.032	5.404.433	11.247.599
20.295.541	18.595.720	1.699.821	4.389.910	9.016.675	-4.626.765	30.425.283	29.880.735	544.548	5.948.840	8.931.731	-2.982.891	65.692.491	30.557.637	35.134.854	508.375.015	438.053.477	70.321.538

Exportações da América do Sul para o mundo por setor, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em %

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	Total Am.Sul
0 - Produtos alimentícios e animais vivos	34,3%	8,2%	18,9%	14,0%	13,1%	22,4%	37,2%	14,6%	51,3%	0,2%	17,8%
1 - Bebidas e fumo	1,5%	0,0%	1,4%	2,1%	0,3%	0,2%	0,6%	0,1%	0,6%	0,1%	1,1%
2 - Materiais crus não comestíveis, excepto combustíveis	9,6%	24,5%	19,0%	30,6%	5,0%	4,0%	40,7%	29,6%	13,9%	0,4%	16,1%
3 - Combustíveis e lubrificantes e minerais e produtos conexos	11,4%	50,2%	11,7%	1,4%	46,0%	63,1%	0,0%	9,2%	3,3%	90,2%	25,2%
4 - Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	9,8%	4,0%	1,5%	0,2%	1,0%	1,4%	13,5%	1,3%	0,9%	0,0%	2,4%
5 - Produtos químicos e produtos conexos	8,2%	1,2%	7,1%	4,6%	7,6%	1,9%	1,7%	2,8%	6,6%	1,5%	5,6%
6 - Artigos manufaturados, classificados principalmente segundo o material	8,4%	6,2%	15,7%	40,6%	12,7%	2,6%	3,7%	17,6%	13,6%	5,7%	15,9%
7 - Máquinas e equipamentos e material de transporte	13,9%	1,3%	21,0%	1,7%	5,0%	3,1%	0,8%	0,8%	3,7%	1,6%	11,2%
8 - Artigos manufaturados diversos	1,7%	2,3%	2,8%	0,6%	6,5%	0,9%	1,8%	6,7%	4,9%	0,2%	2,4%
9 - Mercadorias e operações não classificadas em outra seção da CUCI	1,2%	2,1%	0,6%	4,3%	2,8%	0,5%	0,0%	17,4%	1,1%	0,1%	2,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Importações da América do Sul do mundo por setor, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em %

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	Total Am.Sul
0 - Produtos alimentícios e animais vivos	1,9%	8,0%	3,8%	6,6%	8,4%	7,6%	3,9%	7,7%	6,6%	7,5%	5,1%
1 - Bebidas e fumo	0,2%	0,6%	0,2%	0,2%	0,3%	0,5%	2,3%	0,4%	0,6%	0,8%	0,3%
2 - Materiais crus não comestíveis, excepto combustíveis	5,5%	1,6%	3,3%	3,2%	2,3%	1,3%	1,0%	2,5%	2,9%	1,7%	3,1%
3 - Combustíveis e lubrificantes e minerais e produtos conexos	7,6%	11,2%	19,8%	28,5%	4,6%	13,7%	15,5%	18,4%	29,5%	0,7%	16,3%
4 - Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	0,1%	0,2%	0,4%	0,4%	1,0%	1,0%	0,1%	1,5%	0,7%	1,2%	0,6%
5 - Produtos químicos e produtos conexos	18,4%	17,1%	19,4%	11,1%	18,4%	19,7%	15,2%	13,2%	16,5%	12,9%	17,1%
6 - Artigos manufaturados, classificados principalmente segundo o material	13,8%	19,5%	11,4%	11,6%	17,0%	16,9%	10,8%	16,6%	10,6%	12,8%	13,0%
7 - Máquinas e equipamentos e material de transporte	45,5%	34,4%	35,5%	30,2%	39,4%	31,7%	38,4%	33,5%	26,1%	52,1%	37,2%
8 - Artigos manufaturados diversos	6,9%	6,6%	6,2%	7,9%	7,9%	7,5%	12,7%	6,0%	6,6%	10,2%	7,2%
9 - Mercadorias e operações não classificadas em outra seção da CUCI	0,2%	1,0%	0,0%	0,2%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Exportações dos países da América do Sul para eles mesmos, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em %

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	Total Am.Sul
0 - Produtos alimentícios e animais vivos	24,9%	9,5%	8,9%	16,0%	15,0%	11,1%	32,7%	6,7%	41,7%	0,9%	14,9%
1 - Bebidas e fumo	0,8%	0,0%	0,4%	1,8%	0,5%	0,1%	0,3%	0,2%	1,2%	0,3%	0,6%
2 - Materiais crus não comestíveis, excepto combustíveis	1,7%	5,0%	2,8%	16,2%	3,0%	0,6%	45,2%	21,6%	2,2%	0,6%	5,8%
3 - Combustíveis e lubrificantes e minerais e produtos conexos	13,4%	73,7%	8,5%	4,7%	11,6%	61,4%	0,0%	8,8%	3,8%	58,9%	16,4%
4 - Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	4,0%	5,8%	0,4%	0,2%	0,8%	2,8%	12,5%	1,4%	1,1%	0,0%	2,0%
5 - Produtos químicos e produtos conexos	13,4%	0,5%	12,4%	11,1%	17,3%	3,1%	2,0%	10,3%	15,1%	8,1%	11,5%
6 - Artigos manufacturados, classificados principalmente segundo o material	10,1%	3,2%	19,0%	35,5%	24,6%	7,7%	4,4%	32,2%	15,5%	19,5%	18,0%
7 - Máquinas e equipamentos e material de transporte	28,6%	1,4%	43,0%	8,1%	12,5%	11,1%	0,4%	2,7%	8,5%	10,7%	25,2%
8 - Artigos manufacturados diversos	3,1%	0,9%	4,7%	2,2%	14,7%	2,2%	2,4%	16,1%	10,9%	0,9%	5,2%
9 - Mercadorias e operações não classificadas em outra seção da CUICI	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Importações dos países da América do Sul deles mesmos, ano 2008, BADECEL-CEPAL, em %

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela*	Total Am.Sul
0 - Produtos alimentícios e animais vivos	3,5%	12,6%	18,2%	16,0%	18,1%	10,5%	7,4%	16,8%	11,0%	16,4%	13,2%
1 - Bebidas e fumo	0,2%	0,4%	0,5%	0,2%	0,7%	0,7%	3,7%	0,8%	0,6%	0,6%	0,6%
2 - Materiais crus não comestíveis, excepto combustíveis	11,8%	2,0%	7,7%	7,2%	3,1%	0,9%	1,6%	3,1%	2,2%	2,0%	6,2%
3 - Combustíveis e lubrificantes e minerais e produtos conexos	3,9%	19,4%	22,8%	40,0%	1,2%	23,9%	24,6%	29,5%	36,2%	0,1%	19,7%
4 - Óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal	0,2%	0,2%	0,7%	1,0%	3,8%	2,5%	0,3%	4,7%	0,9%	3,3%	1,5%
5 - Produtos químicos e produtos conexos	12,6%	19,7%	10,9%	9,7%	14,6%	25,2%	20,6%	10,9%	12,8%	10,7%	12,9%
6 - Artigos manufacturados, classificados principalmente segundo o material	19,1%	25,4%	16,8%	10,5%	32,7%	16,9%	16,2%	14,5%	13,2%	17,2%	17,2%
7 - Máquinas e equipamentos e material de transporte	44,5%	15,1%	20,5%	12,6%	20,5%	14,4%	20,9%	16,3%	18,1%	39,8%	24,6%
8 - Artigos manufacturados diversos	4,3%	4,9%	1,9%	2,7%	4,9%	5,1%	4,7%	3,3%	5,0%	10,0%	4,0%
9 - Mercadorias e operações não classificadas em outra seção da CUICI	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). Complementaridade Produtiva entre Brasil e Argentina: Oportunidades de negócios conjuntos para promover a integração. Cadernos da Indústria, Vol. XVII, Brasília, 2010.
- ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI). “Compensação Multilateral de Saldos, durante o segundo quadrimestre de 2009”. <http://www.aladi.org>
- ALEM, Ana Claudia & CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 12, n. 24, p. 43-76, Dez. 2005.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Financiamento ao Comércio Exterior para países do Mercosul, Encontro de Comércio Exterior (Encomex) Mercosul, Porto Alegre, 31 de agosto de 2010.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Relatório 2002. Progresso Econômico e Social na América Latina. “Além das Fronteiras: O Novo Regionalismo na América Latina”. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, D.C., 2003.
- BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. Banca central e integración financiera. Presidentes de bancos centrales de Latinoamérica y Caribeamérica. Unidos en el desarrollo social y económico región. Caracas, 2007.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “A integração da América do Sul como espaço geopolítico”, Seminário sobre integração da América do Sul, Palácio Itamaraty, 23.07.09, Rio de Janeiro.
- BAUMANN, Renato. Integração regional. Apresentação no Ministério de Relações Exteriores do Brasil. 10 de julho de 2009.
- _____. “Integração da América do Sul: dois temas menos considerados”, Seminário sobre integração da América do Sul, Palácio Itamaraty, jul-09, Rio de Janeiro.
- BARBOSA, Rubens Antonio. O Brasil e a integração regional: a Alalc e a Aladi (1960-1990). In: Albuquerque, J.A.G. (org). Diplomacia para o desenvolvimento. Sessenta anos de política externa brasileira. V.2. NUPRI. São Paulo, 1996.
- BARROS, P. S. e PINTO, L. F. S. O Brasil do pré-sal e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Boletim de Economia e Política Internacional, v. 1, p. 7-16, 2010.
- BIANCARELI, André Martins. Inserção externa e financiamento: notas sobre padrões

- regionais e iniciativas para a integração na América do Sul. In: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. (Org.). Cadernos do Desenvolvimento. 5 ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2008, v. , p. 127-177.
- BORGES, Rodrigo César Neiva. Obras de integração física na América do Sul. Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1721>
- BOSSI, Fernando Ramón. *Consecuencias del saqueo*. Curso de Introducción a la realidad de América Latina y el Caribe. Escuela de Formación Política Emancipación: Caracas, 2010.
- BRASIL, Armando. Sumário do estudo para a proposta de formação de um fundo sul-americano de garantias para projetos de infraestrutura (Fusag). *mimeo*, 2006.
- CALIXTRE, André e BARROS, Pedro Silva. O Banco do Sul e o Brasil na agenda da Nova Arquitetura Financeira Regional. Boletim de Economia e Política Internacional IPEA, n.3, jul-set 2010.
- _____. A integração sul-americana, além da circunstância: do Mercosul à Unasul In: Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas, IPEA, 2010b.
- CARNEIRO, Ricardo. “Notas sobre a integração sul-americana”, Seminário sobre integração da América do Sul, Palácio Itamaraty, 23.07.09, Rio de Janeiro.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (Cepal), <http://www.eclac.org/estadisticas/>
- COSTA, Darc. Fundamentos para o estudo da estratégia nacional. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2009.
- _____. Mundo Latino e Mundialização. Mauad Editora Ltda: Rio de Janeiro, 2004
- _____. Estratégia Nacional. A cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil. LP&M Editores: Porto Alegre, 2003.
- CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO (CAF). Informe anual 2009. Caracas, Venezuela, 2009.
- DCI. “Linhas para exportações animam BB, Caixa e BNDES”. <http://www.dci.com.br>, 28/10/2009.
- DEOS, Simone S.; WEGNER, Rubia C. Cooperação financeira e financiamento da infraestrutura na América do Sul. Revista Oikos, Rio de Janeiro, 2010.
- DEOS, Simone S.; MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de; WEGNER, Rubia C. Cooperação financeira regional no Mercosul e o financiamento do investimento. Artigo aceito para apresentação no III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, 2010.
- FIORI, José Luis. “América do Sul à beira do futuro”, Valor Econômico, 04/11/2009.
- _____. O sistema inter-estatal capitalista no início do século XXI, in J.L. FIORI., F.

- SERRANO e C. MEDEIROS, *O mito do colapso do poder americano*, Editora Record, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. *O poder global e a nova geopolítica das nações*, Editora Boitempo, São Paulo, 2007.
- _____. “Depois da retomada da hegemonia”. En: Fiori, José Luis & Medeiros, Carlos. Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FLAR. “Informe de Auditores Independentes, em 31 de dezembro de 2008” e “Memória Anual do FLAR 2007”. <http://www.flar.net>
- FURTADO, Celso. *La economía latinoamericana. Formación histórica y problemas contemporáneos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1975.
- _____. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia, Editor S.A., 1970.
- FURTADO, Fabrina. "Integração financeira da América do Sul. Banco do Sul: mais do mesmo ou oportunidade histórica?" *Revista OIKOS*, Volume 7 Número 1 (4 julho 2008).
- FRANÇA, Mirelle de. BNDES: crédito com garantia de concessão. *O Globo*, 9 de junho de 2003.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar & PALMA, José Gabriel. *As economias latino-americanas, 1950-1990. História da América Latina, Volume VI, A América Latina após 1930*. Edusp: São Paulo, 2009.
- GALASSO, Norberto. *Los Malditos: Hombres y Mujeres excluidos de la historia oficial de los argentinos*. Ediciones Madres de la Plaza de Mayo, Argentina: Buenos Aires, 2005. Volumen II, p. 154-162.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GANDRA, Alana. “BNDES estuda a possibilidade de financiar a construção de hidrelétricas no Peru”. Repórter da Agência Brasil, 29/04/2009.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *O desafio da integração. O mundo multipolar e a integração sul-americana*. Amesur: Buenos Aires, 2008.
- _____. *Cinco siglos de periferia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- GUNYDAS, Eduardo et al. *As instituições financeiras e a integração na América do Sul*. In: *Financiamento e Megaprojetos. Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana*. Instituto de Estados Sócio-econômicos (INESC), 2008.
- _____. *El ‘regionalismo abierto’ de la Cepal: insuficiente y confuso*. Centro de Relaciones Internacionales del Programa de las Américas, 2005.
- HERRERA, Felipe. *O desenvolvimento da América Latina e seu financiamento*. Rio de Janeiro: Apec Editora SA, 1968.

- JARAMILLO, Grace. Los nuevos enfoques de la integración: más allá del regionalismo. Flacso-Ecuador / Ministerio de la Cultura del Ecuador. Quito, 2008.
- LEAL, Bruno Fraga. CCR – Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da Aladi: Quatro décadas de proteção às divisas internacionais e de incentivos à integração comercial e financeira da América Latina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto COPPEAD de Administração, 2006.
- LIST, Friedrich. Sistema nacional de economia política. Editora Abril [Os Economistas], São Paulo, 1983.
- LOPES, Carlos. Empresas externas levam 33% dos recursos do BNDES para indústria, Jornal Hora do Povo, 18 de junho de 2009.
- LUCE, Mathias. La expansión del sub-imperialismo brasileño. Patria Grande, dic. 2008.
- MACHINEA, J. L. & ROZENWURCEL, G. ¿Tiene futuro la coordinación macroeconómica en América Latina? In: Ocampo. J. A. (org.,2006). Cooperación financiera regional. Santiago: Cepal (Libros de la Cepal n. 91).
- MANTEGA, Guido et al. Obras de integração física na América do Sul. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2007.
- MANOILESCO, Mikhail. Theoria do Proteccionismo e da permuta internacional. Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, São Paulo, 1931.
- MEDEIROS, C. A.. Modelos alternativos para la integración sudamericana. In: Integración regional en América Latina: desafíos y oportunidades. Monografía de la Red del Instituto Virtual de la UNCTAD. Nova Iorque e Ginebra, 2010.
- _____. Os Dilemas da Integração Sul-Americana. In: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. (Org.). Cadernos do Desenvolvimento. 5 ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2008, v. , p. 213-254.
- _____. Integração produtiva: experiência asiática e algumas referências para o Mercosul. Projeto Cepal-Abdi-Ipea. Integração Produtiva, Caminhos para o Mercosul, 2009.
- MEDEIROS, C. A., SERRANO, F. “Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil” in Fiori, J.L., Medeiros, C.A, Polarização Mundial e Crescimento, Rio de Janeiro, Vozes, 2001.
- MEDEIROS, Wagner de (2010). Ampliação do CCR no comércio com a América Latina. Informativo de Comércio Exterior AEB. Março 2010, ano XI, número 99.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). Secretaria de Planejamento Diplomático. Balanço de Política Externa. 2003-2010. Brasília, 2011.
- MYRDAL, Gunnar. Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas, Rio de Janeiro, Saga,

1968.

- OCAMPO, J.A. (2006). “La cooperación financiera regional: experiencias y desafíos”, en Ocampo, J. A. (Compilador), *Cooperación Financiera Regional*, Cepal, Nro. 91, Santiago.
- PADULA, Raphael. Uma concepção de integração regional, papel da infraestrutura e ocupação dos espaços. In: COSTA, Darc (org). *América do Sul. Integração e infraestrutura. Loco por ti*, Rio de Janeiro, 2011. No prelo.
- _____. Uma análise da integração regional de infraestrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000 – a partir de uma concepção político-estratégica, estruturalista e realista. Tese de doutoramento apresentada no Programa de Engenharia de Produção (PEP) da COPPE/UFRJ, 2010.
- _____. Uma concepção de integração regional, papel da infraestrutura e ocupação dos espaços a partir de Friedrich List, Raúl Prebisch, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman e Celso Furtado uma visão crítica ao regionalismo aberto e à IIRSA. In: *II Coloquio de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (Sepla)*, Buenos Aires, 2008.
- PAIM, Elisangela Soldatelli. IIRSA. É esta a integração que queremos? *Friends of the Earth-Brazil*, dezembro de 2003.
- PAIVA, Donizetti Leônidas de & BRAGA, Márcio Bobik. *Integração econômica regional e desenvolvimento econômico: reflexões sobre a experiência Latino-Americana. X Encontro Nacional de Economia Política*, 2005.
- PAZ, André da. Fardo colonial: visão geral da infraestrutura física de integração sul-americana. In: COSTA, Darc (org). *América do Sul. Integração e infraestrutura. Loco por ti*, Rio de Janeiro, 2011. No prelo.
- PINTO, L. F. S.. “As relações internacionais contemporâneas e a América Latina”. In: Moura e Silva, Luisa Maria de. *Relações internacionais do Brasil e Integração Latino-americana*. Campo Grande: Editora UFMS. [Serie Fontes Novas], 2008.
- PINTO, L. F. S. e SEVERO, L. W. O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e suas potencialidades para o Mercosul. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, Ipea, n. 5, dez. 2010.
- PRATES, D. M.; CINTRA, M. Keynes e a hierarquia de moedas: possíveis lições para o Brasil. Campinas: IE/UNICAMP, out. 2007. (Texto para Discussão, n. 137).
- PREBISCH, Raúl. “Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo”. En: Parra Luzardo, Gastón et al. *Raúl Prebisch: Pensamiento renovador*. Caracas, Banco Central de Venezuela, 2006.

- _____.
_____. Nueva política comercial para el desarrollo. Fondo de Cultura Económica / Economía Contemporánea, México, 1987.
- _____. “El Mercado Común Latinoamericano”. In Adolfo Gurrieri, La Obra de Prebisch en la CEPAL. México: Fondo de Cultura Económico, 1982.
- UNCTAD. Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Revista América Economia, nov/2009. p.26-31.
- RITTNER, Daniel. Mercosul acaba com a cobrança em dobro da TEC. Valor Econômico, 3 de agosto de 2010. Página A4.
- ROMERO, Cristiano. “A necessidade de um Eximbank”, Valor Econômico, 30/09/2009.
- SANTANA, Carlos Enrique V. e KASAHARA, Yuri “Os limites da integração financeira e políticas de crédito na América do Sul: um novo modelo de desenvolvimento regional?”. In: DINIZ, Eli. Globalização, Estado e Desenvolvimento. Dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SARTI, F. e HIRATUKA, C. "Notas sobre a internacionalização produtiva brasileira no período recente e impactos sobre a integração regional". In. RHI-SAUSI, J.L. e OZORIO DE ALMEIDA, A.", "La nueva geografía económica de América del Sur", CeSPI, 2009.
- SERRANO, Franklin. “Relações de poder e política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível”. In: FIORI (org). O poder americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- SEVERO, Luciano Wexell. Mecanismos regionais de financiamento da integração da América do Sul. In: COSTA, Darc (org). América do Sul. Integração e infraestrutura. Loco por ti, Rio de Janeiro, 2011. No prelo.
- _____. “Sucre: instrumento para la integración”. Desde Abajo, nº 155, pp.22-23, Bogotá, 2009.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina et al. Obras de integração física na América do Sul. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2007.
- STEFANONI, Pablo. ¿Adónde nos lleva el pachamamismo? Página 7, La Paz, 28 de abril de 2010.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- TITELMAN, D. La cooperación financiera en el ámbito subregional: las experiencias de América Latina y el Caribe. In: Ocampo. J. A. (org.,2006). Cooperación financiera regional. Santiago: Cepal, n. 91.